

CRISTIANE GUIMARÃES

ÀS MARGENS DO DISCURSO VERDE

ILHA DO DESTERRO

OUTONO 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ÀS MARGENS DO DISCURSO VERDE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação e Comunicação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

CRISTIANE GUIMARÃES

Wladimir Garcia

Orientador

ILHA DO DESTERRO

OUTONO 2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

"ÀS MARGENS DO DISCURSO VERDE"

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 13/04/2007

Dr. Wladimir Antonio da Costa Garcia (CED/UFSC-Orientador) *W. J.*
Dra. Rosângela Morello (UNICAMP/SP-Examinadora) *R. M.*
Dra. Gilka Elvira Ponzi Girardello (CED/UFSC-Examinadora) *Gilka Girardello*
Dr. Pedro de Souza (CCE/UFSC-Suplente)

Enilda
Prof. Enilda Oto Shiroma
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

CRISTIANE GUIMARÃES

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/ABRIL/2007

Dedico

*Ao meu pai Walcir, mãe Adelaide e ao Sítio Nossa Senhora Aparecida ,
um lugar.*

Agradeço

A Minha família, em especial meus pais Walcir e Adelaide, cujos olhos emanam saberes que não li em nenhum outro lugar. Meu pai que me ensina, com sua vida, um sentido de terra, de natureza e de vida. Meus irmãos e familiares, em especial Wilson.

Aos amigos Sr. Fred e Sra. Graça, Sr. Nelson e Sra. Erni e familiares, pelo abraço solidário.

Rô, pela presença. Carla e Gian, pela poesia. Donizete, pela paciência.

Professor Wladimir, por alguma confiança.

Professores Gilka e Norberto, pelos Encontros.

Tiago e equipe, pela atenção.

Aos amigos de uma vida.

Aos meus gatos e bicicletas.

Ao mar, por existir tão grande e aos poetas que o celebram.

Ao livro da vida, que ensina.

Eu que fabrico o futuro como uma aranha diligente. E o melhor de mim é quando nada sei e fabrico não sei o quê.

Eis que de repente vejo que não sei nada. O gume de minha faca está ficando cego? Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando sorrateiramente em contato com uma realidade nova para mim e que ainda não tenho pensamentos correspondentes, e muito menos ainda alguma palavra que a signifique. É mais uma sensação atrás do pensamento.

C. Lispector

AconTECENDO...

furar a palavra

rasgar o dito

lambuzar do agora

reverter o signo

experimentar outras formas

instalar a dúvida

morar no caos

indefinir o infinito

sentir o buraco

perfurar a existência

sair do desencanto

acariciar o fora

espalhar o dentro

desmanchar o nó

derreter o eu

RESUMO

ABSTRACT

CAOS ILUMINADO

14 Verde

30 Discurso

94 Subjetividade

APÊNDICE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAOS

A pesquisa constitui-se num feixe de reflexões, compostas de forma lúdica, a partir de pressupostos teóricos pós-estruturalistas sobre o discurso verde, expressão que operacionaliza um léxico bastante pulverizado e já institucionalizado, tal como *desenvolvimento sustentável, educação ambiental, meio ambiente*. Neste sentido, a Revista *Veja*, objeto de nosso estudo, é analisada como um banco de amostragem desse discurso, lugar institucional que publica textos representativos de uma maneira de apreender o real sob fundamentos econômicos. Se entendermos *texto* como um tecido de citações, são estes fios que tecem o discurso verde que são tomados na análise, a fim de promover um deslocamento entre os discursos do verde e a produção contemporânea de subjetividades.

Palavras-chave: verde – discurso – subjetividade

ABSTRACT

This research is constituted in a collection of reflections, made in a ludic form, from some post-structuralist theories about the *green discourse*, expression that runs a very sprayed and institutionalized lexis, as *sustainable development*, *environmental education* and *environment*. In that sense, *Veja* Magazine, our object of studying, is analyzed as a data of samples of that discourse which publishes representative texts in a way that grasp the real under an economical base. If text is understood as a tissue of quotations, they are these different lines of the green discourse that are discussed, in order to promote a movement between the green discourse and the production of the contemporary subjectivities.

Key words: green – discourse – subjectivity

Caos Iluminado

A Arte luta efetivamente com o caos, mas para fazer surgir nela uma visão que o ilumina por um instante, uma sensação.

Deleuze e Guattari

Como conseguirei lançar focos de luz ao meu caos. Consegui? Pergunta de uma vida, não de um texto. Por isso, o dizer aqui será sempre um dizer de um vivido, um vivido que diz e que faz dizer. Nem que sejam palavras rancorosas ou cantos de uma poesia efêmera de esperança. Se consegui iluminar um pouco meu caos secreto, só o arrepio da pele pode dizer. Se ela experimentou um andar nu, provocante e intenso ou se ela se rendeu à letra que tenta controlar o inconformado real que grita. As casas que foram tecidas e continuam sendo serviram de morada fortuita, deixaram que alguém as habitasse e corresse pelos cômodos como quem explorava seu labirinto íntimo de sonhos e decepções. Uma visita à intimidade.

Num outro modo de ler, experimentando outras formas-palavras, gestos de leitura, como canta um poeta, molduram idéias e pensamentos lá no *Caos*. Aqueles vizinhos ora ou outra conversam com essas casas-palavras. Misturam-se e falam de algumas das moradas fortuitas habitadas ao longo de um tempo diferente que, se não permitiu, ao menos desejou um “pensar de outro modo”.

Elas, as moradas, estiveram e estarão sempre em composição, para que o trabalho continue: erguendo vigas, escolhendo telhas, tentando arquitetar alguma estrutura móvel, que dê moradia fortuita, mas que seja uma estrutura de chocolate ou líquida como o vinho, para que, instantaneamente, eu possa degustar cada estaca, cada parede, cada porta, para que eu possa comer a casa toda e ir morar em outro lugar.

Por isso, estas casas-palavras fizeram parte de uma composição. Um caos circunscrito que tentou encontrar pontos de referência, mas que só conseguiu conceber uma moldura líquida como o mar ao redor de uma ilha, um clarão inebriante, um exterior muito maior que a casa da palavra. Líquida como o mar. Líquida como a poesia. Líquida como o agora que nos inunda. Líquida como o Fora, o mar de Fora que se me mistura, silencioso, à ilha-palavra. As casas: o *verde*, inicialmente, o porquê passei a habitá-lo. O *discurso*, que quase dá forma a mesma casa, ou o espaço em que a primeira em mim nasceu e *subjetividade*, em que moro há mais tempo do que eu possa contar.

Habitei e continuarei habitando o sótão, onde se acumulam coisas velhas, lembranças, momentos, saberes de outros tempos, silêncios, mas aonde também a luz chega radiante, invadindo com seus filetes iluminados a poeira acumulada, enchendo de brilho

cada partícula flutuante, um lugar desabitado que só cede espaço a quem sabe dançar ao tocar novo de uma velha radiola calada. Lá, num canto da palavra, de onde é fácil, silenciosamente, abismar-se num lado de Fora, nem que seja por segundos de luz e habitar um lugar quase-não-localizável, entre um encantamento crítico e um ressentimento livre.

Verde

Aprendemos a desconfiar de todos os discursos sobre a crise nos quais tudo está em crise exceto o discurso seguro e assegurado que a nomeia, a diagnostica e antecipa sua solução.

Habitantes de Babel

O momento em que iniciamos uma escritura é de todo especial e complexo por, necessariamente, precisarmos tentar condensar, explicitar, organizar e produzir um texto coerente, claro, sucinto ou mesmo disciplinado, de acordo com o lugar de onde falamos e a quem falamos. É um momento, portanto, único, mas plural, silencioso, mas tempestuoso, quieto, mas gritante. Sem palavras que o defina, simplesmente brota da necessidade pragmática moderna e eclode como nossa maneira de chegar ao outro e nele ser ou fazer “sentido” ou “verdade”, sendo que este acontecimento vem atravessado pelo desejo de nos estendermos ao outro a ponto de fazê-lo interpretar que nossas escorregadias palavras tentam transbordar nesta primeira tentativa de movimento acadêmico, já que o modo de tratamento de um tema, agora, é fundante de empreendimentos e redimensionamentos vindouros (não só acadêmicos como de vida).

Como destacam vários autores, as discussões pós-estruturalistas vieram colocar em suspenso muitas posturas e formas de ver o mundo, como a própria relação do homem com o conhecimento e com as relações de poder. O deslocamento ocorrido pode ser sensivelmente reconhecido nas violentas e avassaladoras escrituras de Foucault, Derrida, Barthes e outros. Escrituras que se cruzam neste texto e que podem ser reconhecidas nas escolhas e olhares a este projeto, a esta oportunidade de pesquisa. Reflexões em torno do conceito de Ciência proposto por Kuhn (1975) e seus “abalos paradigmáticos” e também Santos (1999) e sua abordagem sobre a ruptura epistemológica que a Ciência vê despontar no novo paradigma emergente da contemporaneidade, faz-nos (des) focar ainda mais o olhar, por lermos os fatos, os discursos e os sujeitos do agora em suas multiplicidades e complexidades.

Conceitos emergentes nas últimas décadas como *descentramento*, *subjetividade*, *alteridade* e *discurso* vêm sendo explorados em seus mais variados aspectos e recortes em vários campos do saber, entrecruzando-se, dialogando, numa grande rede de fios analíticos que não exportam exaustivas respostas, já que as mesmas, de acordo com as orientações em nosso momento histórico, não são dadas e nem descobertas, mas são discutidas, dinamicamente, à luz do dia, incessantemente e multidisciplinarmente.

Quando nos seduzimos pela relação entre discurso/linguagem e natureza/meio ambiente, antes de tudo demos voz a uma inquietação, a um ruído que nos incomodava e incomoda e que, no mínimo, clama por atenção, por dedicação, por um olhar (des)focado e, sobretudo, despretenso, já que temos um pouco mais desconstruída a ilusão adâmica. A razão maior de nossa escolha, dentro da orientação, está relacionada com a nossa própria história, com o olhar sensibilizado às mudanças que vêm ocorrendo com o meio ambiente e natureza, sobretudo com os sujeitos e discursos relacionados a este território filosófico-cultural, evidenciado neste momento de “crise humana e crise ambiental”, constituído como um dos paradigmas de nossa contemporaneidade e que se inscreve, valendo-nos de Foucault (1996), em nossa *epistémê* moderna.

Mas se podemos atribuir a um começo. Um começo a esse intento, esse começo é a linguagem. A linguagem em sua espessura, como nos ajuda Orlandi (1999). A linguagem em seu encantamento. A linguagem em seu ressentimento memorial. A linguagem em seus perigos e limites. A linguagem e sua ética. A oportunidade de pesquisa vem atravessada, portanto, de um desejo: além de discutir alguns fundamentos discursivos que estão imbricados no discurso selecionado, desejamos, ao longo da trajetória, perder-nos nessa espessura da linguagem, conversando sobre nosso tempo com os autores. Conversando com autores sobre os discurso hegemônicos que circulam no nosso cotidiano, que nos atravessam, nos perfuram e nos subjetivam. Seja pela violência da palavra, seja pela exaustão da repetição. Seja por um lugar íntimo na palavra que ainda pode ser visitado e reinventado. Sendo que no nosso caso, tendo em vista os autores principais que nos suportaram, brincamos com essa última possibilidade. A possibilidade de fazer as palavras escorrerem. Escorrerem seus caldos múltiplos que, em diversos lugares pedagógicos que nos cercam, aparecem como cerceados, fechados, protegidos e seguros. As palavras como casas. A palavra como arquitetura, como ensina Foucault. A desconstrução como um modo de entrar, como ensina Derrida. A liberdade de morar como uma ética, como afirmam Deleuze e Guattari e a liberdade de escrever como prazer, como ensina Barthes.

Então, ao pensarmos um discurso sólido, um discurso rígido, onde uma estabilidade quase-visível e quase-aparente se apresenta, escolhemos discutir sobre o discurso verde: o

edifício verde. Esta palavra verde que nos convida pra entrar. O que temos ao redor dessa palavra? Dessa casa, desse lugar habitável?

Uma floresta de sentidos. Signos organizados e controlados pelos movimentos de sombras e luzes, configurando o amaranhado de sentidos dispersos. No texto da vida, os signos do “verde” se multiplicam. Exibem-se, formando uma aldeia semântica sedutora. Fala-se muito. Escreve-se muito. O apelo ao “verde” está estampado em nosso tecido da vida, fragmentado em diversos enunciados, em artefatos de nossa cultura, acontecimentos se acumulam nas letras verdes. Este foi o texto, a ordem discursiva que me interpelou na escolha de um tema de pesquisa e se texto entendo como “um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” como quer Barthes (1988: p. 68-69), foram estes “mil focos da cultura” dispersores do discurso verde que me atraiu para perto, para pensá-lo, como ensaiado no *Efeito IV*. Lá, no *Verde efêmero*, experimentei a impossibilidade de morar por muito tempo nesta casa justamente porque nela as paredes se derretem quando colocadas em contato com a água aquecida que transborda nos murmúrios, nos não-ditos, nos desvios e falhas dos rios de discurso. Impossibilitados de permanecer nela por muito tempo, pois no verde não restam senão contradições. Divididos. Contradições verdes que teimam em ler o real em sua estreiteza, em sua continuidade histórica duvidosa e que nos lança a um conservador lar. Doce lar de origem. Um verde que nos interpela a assumirmos uma identidade verde. Porque nosso Brasil é verde, ou um dia fora. Nossa Bandeira nacional é verde, o ícone máximo de uma nacionalidade. A Amazônia é verde e é somente lá onde o Brasil pode ser verde...

Também escrevi que as tecnologias digitais contemporâneas possibilitam outras formas de relacionamento com o tempo e espaço. E se é possível assim dizer, experimentamos o espaço virtual da Rede Mundial de Computadores, especificadamente num site de entretenimento (Orkut) onde espiamos, como curiosos e desconfiados, se esta palavra verde, demasiada dita estava lá, cintilando no monstro de fabricar comunidades, se estava lá lançando questões que exigem respostas, exigem um “eu” que se assume no enunciado, que fala. E estava. E está. Comunidades virtuais do Orkut que muito bem podemos relacionar com a comunidade imaginária constituída em nosso tempo e que define

o que pode ser dito em nosso tempo quando o assunto é o verde. Mas como nos ensina Orlandi (1995), a palavra mesma vem atravessada de silêncios constituintes.

Este verde, verde de mata, verde da floresta, passou por momentos discursivos distintos em muitos sítios e tempos de estudo. Um histórico breve consta no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em sua 3ª edição, datado de 2005 impresso pelo Governo Federal, na Revista Agenda 21 Catarinense e no site da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. (www.fbds.org.br).

Na década de 60, as condições sociais favoreceram a emergência do discurso ecológico através dos alardes catastróficos sinalizando o movimento do progresso desmedido. Simpatizantes da causa ambiental se uniram aos apelos democráticos que eclodiram na época, possibilitando ao discurso conservacionista caminhar para sua institucionalização em diferentes datas e lugares. Nomeada como Educação Ambiental, esta preocupação foi incluída na agenda internacional durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pelo PNUMA, realizada em Estocolmo em 1972. Três anos depois, também em Estocolmo, foi instituído o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), no qual a fala do verde caminhou para sua naturalização entre as instituições envolvidas e em diferentes campos do saber. No Brasil, data de 1973 o início da institucionalização da Educação Ambiental no Governo Federal com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o que repercutiu na configuração da disciplina de Educação Ambiental tornando o apelo mais forte e ainda mais materializado seja através de documentos oficiais, inclusão do tema nos currículos e com a multiplicação de organizações não governamentais. Em 1981 foi criada no âmbito legislativo do governo a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e em 1988 o discurso em questão foi estabelecido na Constituição Federal no inciso VI do artigo 225 como necessidade: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Pronea, 2005, pág. 22). Em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92 - trazendo publicações: Convenção da Diversidade Biológica, a Convenção Quadro das Mudanças Climáticas Globais, a Declaração do Rio, Declaração das Florestas e a composição da Agenda 21, documento oficial que instituiu

possíveis práticas para o que se convencionou chamar “desenvolvimento sustentável”. Este binômio data, segundo os documentos, de 1987 quando foi redigido o texto “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland”.

Desde então, o binômio “desenvolvimento sustentável” passou a escorrer pelos rios das letras oficiais e não oficiais. O alarde dos ambientalistas da década de 60 se desdobrou no argumento da sustentabilidade, pensado como alternativa para um desenvolvimento compromissado com as outras gerações e que comungasse as preocupações das crises de diferentes ordens que o progresso inconseqüente gerava: crise dos recursos naturais, desmatamento, mudanças climáticas, as diferenças sociais e o descuido com a diversidade biológica e cultural.

São muitos os focos da cultura que exalam este apelo, este argumento. E esta nova ordem discursiva, no Brasil, com toda a riqueza natural, propagou-se de maneira violenta nas últimas décadas e junto com os rios de discurso do verde, do apelo à condição ecológica, vem a reflexão em torno dos signos, já mitologizados, trazendo aqui o que Barthes (1991) chama de pequenos mitos da tecido social, o congelamento do signo, mas também temos, na nova ordem, uma nova condição, uma abertura para pensares multidisciplinares que, ao nosso ver, emergem no território da Educação solicitando atenção e cuidado.

Como fala já naturalizada, o discurso verde se configura como uma ordem discursiva, conforme dito, em várias instâncias enunciativas no tecido da vida. O próprio espaço do falar no verde se instaura em espaços acadêmicos, congressos, escolas, cartilhas, parques ecológicos, comunidades virtuais como destacamos o Orkut, mídias especializadas, como jornais semanais eletrônicos, documentários e, falando do território geográfico no qual me situo: a própria cidade e estado que me recepcionam. O texto da cidade de Florianópolis nos fala do verde: morros ainda verdes, sítios de preservação. O verde interpela e nos seduz a pensá-lo, agora, não mais com a dureza e centralidade do discurso “ecocatastrófico” e nem com suspiros de ressentimento de uma natureza intocada.

Por isso, a escolha por falar no verde aqui, a partir deste lugar institucional, sinaliza para um deslocamento, que talvez ouse trazer para essa justificativa, para um pensar a questão verde não em sua verticalidade e profundidade de significado, tarefa

exaustivamente realizada com a configuração do novo saber e das autoridades relacionadas, como as discussões em torno deste ou daquele conceito, mas em sua horizontalidade: em sua superfície, portais de significação, aldeia semântica de sentidos, que, por já estarem naturalizados, convergem com imbricações de outras ordens que extrapolam a exaustividade discursiva, mas que entende a maquinaria verde uma condição de possibilidade de escolha do tema e de um tratamento desse discurso.

Avistando sítios de significação, aldeias semânticas, uma floresta densa de sentidos dispersos, saímos para uma aventureira, mas não irresponsável, busca de trilhas marginais que nos ajudem a ler o verde, a pensar o verde em alguns de seus diferentes desdobramentos que atravessam o caminho investigativo traçado do dentro da educação em relação ao seu Fora, às diferentes questões que permeiam o tecido cultural de nosso tempo. Um dentro composto por muitas vozes, tal como um texto. Um dentro caracterizado especialmente pelos saberes. Mas que saberes? Que saberes circulam na Educação de hoje e como circulam? Se o saber-poder de Foucault não pode ser destacado de nossas falas, de nossas críticas, de nossos movimentos ou tentativas de movimentos acadêmicos, como podemos fazê-lo sem a redução do Fora, sem se perder no Fora, sem olhar o Fora, sem trazer o Fora para dentro? E quando pensamos em trazer o Fora, não pensamos em demolir todas as escolas e promover uma educação “liberta dos grilhões do cimento”, como se ainda ouve. Não. Quem sabe, do cimentado terreno da palavra. Quando pensamos o Fora no dentro, pensamos na relação da Educação com os enunciados que circulam na sociedade, são constituídos nela e são ela. Um Fora, portanto, plural, múltiplo, complexo e que existe, em sua potência. Em sua cor. Em sua luminosidade. Em seus perigos. Foras bonitos e feios. Foras apenas. São devir insensato. Foras que nos falam ou nos calam. Foras que nos excitam e por vezes condenam. Fora que nos diz.

A tentativa de escritura engajada, como pretendemos lá no *Verde Efêmero*, ela só é engajada por ser política e só é política porque está viva. Por que não tivemos esta escolha: estamos vivos e mergulhados em relações políticas.

Um caminho marginal, explicita o título, escolhendo resíduos marginais que se amontoam nesses rios de discurso, “lugar” analítico composto por folhas e nutrientes de teóricos que sinalizam um terreno fértil de reflexões e hesitações, como é próprio de um rio

de águas turbulentas e obscuros recônditos de uma floresta de sentidos. Um lugar apertado, pensado junto com os autores que caminham comigo nessas trilhas e que me ajudam a tecer perguntas sem respostas, como esta:

Que possíveis tensões relativas a produção, multiplicação e/ou controle das subjetividades podem estar pulsando nas imbricadas produções de sentido do discurso verde em algumas das diferentes instâncias enunciativas e culturais que compõem o nosso texto, tecido da vida? Obsessão pelo verde, pela falta dele ou em falar nele?

Já é possível falar em uma cultura do “verde”? Como se organiza o controle do discurso verde e como ele se materializa, através das letras de nossa cultura e nessa cultura de letras?

Para tentar fazer uma síntese das inquietações e paisagens que vislumbramos para este caminhar, delimitamos algumas das muitas aldeias semânticas do verde: textos da Revista *Veja*, revista semanal distribuída em todo o território nacional, pensando esta revista como um dos múltiplos artefatos culturais que compõem o circuito cultural, conforme nos iluminam os pressupostos dos Estudos Culturais. Seleccionamos a seção “Ambiente” durante o ano de 2005 para este experimento por estarem concentrados nessa seção principalmente, os textos que imprimem o discurso em questão, mas certos que este discurso pode aparecer em demais momentos da revista, em especial na publicidade, que já se apropriou do discurso verde como argumento. A própria configuração de um espaço, de uma entrada do tema na Revista já nos convida a pensar nas condições que possibilitaram a constituição de um espaço de letras verdes na revista em questão. Foram rastreados 38 textos, a maioria da seção em destaque e em reportagens e edições especiais dedicadas ao tema, que são nosso laboratório de experimentos com as palavras verdes na revista *Veja*. Vamos tentar “ver” o que eles vêem, ou o que desejam ver, ou ainda, o que desejam vender para os olhos. Vamos olhar a *Veja*. Vejamos o que nos diz do verde. Porque a *Veja* diz: VEJA O VERDE, nos seguintes textos:

Ele anda sumido	12/01/2005
Quanto você pesa para o planeta	19/01/2005
Donos da natureza O verdadeiro Ecologismo	26/01/2005
A guerra contra o canguru	02/02/2005
A revolução verde	19/02/2005
A mártir da floresta O Calor que ameaça a vida	23/02/2005
Nordeste? Não. Rio Grande do Sul.	16/03/2005
A prova do efeito estufa	23/03/2005
As ações entre novos amigos	13/04/2005
A caçada chega ao seu último refúgio	20/04/2005
Os grandes predadores	27/04/2005
Caçada Ecológica	04/05/2005
Amazônia à venda: petistas presos aceitavam propina de madeiras que devastavam a floresta	08/06/2005
Fumaça rima com ameaça	29/06/2005
Tesouro Submerso	17/08/2005
Devastação via internet	24/08/2005
Poluição na Floresta	31/08/2005
Cegueira das Civilizações	07/09/2005
Caçador de homens	28/09/2005
Risco nos mares	05/10/2005
Especial: A terra no limite: Perigo real e imediato O paradoxo da água Um Olhar sobre o futuro O tamanho da destruição no Brasil A Terra é o paraíso As Sete pragas da Amazônia O risco de pagar pra ver Florestas de proveta	12/10/2005
O estrago é bem maior	26/10/2005
Menos de 1% tem o selo verde	09/11/2005
A dança dos bicos	07/12/2005
Pantanal: um paraíso perdido Retrato das águas	14/12/2005
Retrospectiva: A natureza se vingou A Amazônia começou a morrer Peleja da Economia contra a Ecologia	28/12/2005

Concordando com Santos (1999) que considera que “sendo certo que cada método só esclarece o que lhe convém e quando esclarece fá-lo sem surpresas de maior, a inovação

científica consiste em inventar contextos persuasivos que conduzam à aplicação dos métodos fora de seu habitat natural” (p. 48-9) pensamos ter encontrado estes contextos na análise da Revista, através de exploração de procedimentos da Análise do Discurso, aqui sendo pensada como método tendo em vista a potencialidade de seus princípios em tocar e apontar para os desdobramentos que esperávamos explorar, já que foi em seu interior onde tudo começou. Nos ajuda Orlandi (1990, p. 35) ao escrever que “a relação da AD com o texto não é extrair o sentido, mas apreender sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos”. Por esta razão, o texto analítico “Discurso” está composto por movimentos que vão de possíveis sombras conceituais, leitura de procedimentos que tentam promover a centralidade e literalidade dos discursos e dos sujeitos e por fim jogos de sentidos que caracterizam a luta pelo dizer, como dizer, os sentidos que atravessam alguns dos textos, objetos de análise. Textos que não foram exaustivamente trazidos aqui, uma vez que nossos objetivos podem ser alcançados ora com leituras transversais dos textos, ora verticalizando a análise em alguns pontos relevantes.

Mas... o autor morreu, escreve Barthes (1988) e entram em cena os galos de João Cabral. Então, sou mais um galo cantante de João Cabral, cantando meu canto junto com outros galos que já cantaram e continuam a cantar, cantando todos e juntando num mesmo canto de luz a vontade de fazer de nossa escritura uma potência geradora, que nos faça pertencer e reafirme nossas escolhas, medos e belezas em relação ao mundo. Aqui, certos de estarmos neste fluxo discursivo, neste terreiro de galos cantantes, escolhemos alguns galos mais próximos, dos quais capturamos notas/palavras, sinais para um canto polifônico do verde, imprimindo, nesse tecido um sentido: a tensão própria de escrever-se através das palavras escolhidas.

Para isso, não foi necessária uma exaustiva exploração dos bancos de dados, periódicos especializados e centros de pesquisa para chegarmos à conclusão que a relação entre discurso e meio ambiente vem sendo explorada em aspectos e enfoques variados que se interseccionam na sinfonia dos galos, como educadores, biólogos, filósofos, antropólogos, historiadores, lingüistas e outros. No entanto, existem aqueles que tratam da Lingüística que aborda exclusivamente o temário ecológico, a Ecolingüística, e os que abordam, especificadamente o discurso verde ou discurso ambiental. Apresentaremos

alguns dos cantos rastreados para, dentro dos nossos limites e intenções, justificar a importância de nosso enfoque e tratamento ao tema, a relevância do mesmo para a comunidade acadêmica que já está inserida no terreno de debates e que, possivelmente, resultará em novas abordagens, em novos recortes, novos enfoques, novos cantos, notas, assim...*ad infinitum*, tal como a Ciência caminha.

Começamos pelo globo, com Fill e Mühlhäusler (2001), que publicaram “The Ecolinguistics Reader. Language, Ecology and Environment” que disserta sobre a nova “etiqueta” da Lingüística trazendo, segundo a resenha de Owen (2004), 29 artigos entre 1912 e 1998, de autores como Edward Sapir, George Steiner e Michael Halliday, que prenunciaram a interface da relação entre língua e natureza ao longo do último século. Ramos (2004), professor e pesquisador da Universidade de Minho, aborda em sua tese de doutorado sobre “O discurso do ambientalismo nos *media* escritos” problematizando, entre outros tópicos, a emergência da nova etiqueta da lingüística mencionada acima. Segundo o autor, não existe um padrão conceitual rigoroso do novo campo de estudo, mas o que existe é uma convergência de esforços em comungar, através da análise de discurso e estudos sobre a ecologia das línguas naturais, considerações sobre a nova ordem ambiental.

De Mauro Grün (1995, 2004), professor e pesquisador da UFRGS, baseamos-nos em alguns de seus escritos que ajudaram a nos situar em relação ao tema e sua complexidade. No primeiro texto selecionado, intitulado “A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo”, aborda com profundidade as condições de produção que possibilitaram a emergência do discurso da educação ambiental a partir de formações discursivas relacionadas aos estudos naturais do século XVIII e mais tarde da disciplina de Biologia. Em perspectiva foucaultiana de estudo arqueológico, Grün (1995) visita territórios conceituais e, conforme escreve, desenha “a paisagem discursiva na qual a educação ambiental surge como um novo saber e uma prática possível” (p. 159) para, em seguida, indicar os desdobramentos filosóficos e éticos – efeitos do novo discurso, que conforme sinaliza o autor, guarda riscos e perigos em suas imbricações conceituais. Grün (1995), no artigo supracitado, aponta para o território conceitual de ordem filosófica que as interpelações do discurso ambiental produz em seus sentidos múltiplos. No autor também aparece a idéia de autoridade e meio ambiente,

relação esta possível de mais pensares juntos, já que o que se vê, ainda, mesmo depois de tanto tempo que o discurso se apresenta em diferentes artefatos culturais, são nós de sentidos bastante atados e atraentes para quem pretende andar por uma floresta, visitando trilhas já desbravadas e às vezes se perdendo na mata, buscando, conforme proposta inicial, caminhar em trilhas marginais, que não só nos lancem aos riscos das palavras escolhidas como também nos façam perdidos fortuitamente, para que depois do constrangimento das andanças sem rumo voltemos e afirmemos algo.

Mas é em “Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária”, que Grün (1996) explora com mais exaustividade o que apontou ao final do primeiro texto citado: o extrapolar dos princípios que vigoram o discurso ambiental para o terreno da ética. O autor inscreve as preocupações e interpelações ambientais no âmbito do racionalismo moderno, trazendo possíveis valores e pensamentos que fundamentaram o caminhar cultural de nossa civilização: desde o humanismo, o cartesianismo e mais tarde o terreno moderno e seus paradigmas.

A Educação Ambiental foi enfocada neste momento da investigação, pois se falamos em questão verde, rapidamente relacionamos diálogos realizados por educadores, biólogos e ecólogos face ao novo terreno interdisciplinar chamado Educação Ambiental (EA), que vem provocando novos olhares a temas que se esbarram, como percebemos nos livros “Educação Ambiental, repensando o espaço da cidadania”, de 2002 e “Tecendo subjetividades em Educação e meio ambiente”, de 2003. Brugger (2002), em um de seus muitos escritos relacionados, discute sobre os conteúdos (anti) ambientais veiculadas em mensagens publicitárias. Mas é em “Educação ou adestramento ambiental?” que Brugger (1994) percorre uma trilha fundamentada e elucidativa para quem pretende entrar nesta floresta de sentidos do discurso verde. A autora faz uma discussão epistemológica sobre o paradigma que sustenta nossa sociedade e conseqüentemente nossa educação: o paradigma cartesiano, que além de técnico é fragmentário e unívoco. Para isso, a autora explora semanticamente os binômios: educação ambiental e desenvolvimento sustentável, em documentos oficiais que discutem e propõem o tratamento da questão. Ao discutir essas palavras cheias de sentidos atravessados e opacos, Brugger (1994) chega ao paradigma em

que emerge a EA e que, segundo a autora, transborda para além da nova disciplina chegando a Educação.

Maldonado (2001) disserta sobre “A nova ordem do discurso da educação ambiental”, discutindo sobre o discurso da educação ambiental, subsidiada metodologicamente pelos testemunhos de professores envolvidos com a EA na Universidade de Mato Grosso do Sul e perspectiva teórica foucaultiana. Já Carvalho (2001) escreve em a “Invenção Ecológica” sobre as significações culturais e representações da natureza difusas entre os atores sociais diretamente envolvidos com a interpelação do tema, pensando o discurso ecológico ele mesmo como disseminador de uma invenção ecológica: os sujeitos ecológicos relacionados na pesquisa nascem de um ler e falar das crises ambientais.

No mesmo caminho e até comungando de terreiros conceituais dos Estudos Culturais, Wortmann (2004) e colegas de pesquisa como Guimarães (2004) e Sampaio (2004) discutem sobre a construção das representações da natureza. No texto “Praticando Estudos Culturais em articulação com a Educação Ambiental”, os dois últimos problematizam a construção de representações culturais da natureza e questões relacionadas como o consumo, que aparece, nos manuais de Educação Ambiental, reduzido a problemáticas sanitárias, utilitaristas. No texto, os autores problematizam a representação de consumo, no sentido de deslocá-lo para outros terreiros, terreiros ligados à cultura, como faz o pensador da cultura Canclini, quando afirma que: “o consumo serve para pensar” (Canclini apud Guimarães e Sampaio, 2004, p. 135). Segundo os autores, trata-se então de pensar “o consumo como lugar de distinção simbólica, de afirmação de pertencimento de grupos sociais e de construção de identidades”(op. cit).

Bellini, estudiosa que aborda em suas escrituras a Educação Ambiental, Ciência e Filosofia, na Universidade Estadual de Maringá, especificadamente orientando trabalhos relacionados a este lugar interdisciplinar, como a dissertação de Medeiros (2000), que problematiza uma perspectiva educacional para divulgar “os estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura – Nupélia, desde 1986, dirigido a um público não especializado em ciência”. (p. 10) e a de Parolin (2001) “O silêncio das araucárias: memória e esquecimento da natureza em um grupo de moradores da microbacia

hidrográfica do Rio do Campo”, na qual a autora discute sobre as relações entre antigos moradores de uma comunidade rural e a natureza, ressaltando o esquecimento-da-natureza como esquecimento-de-si, revelados a partir das histórias narradas pelos mesmos.

E por último, um dançarino sonhador que canta em seu espaço plural: Garcia (2003), que, a partir de pressupostos filosóficos, fala sobre uma possível ética ambiental como ética contemporânea, atravessada pela incompletude de uma “alteridade abismal” que colore o desenho da vida no planeta e em nossas micro-escolhas cotidianas dinamitadoras de um pensar contínuo, uma idéia de tempo linear e que instala um tempo materializado em sua infinitude espacial, multiplicador de acontecimentos e da diferença.

Certos da não exaustividade de nossa busca, procuramos selecionar, escolher autores e abordagens que mais ou menos sinalizassem o lugar apertado no qual nos instalamos, num lugar apertado de palavras possíveis e proibidas, controladas e que mesmo assim escorrem a um para além da discursividades verde e cai, conforme experimentamos dançando, em halos de imbricações de diferentes ordens.

Assim, demasiadamente dito acima, reintegro que o discurso verde já esta institucionalizado e pulverizado em várias instâncias enunciativas de nosso tecido social, forjando, talvez, uma pseudocultura do verde, uma vez que por cultura, entendemos a negociação cotidiana de signos, valores, bens simbólicos e materiais. Como pseudocultura do verde entendemos, portanto, essa grande comunidade que foi instituída ao longo dos anos e que, no nosso caso do Brasil, foi capaz de forjar um imaginário verde em que a verdade está posta, seja pelos estudos científicos, seja por instituições de ensino e mídia, a verdade está colocada. Verdade que ao mesmo tempo nos constrange, em sua culpabilidade discursivamente construída e que nos mantém iguais, os mesmos, idênticos, “como nossos pais”, porque se é da ordem de uma verdade verde, uma verdade da natureza, a verdade é que por mais que eu me esforce, não vou conseguir restaurar o equilíbrio que minha mão humana causou ao planeta. Entre alguns dos abismos semânticos que circulam no discurso verde como salvação ou inferno, cultura ou natureza, homem ou natureza, cidade ou natureza, amanhã ou hoje, higiene ou sujeira, atraso ou civilização, esses abismos semânticos só nos fazem ler que existe um certo controle nesse discurso, que tenta, como

ensinou Foucault, “conjurar seus poderes e perigos”, propondo um dito, conjurando muitos outros.

Uma vez que o discurso perfaz um caminho controlado por todas as dinâmicas de poder que o constitui, este mesmo poder que o constitui também constitui os sujeitos contemporâneos que, divididos em seu interior, caminham ora errantes, ora disciplinados, ora afirmando as verdades que os constroem, ora reagindo, reinventando. Suspeitávamos, portanto, que:

- * Neste discurso há o que pode ser dito e o que não pode ser dito.

- * Existem relações de poder e desejo que geram tensões em diferentes níveis: discursivos, identitários, culturais e talvez até existenciais.

- * Pensávamos também que o afirmado *status quo* poderia estar relacionado com veias históricas e culturais de nosso tempo e espaço, nossa condição local e global.

- * As possíveis “mudanças de conduta” (ou não) poderiam estar relacionadas a uma dimensão ética mais peculiar e localizada do que aclamam os “ecocatastróficos/matemáticos” e menos transcendental de que se ressentem os espiritualistas.

- * Pensamos também que esta dimensão ética pode estar relacionada com a contaminação do dentro/fora das subjetividades contemporâneas e os processos de subjetivação e, no caso, da subjetivação verde.

- * E que as máquinas tecnológicas de informação e comunicação aparecem como atravessadoras nos processos de subjetivação.

Muitas outras foram as suspeitas iniciais que configuraram este projeto. Algumas se simplificaram, outras se complexificaram, chamando-nos para os deslocamentos vividos durante a feitura do caminhar. No entanto, estamos certos que essas angústias fizeram parte de um certo desconforto concernente ao frenesi analítico excitado com os pensares, textos e reflexões do processo, que conforme experimentamos, fizeram parte de um perder-se fortuito, que ora exigiram que nos perdêssemos na selva de sentidos e ora pudéssemos parar, respirar, escolher equipamentos e continuar, contemplando as paisagens de sentido, experimentado nas águas frescas e nas sombras teóricas que nos deram apoio.

Assim, tendo em vista as principais questões que nortearam a escolha do tema, o recorte e justificativas, o momento em que estivemos inseridos e o limite deste

empreendimento, pretendíamos, com este trabalho, colaborar com a discussão sobre o discurso verde, trazendo alguns pressupostos discursivos para análise, na busca de jogar com algumas das tensões que emergem neste minado terreiro, nos imbricados sentidos que vazam da exaustividade discursiva para um atravessamento subjetivo e cultural convergente ao tema e às preocupações da Educação no agora.

Então, como objetivos específicos, trilhas marginais, propusemo-nos a:

- Refletir sobre os possíveis efeitos de sentido propagados nos processos, nos silêncios e nas tentativas de normalização e centralização do discurso verde;
- Discutir sobre as teias e formações discursivas presentes no *corpus* para criar hipóteses sobre a recepção e a circulação dos enunciados verdes em nosso cotidiano;
- Analisar o discurso em recortes e fragmentos de diferentes instâncias enunciativas e culturais para fazermos considerações de como o tema vem sendo tratado nestes terreiros semânticos;
- Investigar o discurso selecionado para tecer considerações em relação aos seus dispositivos de ação e difusão cultural, na constituição das subjetividades e identidades contemporâneas;

Começamos e terminamos sem saber se é possível responder todas as inquietações propostas, já que muitas outras se multiplicaram num abraço positivo e necessário para quem veio escutar o excesso do ruído. Talvez só a lição da desconstrução seja ela mesma a lição mais árdua e o único objetivo alcançado.

Não sabemos se conseguimos responder a todas estas inquietudes iniciais, mas aqui assumimos que, no processo mesmo do caminhar desconexo presente no *Caos*, estas marcas de abalo e de cismas em relação ao discurso verde apontam para um cruzamento que às vezes se abre ao infinito e por momentos se fecha num espaço só possível de acontecer nesta efêmera escritura e em outras casas-palavras que aluguei para morar junto com o verde e comigo mesma.

Discurso

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisara sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em teia, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

Um galo sozinho não tece uma manhã. Ele precisa sempre de outros galos. Outros galos, que apanhe uma letra aqui e a lance para lá. E a teia vai se tecendo assim. E os discursos vão se tecendo assim. Quando nos propomos a analisar discursos, são muitas as escolhas que nos interpelam. Entender que existem discursos e não “o” discurso já é uma delas. Depois, como nos ensinam teóricos da linguagem, como Bakhtin, Ducrot, Orlandi, Barthes e, principalmente, Foucault, precisamos entender que um texto não é fechado, mas é aberto. Composto por várias vozes que se materializam no processo enunciativo. Por enunciação, então, entendemos um eu-aqui-agora, que se materializa em palavras escolhidas, que fala de um lugar enunciativo, ainda que provisório, formado por regras, muitas vezes anônimas, mas que existem e são dinâmicas, tal como a linguagem. Um eu, que não é um sujeito transcendental que transporta uma palavra de um lugar pra outro, numa representação fiel, como nos mostrou Derrida na “ilusão da presença”, mas é uma posição, uma função do enunciado, e, principalmente, um eu dividido, descentrado e não dono de seu discurso, cisa esta proposta pelo pensamento psicanalítico, primeiro em Freud e depois em Lacan.

Se o discurso se materializa num campo enunciativo dado e que nos permite reconhecer formas que coexistem, ou seja, presença de outros textos, outros discursos concomitantes muitas vezes enredados em laços de memória que operam estratégias, precisamos adiantar, de acordo com a proposta de Foucault (1997), o que o autor entende por enunciado, por ser um conceito fundamental na sua teoria de discurso e principalmente para aceitarmos trabalhar segundo seus procedimentos de análise. Procedimentos estes caracterizados por transcrições de enunciados de um ou mais campo enunciativo; observância dos modos de tradução dos enunciados de um campo discursivo para outro, como no nosso caso, do discurso científico para o discurso jornalístico e ainda uma atenção especial aos métodos de elaboração das proposições, pensando que este último permite, no nosso caso, o recorte dos textos selecionados tendo em vista as regularidades de estruturação e também a exploração de jogos semânticos que aparecem com muita frequência nestes textos. Temos ainda os procedimentos de controle interno e externo dos discursos, que Foucault (2004) nos propõe n’A *Ordem dos Discurso* e que procuraremos

identificar conforme as manifestações enunciativas presentes nos *corpus*. Se toda análise, portanto, gira em torno do enunciado, precisamos anunciar, não sem constrangimentos, este conceito que atravessa a “obra” do autor e que seguirá conosco na leitura. Quando escrevemos que nosso anúncio não se faz sem constrangimento, justificamo-nos pela frequência com que o autor explica os conceitos e teorias com os quais opera, o que, se, por um lado, ajuda-nos a relacionar as diferentes passagens dos textos, por outro, lança-nos ao risco, ao risco de sempre duvidarmos se estamos, de fato, conseguindo alcançar o nível da análise proposta, como numa “virada lingüística”. Talvez essa insegurança seja uma marca fundamental do novo modo de criticar: pôr em crise a linguagem, como escreve Barthes (1988), e também nos deixar levar muito mais pelo “como” no lugar de “o que”. Mas este é um risco saudável, tal como aprendemos a ler e a ver. E sem riscos não é possível escrever. Então vejamos o que escreve Foucault (1997) sobre o enunciado:

é a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade diferente que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano, modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 1997, p. 123-124).

Ou ainda :

é uma função de existência que pertence, exclusivamente aos signos, e a partir do qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 1997, p. 99)

Por isso é que, para Foucault, não se faz necessário retornar ao princípio, “remeter o discurso á longínqua presença da origem” (1997, p. 91), pois aceitar os enunciados como materialidade, é lê-los como acontecimento, ou tal como propõe o autor, como monumentos, erguido no relevo discursivo da história, não ficando apenas no nível da língua e nem do sentido, que os excedem na medida em que é tratado como acontecimento:

É preciso acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformando, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 1997, p. 91)

Mas quando analisamos discursos com ajuda de Foucault, também precisamos nos despir de outras ilusões, principalmente aquela que busca revelar algo escondido nos textos, como nos ajuda Fischer (2001) e Orlandi (1999). Que incansavelmente escrutina os textos buscando nele “a verdade” triunfante ou, ainda, desejando precisar “o sentido oculto”. Trata-se de superar o nível da interpretação, o que, segundo o autor, mostra-nos a pobreza enunciativa que nos faz reagir com a multiplicação dos discursos, para, então, questionarmos as leis dessa pobreza, ou seja, as condições de existência que possibilitaram ao enunciado ser colocado de uma ou de outra forma, neste lugar, dotado de autoridade e com o efeito de “verdade”. Para isso precisamos ficar no nível material das palavras. Ou seja, naquilo que lemos quando manipulamos revistas, nos recortes feitos pela câmera numa reportagem jornalística. Nas fotografias-enunciados. Nos mapas-enunciados. Nos gráficos-enunciados. Poderíamos dizer que se trata de analisar um ritmo mesmo em que as palavras-imagens-sons aparecem, dançam, e saem de cena, para figurarem novamente em outro espaço. Em outra manhã... Para serem pedras de uma outra construção vizinha. Precisamos nos livrar, como fala Foucault (2006), quando lidamos com o discurso, “da noção de influência, que dá um suporte - mais mágico do que substancial - aos fatos da transmissão e comunicação”.(p. 87).

E o que de mais estimulante e ao mesmo tempo desestabilizante podemos discutir em nosso tempo além da ilusão da comunicação? Ou melhor, o que nós, pesquisadores da educação, olheiros atentos aos fenômenos que singularizam nosso tempo, podemos fazer com teorias como esta, que nos provocam a pensar de outro jeito o nosso tempo, as palavras e as coisas de nosso tempo?

Quando escolhemos abordar o discurso verde nesta pesquisa, objetivamos analisá-lo buscando ouvir não apenas essas tantas vozes que falam nele, por entendermos que ali, conforme já apontamos, há uma heterogeneidade constitutiva, mas também observar como

se articulam essas vozes, no que elas têm de encontros, de promessas, de lugares seguros e certezas unívocas, por entendermos que assim estaríamos colocando em questão essa dúvida, colocando em questão a segurança da comunicação, a segurança da transmissão. Por lermos também ali os visíveis embates de força que configuram este discurso, já que essa é uma premissa clara para Foucault: falar em discursos é reconhecer sua produção e circulação nas relações de poder que desenharam a paisagem da vida social, das práticas, das negociações simbólicas e materiais da cultura. Esta nossa cultura caracterizada pela rápida circulação de significados, de representações; pelo intenso fluxo informativo, onde os limites de tempo e espaço são, dia após dia, relativizados mediante as possibilidades tecnológicas que promovem diferentes experiências com o mundo em que vivemos, o tempo que vivemos e a configuração cultural em que vivemos. Se nossa cultura se caracteriza por intensa troca de signos, o que Foucault nos ensina é questionar o regime desses signos, que se desdobram em regimes de saberes, que tecem as relações de nossas “realidades” multidimensionais e complexas, muitas vezes imprimindo nela uma mesma face, um mesmo rosto, quando sabemos que esse *mesmo* é resultado de dinâmicas discursivas, sentidos historicamente construídos em meio a relações de força e poder.

Com certeza, o conceito de poder, intensamente discutido por Foucault, é interessante aqui para entendermos que não se trata do poder de Estado apenas, não se trata também de reconhecer o poder apenas em organismos, “aparelhos ideológicos”, que estariam ligados a mecânica geral de manutenção do sistema e de seus domínios de força e repressão, como analisou Althusser (2003), mas um poder espalhado numa microfísica, articulado com o desejo e que desenha um saber. Um poder micro que se estabelece em todas as práticas sociais. Um poder distribuído nas diversas e complexas relações que configuram nossa vida, seja no nível de transformação do real, seja no nível de atribuição de sentidos a este real. Por isso, quando pensamos em discurso, em Foucault, precisamos pensar na dimensão de um poder que circula entre diferentes grupos, entre sujeitos, pensando o fato enunciativo como fato imbricado nas relações sociais, envolto em lugares institucionais dotados de certo *status* e legitimidade:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas,

induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1995, p. 8)

Pensamos que a dinâmica discursiva que compõe o real esteja muito visível em nossos tempos de excesso de informações, de corrida contra o tempo, ou melhor, da configuração de um tempo diferente, acelerado desde de que as possíveis máquinas industriais foram pintadas na paisagem humana, assim como a imprensa gutemberguiana, a globalização geográfica, cultural e econômica, a indústria cultural. Vemos, portanto, se configurar, a partir da revolução urbano-industrial, outras formas de relação com o tempo que, em nossa contemporaneidade, com o advento das tecnologias de informação, como o Rádio, a TV e, por último, a era digital, instala um novo tempo: o tempo das palavras, o tempo dos discursos - o tempo de um discurso, que conversa com os fatos exteriores a eles. E esta seria a grande contribuição da Análise de Discurso, sua proposta de avançar na dicotomia saussureana de língua/fala, diacronia/sincronia, para se estender em forma de análise crítica aos domínios do sujeito e da história. Ou seja, o lado de fora da linguagem. Segundo Foucault (1997), discurso é prática. Para Orlandi (1999) é trabalho. Temos, portanto, algumas condições de avançar em nosso texto agora, tendo em vista que o que está em jogo aqui é a linguagem, é um modo de falar de um tema, uma escolha ética de ler e escrever, já que o que vemos se configurar é uma maneira de escrever o mundo, e não escrever sobre ele. Trata-se mesmo de uma fabricação discursiva de um real.

No texto anterior, apontamos o período escolhido para observarmos a dinâmica discursiva presente na Revista *Veja*. São várias as opções que temos para entrar na análise propriamente dita nesta conversa que propomos, mas escolhemos iniciar trazendo os conceitos principais que nortearão nossas análises. E como não poderia deixar de ser, começamos pelo *discurso*, uma vez que já levantamos o conceito de *enunciado*, para depois sim, propormos estratégias e recortes que dêem conta de explicitar alguns dos eixos analíticos que julgamos interessantes, certos de que estas escolhas, recortes, elas mesmas já são feitas de um lugar de cruzamento de forças, não sendo, portanto, isentas e nem neutras e, ainda, serão delimitadas conforme os objetivos demarcados, já que a extensão diacrônica do *corpus* possibilitaria muitas formas de intervenção. A nossa análise manifesta-se na

forma de algumas investidas em determinados textos, seguindo o conselho de Foucault, que escreve que os recortes podem ser feitos de acordo com focos difusos de poder e resistência impressos nos documentos.

Acima já apontamos algumas pressuposições necessárias que afloram da leitura de Foucault e seus variados escritos, de Orlandi e os outros que cruzaram em nossa teia ao adentrarmos nos domínios da linguagem. São várias as conceituações, especialmente na *Arqueologia do Saber*, em que tais conceitos são retomados. Sobre o discurso, Foucault (1997) escreve:

(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1997, p.56)

Foi justamente esse “mais” de que fala Foucault que nos motivou a percorrer um pouco do funcionamento do discurso verde, uma vez que nesse mais, entendemos com Orlandi (1999, p. 31), que podemos ler um pouco da memória discursiva constituída “pelo saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que esta na base no dizível, sustentando cada tomada de palavra.” Esse “mais” como a proposta de leitura de Barthes (1988): disseminar, levantar a cabeça, uma hemorragia de sentidos provocada pela unidade de análise, o texto, como tentamos exercitar lendo o texto Orkut e lendo o banquete dominical parque ecológico ou ainda a ilha memorial dos monumentos do Patrimônio Histórico, lá no *Caos*.

Na Revista *Veja*, conforme apontamos, o discurso verde cintila numa seção própria dedicada ao tema: *Ambiente*. Neste caso, só a nomeação da seção já se torna problemática e digna de análise, pois, de acordo com teóricos da Educação Ambiental, o conceito de ambiente, ao longo de sua “história” discursiva se metamorfoseou, ora aflorou, ora perdeu

força, cedendo espaços a outros conceitos. Mas o mais claro que entendemos a partir dos críticos é que existe uma forte e clara tendência em reduzir o conceito de ambiente ao espaço natural, verde, quase sempre áreas dedicadas a entretenimento ou lazer, como bosques, reservas. Esta “redução” do ambiente ao ambiente natural é uma crítica bastante comum entre os estudiosos, que alegam que esta redução semântica influencia na recepção e articulação da disciplina. Este é um dos argumentos do estudo de Paula Brügger (1998), que discutiu em sua pesquisa de mestrado como a educação “ambiental” nem sempre dá conta de corresponder a questões mais abrangentes de ordem social, cultural e econômica, ficando reduzida a uma visão conservacionista e descolada. Para nós, que escolhemos ler o discurso verde a partir de pressupostos pós-estruturalistas, entendemos que as metamorfoses, dinâmicas de um conceito dentro de um feixe de relações de força são já amostras que o discurso não é tão homogêneo assim, mesmo que a percepção geral é que se trata sempre de um único e mesmo argumento e, como veremos, mais do que pensar em redução semântica, trata-se de uma dispersão dos discursos. Segundo Foucault, os conceitos que emergem e se transformam ao longo do caminhar irregular do discurso podem ser lidos como elementos de repartição na análise que, ao lado de objetos e modalidade de enunciação, configuram uma formação discursiva. Sendo assim, somente o nome da seção analisada já nos remete a um conceito, a um ponto de irrupção deste discurso. Entramos aqui no regime de aparição dos enunciados. Por isso, o fundamental para conceber o discurso do ponto de vista foucaultiano é entender seu conceito de *formação discursiva*:

No caso em que se puder descrever, entre um certo numero de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (1997, p. 38)

Entendemos que tanto os discursos relacionados à *Educação Ambiental*, *Sustentabilidade*, como também à disciplina *Ecologia*, fazem parte de uma mesma formação discursiva, num feixe complexo de relações que funcionam como regras próprias. Segundo Mauro Grün (1995), que analisou os solo arqueológico da disciplina de Educação

Ambiental, é possível diagnosticar os primeiros acordes, os primeiros galos, no interior das Ciências Naturais, no século XVIII. Segundo o autor, a Educação Ambiental se tornou prática e saber possível, a partir de arranjos discursivos que se cruzam com as teorias naturais do século XVIII, principalmente Gilbert White e o botânico Carl Von Linné. Do primeiro, destaca Grün (1995), herdou a visão arcaica e romântica que apregoava uma relação harmoniosa com a natureza e, do segundo, o argumento de classificação, organização, marcando fortemente o espírito classificatório do Iluminismo e que foi incorporado ao discurso científico e ainda se configura como uma das principais marcas da particularidade do discurso analisado. Já o conceito de ecologia, segundo Grün, surge apenas em 1893, ligado ao estudioso Ernest Haeckel. No século XX, continua o autor, surgem outras várias expressões que vão se agarrando ao discurso ecológico, como *mundo ambiente* e depois *unidade ecológica, realidade organizadora*. Trata-se, segundo Grün, de ler nesses movimentos o que Foucault chama de “limiar de formalização”, quando um discurso é capaz “de definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas”.(Foucault apud Grün, 1995, p. 163). E continua “Na verdade, a ecologia deriva da mesma formação discursiva da qual surgiu a biologia. A passagem da história natural à biologia (não a classificação de seres, mas o estudo das correlações específicas dos diferentes organismos) deu-se em Cuvier no século XVIII. (op. cit., p. 164).

Assim, tendo em vista as condições de possibilidade do surgimento da disciplina, a Ecologia passou a ser considerada uma ciência de números, controles, mensurações, enfim, uma leitura matemática que combinava o contraste de diferentes realidades e organizações. Segundo Mauro Grün, à prática discursiva denominada pelo autor “eco-matemática” soma-se uma outra prática que excede ao discurso: a vertente “eco-catastrófica”. Foucault nos ensina que os discursos são fatos sociais, sobretudo. Sendo fatos sociais ele são colocados em funcionamento a partir de regras e práticas reguladas. Estas práticas de mensuração e observação dos seres vivos que originaram a disciplina de Ecologia são, para Foucault (1997), práticas discursivas. Mas o que Grün (1995) detecta em sua pesquisa é a captura de acontecimentos visíveis, como a bomba atômica de 1945, entendida como prática não-discursiva, ou seja, que se estende ao regime de visibilidades e passam a conversar e

convergir com outros discursos circulares. Está pintada aí, a paisagem em que cruzam práticas internas e externas ao discurso que sabemos, colocam em evidência as relações, pois são elas, as relações que

estão de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem de oferta supõe que objetos sejam formados de um lado e o discurso do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los. etc (FOUCAULT, 1997, p. 52).

No entrecruzamento das duas práticas, podemos entender, então, a emergência da Educação Ambiental, ou seja, na combinação entre a prática “eco-matemática”, que segundo Grün (1995) define-se pelo seu caráter classificatório, contábil e a prática “eco-catastrófica”, que propõe sempre a questão da sobrevivência da humanidade em relação a leituras de dados fornecidos por diferentes meios técnicos. Para nós, com base no material selecionado, já anunciamos que esses arranjos discursivos são visivelmente presentes nas configurações contemporâneas do discurso verde que, na modalidade “fast” enunciativa do discurso jornalístico, vemos que se privilegia o acesso rápido às informações, à síntese e à transposição de discursos de maneira a “facilitar” a penetração no texto através de gráficos resumidores dos principais argumentos formulados, como observamos em diversos textos, como *Revolução Verde*, de 09-02-05, *O Calor que ameaça a vida*, de 23-02-05, ou nas reportagens especiais *Corrupção* e *A terra no limite*, respectivamente 08-06-05 e 12-10-05. Mas esta não é a grande questão das traduções de um discurso para outro. Contemporaneamente com o advento da cultura midiática, muitos atravessamentos discursivos são evidentes, principalmente atravessamentos de um campo para outro, apropriações que, como analisa Foucault (2004) n’A *Ordem do Discurso*, são procedimentos externos de controle nos discursos. Neste caso, uma possibilidade de ler estas apropriações está na publicidade, muito recorrente principalmente no ramo imobiliário, em que o estímulo a opções com maior acesso “a qualidade de vida” evidencia o argumento verde, num cruzamento de discursos que são freqüentemente explorados pelas estratégias de marketing e mercado, já que o discurso publicitário se sustenta na capacidade de se movimentar conforme as tendências e formações imaginárias constituídas historicamente, o

que nos leva a ler o discurso verde, com sua rica circulação entre várias instâncias legitimadas, como uma estratégia atraente. Com frequência, são noticiadas grandes empresas que aderem ao “ecologicamente correto” para sustentarem suas marcas. Ou, ainda, como aparece na própria revista, um claro “mercado verde” se articula nos meandros sociais em estratégias utilizadas como o “selo verde” das madeireiras.

Fica evidente nos textos pesquisados o forte atravessamento de um discurso que praticamente rege a condição de funcionamento deste, que é o discurso econômico. Ao longo de todos os textos, a lógica mercadológica está presente especialmente por se tratar de um objeto, tal como veremos, atravessado de construções imaginárias que remontam à história, à civilização, às cidades e principalmente da relação entre natureza/humanidade. Falar de natureza é falar de poderes. Falar de natureza é falar de patrimônios naturais que valem ouro, seja para o mercado, seja para a Ciência, como anuncia o título do texto de 17/08/2005 *Tesouro Submerso*, que discorre sobre o Arquipélago de São Pedro e São Paulo ou ainda em 09/02/2005:

[01]A madeira é uma matéria-prima que pode alcançar rentabilidade altíssima, e outros produtos florestais vêm ganhando espaço no mercado como matéria-prima para indústria alimentar, farmacêutica ou de cosméticos – e um dos exemplos é o sucesso mundial da cadeia inglesa The Body Shop, marca símbolo do uso politicamente correto de insumos de base florestal.

Assim entendida, a formação discursiva que analisamos é análoga a destacada por Grün. Neste sentido, pensamos ser interessante trazer alguns exemplos de como tais concepções teóricas são resgatadas na população de acontecimentos discursivos que analisamos. População esta que, desde Foucault, tem um valor de amostra e nos faz questionar “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar.”(1997. p. 31)

Destacaremos, inicialmente, alguns dos enunciados que trazem as variações conceituais advindos da formação discursiva geral do discurso verde, percebendo como tais conceitos se configuravam e ainda se configuram no interior do discurso verde, mas,

especialmente, como eles aparecem nos textos como conceitos já dados, disseminados, popularizados e já naturalizados, ou seja, o que configura como um falar-jornalístico, sempre apoiado numa rede de memórias e textos fomentados pelo próprio lugar institucional e por outras mídias. Esta naturalização, evidentemente, é um mecanismo de funcionamento do próprio discurso que, segundo Foucault, relaciona-se com um campo de presenças, ou seja, outros enunciados já formulados em alguma outra parte, que são agenciados em um discurso como verdade admitida, de descrição exata, especialmente quando se trata de citações científicas, em que a autenticidade e fidelidade da autoridade científica asseguram a imparcialidade e neutralidade da formulação jornalística. O autor escreve que o tipo de relação pode aparecer de forma explícita em tipos de enunciados especializados, referências, discussões ou simplesmente de maneira implícita percorrendo os enunciados.

Passamos, portanto, a enunciados que trazem alguns dos conceitos relacionados a esta formação discursiva:

[02] A Redefining Progress, uma entidade conservacionista não-governamental (www.myfootprint.org), elaborou um teste simples que permite a qualquer pessoa calcular quanto ela consome dos recursos naturais do planeta e quanto contribui para a poluição ambiental. (19/01/2005)

[03] o objetivo do teste não é fazer as pessoas se sentir culpadas, e sim levá-las a refletir sobre as formas de preservar o meio ambiente pela simples mudança de hábito. (19/01/2005)

[04] O país (a Alemanha) foi o primeiro a entender a importância de fazer a extração de madeira respeitando os limites da natureza. Ao longo do século XX, esse conceito se disseminou, na esteira da conscientização ambiental. (09/02/2005)

Segundo Mauro Grün (1995), foi a partir do movimento ambientalista da década de 60 que esta formação discursiva se consolidou, tomando seus *status*, formalizações e

institucionalização. O autor traz algumas datas e títulos importantes: *Silent Spring* (1964) e *The Population Bomb* (1967), considerados marcos na história do movimento ambientalista e um relatório lido como o principal documento que marca essa nova manhã para o discurso verde: *Os Limites do Crescimento* ou *Relatório Meadows*, de 1972, que, segundo o autor, é a materialização mais fiel do discurso “eco-matemático-catastrófico”. Soma-se também o lugar institucional onde muitos dos documentos que configuram as raízes do discurso verde foram publicados, como a Conferência de Estocolmo, em 1972. O binômio Educação/Ambiental cintilou em 1965, na Conferência sobre Educação na Universidade Keele (Inglaterra), mas foi em 1987 que outro relatório de repercussão política e instrucional foi lançado: *Nosso Futuro Comum*.

Temos, portanto, aqui alguns nós da rede que nos explica Foucault:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de reuniões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (1997, p. 26)

Se a década de 60 é considerada, para os estudiosos da questão ambiental, como o momento de nascimento e “tomada de consciência” de um grupo que passou a se articular em torno de uma causa – uma entre várias que eclodiram na época, para nós, analistas, a década de 60 se configura apenas como um nó na rede que fala Foucault. Um nó, que sabemos, vem sempre assinado, datado e fixado espaço-temporalmente às leis de uma enunciação. O próprio discurso precisa estar sempre fazendo referência a sua história para chamar uma certa legitimidade. Conforme nos trouxe Grün (1995), o título é fundamental para dar visibilidade a estes nós. Estes títulos, vinculados a um ou vários autores, são mais um procedimento de controle interno do discurso.

A questão do autor, problematizada não apenas por Foucault, mas, antes, por Barthes, gera uma série de rupturas com as formas “tradicionais” de conceber o “conhecimento”. Primeiro por que questiona o *status* do autor. Segundo Barthes (1988),

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a “mensagem” do Autor-deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura. (68-69)

Ao estudar os focos de cultura que estabelecem um sujeito como autor, Foucault propõe que seja pensado o autor apenas como uma posição, uma função exercida no interior do discurso. Se em Barthes (1988) a análise propõe uma *Morte do autor*, em Foucault trata-se de problematizar essa morte: além de constatar seu desaparecimento, faz-se preciso, também, abordá-lo como um lugar vazio, não responsável pela produção nem invenção e questionar, no limite da relação discurso-prática, a posição do autor como um mecanismo de trabalho da linguagem e dos discursos, que se configurou numa determinada época da história do homem ocidental e que ainda hoje se mantém como um lugar autóctone, já lá, seguro, mesmo com os “abalos paradigmáticos” da ciência moderna. Foucault estudou tal relação em *As palavras e as coisas*. Para ele importava problematizar como autores como Marx e Buffon se configuraram como tal. No nosso caso, importa reconhecer como podemos recorrer aos livros acima citados como propagadores de uma disciplina. No caso do *Relatório Meadows* ou *Limites do Crescimento*, pergunta-se: como esta autoria se transformou em referência tão extensiva? Uma mostra da extensão é o número de entradas que aparecem na rede mundial de computadores ao digitarmos o título em português do documento na ferramenta de busca Google: 952, no caso de páginas no Brasil e mais de 1500 em toda *web*. Talvez esta seja uma amostra evidente, mas analisar documentos para Foucault é analisar monumentos. Nesse caso o que temos é um monumento bastante solidificado, que não apenas agencia um discurso, mas que estabelece, como nos ensina Deleuze, uma rede rizomática verde, o que nos motivou a esta empresa pelos caminhos da linguagem.

Resta-nos ainda separar, esclarecer, a diferença entre sujeito e autor, já que os dois são pontos teóricos determinantes nas teorias de discurso.

Do primeiro, podemos dizer, que não se trata de um sujeito centrado, empírico, já-lá, um sujeito dono de seu dizer, mas um sujeito clivado, dividido, como introduzimos acima. Esta divisão se materializa em diferentes posições, ou seja, posições-sujeitos que se colocam em determinadas zonas do discurso de onde falam. Enquanto que por discurso entendemos uma dispersão de textos, como propõe Foucault (2004), o texto é uma dispersão do sujeito, constituído de forma heterogênea e que vem atravessado por

diferentes posições que compõem o discurso. Se o “discurso é caracterizado por uma dupla dispersão: a dos textos e a dos sujeitos” (Orlandi e Guimarães, 1988, p. 17), as diferentes posições de sujeito no texto referem-se a diferentes formações discursivas nas quais se inscrevem, ocupam. A forma material que o sujeito toma para dar ao texto a noção de completude e coerência é a do autor, quando o indivíduo é interpelado em sujeito. Autor tentando fechar a dispersão do sujeito e o texto tentando fechar a dispersão dos sentidos que são historicamente construídos e agenciados para conjurar, cercear, produzindo “a impressão da unidade, a transparência, em suma, a completude em seu dizer” (Orlandi e Guimarães, 1988, p. 20).

Mas este princípio de organização dos discursos, a autoria, nos diz mais quando atualizamos nossa discussão em nossos dados de Análise. Nos textos selecionados encontramos sempre um “autor” que assina os artigos, mas este autor, por sua vez, está entrelaçado às condições de enunciação que o leva a ocupar aquele lugar. Concebido o autor, este lugar vazio, precisamos alargar ainda mais nossa concepção de autor e estendermos à instituição que abraça a enunciação, no caso a Revista *Veja*. Mas como podemos conceber Revista *Veja* como autor, uma vez que é o lugar institucional que sedia esta “palavra”?

Acreditamos que tanto autor como lugar se confundem. Mas o que se torna inconfundível são as regras “anônimas, históricas” que possibilitam esta prática dentro de uma formação discursiva. O autor não se reduz ao seu nome, ligado a um referente-pessoa no mundo, ou seja, a função de designação não estanca a dispersão do discurso, porque a função-autor é mais problemática:

Um nome do autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória: tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir, opô-los a outros. (FOUCAULT, 2002, p. 273)

Segundo Foucault, a questão não é apenas entender o autor como uma função do discurso, ele precisa ser considerado também como objeto de apropriação. Como abordamos acima, ao chamarmos o exemplo do *Relatório Meadows*, fica claro que o que

existe aqui é muito mais um nome de autor que é apropriado, uma vez que se trata de um corpo textual, a teoria de que o futuro da humanidade entraria em colapso em razão do crescimento da população face a oferta de bens naturais. Trata-se do grau de credibilidade dado a este *Relatório*, os números precisados e as relações matemáticas que, conforme já foi dito, prevalece na configuração do discurso verde até hoje exercendo função transdiscursiva: o *Clube de Roma*, como ficou conhecido o grupo de estudiosos que escreveram o relatório mundialmente solicitado discursivamente.

E como podemos analisar a função-autor da Revista? Houve um tempo em que era comum, numa segunda-feira, ouvir numa roda de conversa a expressão: *Saiu na Veja!* Acreditamos que tal enunciado ainda circule. O que nos leva então a aceitar a *Veja* como função-autor, função que agrupa outras funções, como veremos, a do comentário, da apropriação dos discursos de um campo para outro, do recorrente apelo ao discurso científico, que, como sabemos, abarca hoje os meios e técnicas de observação, diagnóstico e quantificação do real. VEJAmos alguns exemplos da função autor nos textos:

[05] O desmatamento **continua** sendo o **grande vilão** do meio ambiente no mundo. Ele **arranca** 15 milhões de hectares de florestas por ano – uma área a cinco vezes o tamanho da Bélgica. **Menos árvores significam graves danos ambientais, como diminuição dos mananciais de água, inundações, deslizamentos de encostas e aumento da temperatura global.** Um sexto do **estrago** ocorre no Brasil, onde o ritmo da **derrubada** de árvores na Amazônia se acelerou nos últimos anos. Em 2004 foram **ceifados** 2,3 milhões de hectares de floresta. Por ser um **problema crônico**, que se repete apesar da grita da sociedade, a impressão que se tem é a de que a devastação é inevitável, um caso quase sem solução. **Mas, felizmente**, não é bem assim. As florestas voltaram a crescer em vários países. Como é um movimento lento, que ocorreu, na maioria dos casos, ao longo do último século, não foi alardeado. **Mas os dados não mentem.** Países como a França, Portugal, Alemanha, Reino Unido e Polônia estão recuperando sua cobertura florestal em um processo consistente. **E o mais animador é que a recuperação da área verde não é resultado de privação do uso das florestas e de seus produtos.** Ao contrário. O que está

ocorrendo é a descoberta de que quando se conjuga uma ação governamental sólida com a economia se tem uma eficiente arma contra o desmatamento. (Revolução Verde, 09-02-05)

Neste fragmento, podemos observar a variação, o jogo de posições-sujeitos, o jogo de máscaras que compõem o teatro discursivo na Revista *Veja*. Podemos ler que existe um enunciador genérico, universal, que inicialmente recupera um “saber” já circulante nas malhas do discurso. Não há referenciais localizados, neste parágrafo introdutório, a dados e outros autores para dar suporte a estas “verdades”, uma vez que estas verdades já estão arranjadas na memória discursiva, num saber que já se estendeu ao domínio do consensual e promove a interpelação, pois só está apto a adentrar no texto, neste fragmento material de palavras, quem comungar desta “memória”. Este resgate vem inscrito no verbo “continuar”, uma vez que pressupõe a continuidade de um processo que já está em andamento e já conhecido. E este processo já pode ser comungado também em seus juízos de valor, já que nesta memória aparece o caráter negativo que o “desmatamento” carrega. Em “arranca”, “derruba” e “ceifados” e nos nomes “danos”, “estrago” percebemos tal manifestação valorativa. A seguir no fragmento “menos árvores significam graves danos ambientais, como diminuição dos mananciais de água, inundações, deslizamentos de encostas e aumento da temperatura global” temos uma organização semântica e também argumentativa que nos convoca a compartilhar destes diagnósticos e veredictos e, logo, das conclusões que também se alargam para o domínio do consensual. Mas no meio do parágrafo inicial do texto de 09 de fevereiro aparece uma virada: “Mas, felizmente, não é bem assim”. Uma virada que permite que reconheçamos a presença de distintas formações discursivas e logo, de diferentes posições-sujeitos. O domínio desta grande memória que descrevemos acima agora começa a se compartimentalizar. Mesmo que o enunciador se assumia como impessoal no recorte enunciativo, outras marcas nos dão a possibilidade de entrar.

Segundo os estudiosos da Argumentação, como Oswald Ducrot, o “mas” é um operador argumentativo por excelência e ao lado das teorias discursivas que conversam com a noção de polifonia de Bakhtin, o “mas” é um operador que nos permite identificar

mais vozes nos textos e, portanto, diferentes posições e formações discursivas. Mas que estratégia se opera?

O enunciado propõe uma virada argumentativa. Até o operador “mas” o que temos são enunciados levando-nos a concordar que realmente o desmatamento é um problema e como nos coloca mais adiante “um caso quase sem solução”. Sequencialmente o “mas” dá um rodopio no discurso e recupera uma outra voz, que por sua vez, vem atestada com um juízo de valor através do advérbio “felizmente” em contraponto aos sentidos negativos que emanam dos verbos que citamos acima. Esta outra voz diz: “*as florestas voltaram a crescer em vários países*”, propondo um argumento distinto dos demais para a chegada a conclusão posterior do parágrafo. A introdução deste contra-argumento, entendemos, abre o texto para a manifestação de outras formações discursivas. Estas formações discursivas, acreditamos, é a do discurso científico e principalmente econômico, pois mais adiante temos: “os dados não mentem”. A noção de “dado” recupera a quantificação e análise de fatos pela Ciência, o que determina a legitimidade das conclusões que seguirão adiante. Mas no fragmento seguinte em destaque temos “*e o mais animador é que a recuperação da área verde não é resultado de privação do uso da floresta e de seus produtos*”. Este enunciado, através da marca no adjetivo “animador” produz um contraste de sentido, que acreditamos introduzir mais uma posição de sujeito, ou seja, a posição de sujeito que diz, implicitamente: “não desmatar não anima, desmatar anima, e não desmatar desanima”. Este jogo de sentidos pode ser visivelmente reconhecido se alargarmos a leitura para o texto em sua tentativa de unidade de sentido, com o título já citado “Revolução Verde: “*Em muitos países, o meio ambiente está obtendo vitórias e a área de florestas, em vez de diminuir, cresce sem parar*”. Tratamos, portanto, da formação discursiva econômica, que vem enunciada mais adiante em “*o que está ocorrendo é a descoberta de que quando se conjuga uma ação governamental sólida com a economia se tem uma eficiente arma contra o desmatamento*”.

Esperamos ter mostrado, através de um rápido exemplo, como as formações discursivas vão se encaixando nos textos e que o autor, buscando dar a unidade de sentido, vai ocupando estas diferentes posições para poder organizar e tecer a teia da aranha. Mas na teia da aranha acima ainda encontramos duas marcas interessantes que nos dão suporte para

analisar os movimentos de fechamento e abertura dos sentidos e que fazem “todo sentido”, se pensarmos que a principal formação discursiva que rege as condições de produção deste texto é a econômica. Falamos das referências espaciais de “*um sexto do estrago ocorre no Brasil*” e “*As florestas voltaram a crescer em vários países*”. Do local, um Brasil, a algum lugar, “vários países”, está inscrita a dispersão.

Tal dispersão dos sentidos, que acontece no texto, pode ser verificada durante o tecer dos argumentos, em que o enunciador vai enumerando os países nos quais o reflorestamento se tornou um “bom negócio”. O texto referencia vários países europeus até que atualiza o discurso fazendo referência ao caso brasileiro. Durante o “fazer” textual, outras formações afloram evidenciando mais uma ruptura do sujeito posicionado. No terceiro parágrafo da reportagem, ainda nas referências aos países europeus, temos a seguinte estrutura:

[06] *A Europa **destruiu**, ao longo dos séculos, quase toda a sua cobertura vegetal. A madeira **sempre foi** companheira da humanidade e da civilização. Sem ela **não haveria** domesticação do fogo. Também **não teriam existido** as grandes navegações nem os andaimes para a construção dos grandes monumentos, e **não haveria** muitos sobreviventes no inverno no Hemisfério Norte. A madeira que **queimou** nas caldeiras foi o combustível da Revolução Industrial.*

Neste fragmento, vemos se delinear o chamamento de mais uma formação discursiva ao texto, produzindo outros efeitos de sentido. Tais efeitos se concentram, principalmente, nos verbos, advérbios e locuções adverbiais em destaque que se referem aos eventos ocorridos ao longo da história da civilização. No entanto, o recorte se inicia citando genericamente a Europa, ou seja, resgatando os países que suportaram o texto até no momento. Mas, ao atualizar a discussão na Europa, ocorre um efeito de sentido no que diz respeito a outras generalizações, pois segue “*A madeira **sempre foi** companheira da humanidade e da civilização*”. O que pretendemos aqui é chamar atenção que para justificar o discurso histórico que será enunciado, o sujeito se posiciona de um lugar onde falar em Europa é também falar em civilização e humanidade e o discurso histórico, em sua

vasta e legítima forma de contar o mundo, se perpetua, como a história contada pelos europeus.

Mais uma posição-sujeito é assumida pelo “autor” do texto, logo, no discurso. Trata-se, no parágrafo seguinte, da adição de mais uma formação, novamente regida pela formação econômica, que é a citação de um produto, deliberadamente um exemplo que escorrega para “quase” um merchandising e que irá se repetir, em meio a tiroteios e pauladas, lá na reportagem sobre o assassinato da Irmã Dorothy Stang, em 23 de fevereiro de 2005, como uma grande vírgula, um grande “mas” argumentativo.

No sexto parágrafo, de um total de oito, o texto evoca o caso brasileiro e como já introduzido no primeiro recorte que evidenciamos, o Brasil aparece como contraponto, como uma reversão argumentativa. O texto afirma:

*[07] No Brasil, a situação é grave. A floresta Amazônica já perdeu 15 % de sua cobertura original. Da Mata Atlântica, restam apenas 7%. Isso ocorre por uma conjunção desfavorável de fatores. A crise social brasileira faz com que milhares de famílias que não tem alternativa de trabalho usem a terra para sua subsistência. Sem terra própria, buscam chão na floresta. Sem tecnologia, precisam de grandes áreas. **Outro** problema tem sido a expansão das fronteiras agrícolas, impulsionada pelo aumento recente de preço das commodities no mercado internacional. No Centro oeste a cultura de grãos invadiu a mata como nunca na última década. **Mas** poucos países têm um ambiente tão favorável para o desenvolvimento econômico do setor florestal. Enquanto um eucalipto leva sete anos para atingir a idade de abate no Espírito Santo, por exemplo, seu equivalente finlandês pode demorar trinta no mínimo para estar no ponto de corte. A rapidez de crescimento do clima tropical é incomparável, bem como a biodiversidade. Enquanto é possível encontrar milhares de espécies de árvores na Amazônia ou mesmo nas regiões da Mata Atlântica, os países europeus contam, quando muito, com vinte tipos.*

Neste recorte não vamos esmiuçar tanto o texto, mas chamamos a atenção para a posição ocupada pelo sujeito quando enuncia: “(No Brasil) isso ocorre por uma conjunção desfavorável de fatores”. Até no momento, o texto trouxe informações, dados, proporções do “mercado do reflorestamento” em países europeus. Quando o texto referencia o Brasil,

as questões se complicam. Primeiro porque logo acima destacamos o chamamento da formação do discurso histórico que liga fatos cronologicamente, a unilateralidade e homogeneidade de sentidos, que enumera as seqüências de acontecimentos. Em se tratando de discurso, vemos um silêncio cortante no que se refere aos processos civilizatórios, sem perder de vista que a referência principal do fragmento anterior é a madeira. De novo, vemos se desenhar, neste, uma seqüência de argumentos que também tenta privatizar os vários sentidos que vazam do enunciado: “A crise social brasileira faz com que milhares de famílias que não tem alternativa de trabalho usem a terra para sua subsistência. Sem terra própria, buscam chão na floresta. Sem tecnologia, precisam de grandes áreas”. A crise é social e é brasileira, mas o parágrafo atualiza dados na Amazônia. A crise é social e é brasileira, mas o problema é usar a terra para subsistência. A crise é social e é brasileira porque as famílias não têm tecnologia (quem tem?). A crise é social e é brasileira, mas alguns outros fatores também colocaram...um pouco: “**Outro** problema tem sido a expansão das fronteiras agrícolas, impulsionada pelo aumento recente de preço das commodities no mercado internacional. No Centro oeste a cultura de grãos **invadiu** a mata como nunca na ultima década”. A crise é social e é brasileira, mas uma coisa não se relaciona com a outra. “Cuidado com a teia”. A seqüência do recorte traz o operador argumentativo ‘mas’, já objeto de análise acima. Novamente ele introduz uma outra voz, que fala de um outro lugar, dessa vez de um lugar “quase” doce, pois a crise é social e é brasileira, mas vivemos no paraíso onde até os eucaliptos são bem educados para crescerem, se desenvolverem e alimentarem as bocas eleitas de um capitalismo. Mas a crise é social e é brasileira.

Podemos ler um pequeno deslize na eleição das palavras no recorte acima, tratando-se do lugar institucional que sedia estes textos. E tal escorregão materializa-se no verbo “invadiu”. O verbo “invadir” carrega em seu fardo memorial uma outra formação discursiva, muito polêmica e que não tem “nenhuma” relação com o texto e muito menos com a “crise social brasileira”, que é a formação do discurso dos sem-terra. Mas no fragmento o verbo está ligado “a cultura de grãos” que “invadiu a mata nos últimos anos”. Consideramos interessante que, quando o sujeito se posiciona num lugar de tensão em relação ao discurso do sem-terra, lugar este quase unânime quando apropriado pelo

discurso midiático, o verbo vem com seus sujeitos da ação explícitos. Exemplo: Sem terra invadiu Fazenda X. No entanto, aqui, quem invadiu não são os senhores de terra, mas sim, a “cultura”, o que nos prova como, sorrateiramente, o dispositivo da autoria tenta controlar a vaza de sentidos dispersos, mas os sentidos escorregam, excedem, multiplicam-se, vazam do corpo do corpo textual, como em uma hemorragia.

Abaixo trazemos um recorte do último parágrafo do texto que manipulamos nesse item teórico, para corroborar a idéia de que a principal formação que regeu este texto foi a do discurso econômico. VEJAMOS:

*[08] Reverter um processo de desmatamento da magnitude do brasileiro e mudar a mentalidade de empresários, agricultores, bancos e governantes são tarefas para muitos anos. Mas vale a pena persistir. O Brasil tem a segunda maior cobertura vegetal do planeta, atrás apenas da Rússia. Usada corretamente, é um **tesouro renovável**. ”*

Com estes exemplos, jogos e exercícios em torno de sentidos, esperamos ter evidenciado como esta cisão, esta clivagem do sujeito se materializa nos textos, que tenta agrupar os sentidos, através do dispositivo da autoria. Mas mesmo assim, durante a movimentação do palco verde, as posições mudam, mudam os atores, muda o texto, mudam os sentidos.

Mas que efeitos de sentido são agenciados, multiplicados ou silenciados quando este enunciador se anuncia no texto, como uma pessoa no mundo, como um sujeito coletivo em primeira pessoa do plural. Que deslocamentos semânticos essa marca nos permite observar?

Abaixo, lançamos alguns fragmentos do primeiro texto *Perigo real e imediato* da série de Reportagens presentes no especial *Terra no Limite*, edição 1926, do dia 12 de outubro de 2005.

A escolha deste texto, para continuarmos a conversa sobre os galos e as letras, os galos e os procedimentos de controle dos discursos, justifica-se pelo constante uso de marcas diferenciadas na construção enunciativa do *corpus*. Aqui, o enunciador, que fala do lugar institucional *Veja*, lugar institucional mídia e seu desejo de e/anunciar Ciência já não mais aparece de maneira oblíqua nos textos, como um sujeito indeterminado ou uma voz sem nome. Aqui, este sujeito toma a posição de um sujeito coletivo, que se mostra, que se

assume mediante a boa nova, ou a péssima nova do “limite da terra”. Desloca-se do lugar de anunciar a verdade para uma posição de compartilhar e temer tal verdade e no limite: convocar outros sujeitos a se posicionarem, como acontece nos outros textos, mas de maneira não mostrada. Estas marcas se distribuem no texto em forma de verbos conjugados em primeira pessoa do plural e pronomes possessivos. VEJAmos:

*[09] Para onde vamos com **nossas** agressões ao planeta? O pessimismo da resposta varia, mas há um consenso: a hora de agir é já.*

*[10] Desde que a era das fotografias espaciais começou, há quase quarenta anos, uma nova e prodigiosa imagem se formou no arquivo mental da humanidade sobre o que é o planeta no qual vivemos. Do **nosso ponto de vista** do universo, provavelmente não há nada que se compare à beleza desta vívida esfera azul, brilhando na imensidão do espaço, água e terra entrelaçados num abraço eterno, envoltas num cambiante véu de nuvens. O que as formas não mostram mas **sabemos** existir mais abaixo, é igualmente de arrepiar. [...]*

*[11] Como não **estaremos** aqui para saber se a hipótese se confirma **temos** a obrigação de trabalhar com a idéia contrária: não **estamos programados** para a extinção, ou pelo menos, não agora. A vida começou na Terra há cerca de 3 bilhões de anos e ainda há 6 bilhões pela frente antes que o sol incinere a Terra. Cerca de 60 bilhões de seres humanos já viveram antes de **nós**. Seria demais deixar um desaparecimento catastrófico acontecer justo no **nosso turno**.*

*[12] A floresta Amazônica esta sendo devastada como se nunca fosse acabar. Já não é possível continuar nesse ritmo, pois **estamos nos aproximando** do ponto em que ao haverá mais volta.*

Com uma pergunta inicial, igualmente de arrepiar, vemos se desenhar um jogo de máscaras que nos convida para entrar.

A Análise do Discurso, quando propõe uma teoria que busca tensionar os lugares de enunciação como lugares produzidos no e para o poder, também nos propõe pensar estes

lugares e as posições de sujeito, interpelações, das máquinas subjetivantes, para que o indivíduo tome uma posição, ocupe aquele lugar, a “forma” da escritura política e seu desejo de engajamento. No processo de ocupação (ou seria invasão?) um jogo de máscaras ajuda a compor, com o discurso, estes falares que são regidos pelas forças de poder e controle, que tentam estabelecer uma “comunicação possível” entre os interlocutores. Estes falares, analisa Barthes (1974, p. 127) aparecem apenas como “uma duração de signos vazios, dos quais só o movimento é significativo”. Para que este jogo funcione, determinados indivíduos, interpelados em sujeitos do enunciado, e, na Revista, sujeito-autor, precisam pintar uma imagem que se faz de si e do outro, no jogo das formações imaginárias, como ensina (Pêcheux 1997b), regem as relações de interlocução. Percebemos que, para E/Anunciar esta “péssima nova” o enunciador se coloca num lugar de “comunhão” de verdades, ou seja, a Revista *Veja* enuncia uma verdade que já é compartilhada pela comunidade interlocutora e esta comunhão vem explícita pelos verbos e possessivos destacados nos fragmentos. O sentido hierárquico de quem anuncia uma “nova” é diluído, tornando um texto ainda mais homogêneo e harmônico, pois agora, quem anuncia também está dentro e no mesmo nível dos outros interlocutores da Revista. A Revista confecciona a imagem de possíveis interlocutores que vão se apoiar naquelas verdades e que vão, portanto, compartilhá-las. No movimento contrário, e não quer dizer único, os interlocutores também tem construído sua própria imagem de que pode compartilhar tais verdades, pois a Revista tem autoridade para dizê-las e legitimidade para distribuí-las. Mas sabemos que a comunicação não funciona assim. No movimento das letras, quando um galo pega uma letra e a lança para lá, no movimento novas manhãs são cantadas, porque novas manhãs são negligenciadas, as condições de produção mudam, são outros os agenciamentos. Um galo não espera o canto acabar para transformá-lo. O canto não pode parar.

Esta função dos discursos, que chama sem tetos, sem terra, sem florestas e sem nada para ocuparem esta casa verde da palavra, também chama, para o texto, versão em análise, os nomes, instituições e vozes que o legitime. Nos textos da Revista em questão, vemos uma série de lugares materiais, lugares de poder que se pronunciam, “uma escritura toda ela instituição”, como escreve Barthes (1974). Poderíamos fazer uma análise, mapeamento dos

lugares empíricos, que revelaria o caráter centralizador e “quase” colonialista que rege as enunciações. O foco de dentro. O centro. O outro que mais uma vez nos fala e nos faz falar. Seja o centro de ciência estrangeiros, seja o foco de dentro do próprio país que rege o saber e sua distribuição.

Dando continuidade, nos próximos enunciados destacamos as variações conceituais de “ecológico” e “sustentável”:

*[13] Sua atuação não representava solução para as grandes questões da Amazônia, mas contribuía para o estabelecimento de uma civilização mais pacata, primitiva e menos cobiçosa – exatamente o que o frágil **equilíbrio ecológico** amazônico exige. (23/02/2005)*

*[14] Numa outra direção, também alguns megaempreendedores do campo procuraram ONGs interessados em estabelecer boas relações com os chamados mercados verdes, no quais valem mais os produtos que tenham selos garantindo a origem **ecologicamente** correta. (13/04/2005)*

*[15] A Brascan deverá investir 100 milhões de reais até o fim do próximo ano em novas propriedades e em infra-estrutura em Mato Grosso e assumiu o compromisso de inaugurar essas áreas com um modelo **sustentável** de produção.*

Como estudou Mauro Grün, a disciplina da Ecologia também está ligada às possíveis raízes da Educação Ambiental. Contemporaneamente, com o desenvolvimento de estudos, instituições de especializações no tema, a Ecologia já se caracteriza como uma disciplina, ancorada em sistemas de ensino, pesquisa, editoração, fazendo parte do que Foucault chamou de *sociedades do discurso*.

Se o discurso ambiental tem seu cimento de base na década de 60 com os referidos títulos, o que temos, a partir das conferências, são configurações disciplinares propriamente ditas: *educação ambiental*, *ecologia*, e também *sustentabilidade*, conforme Foucault (1996) se caracterizam como mecanismo interno do discurso, por definir, a partir de seus interiores, os métodos, objetos, corpus de proposições verdadeiras, mesmo que as

disciplinas esbarrem-se, interpenetrem-se, divirjam e convirjam discursivamente. O que temos não é a simples citação de conceitos já “naturalizados” (ecologia, ambiente, sustentável), mas sim o apelo a disciplinas científicas que em determinado momento articularam-se em torno de objetos, métodos e proposições em busca de seus fundamentos de verdade. Trazendo os conceitos, tal como colocados, não são apenas palavras que são resgatadas, mas as configurações de um saber já institucionalizado.

O primeiro fragmento foi extraído do texto de 23 de fevereiro que traz, de maneira bastante conflituosa, a morte da missionária Dorothy Stang, no mesmo mês: *Sua atuação não representava solução para as grandes questões da Amazônia, mas contribuía para o estabelecimento de uma civilização mais pacata, primitiva e menos cobiçosa – exatamente o que o frágil **equilíbrio ecológico** amazônico exige*. O fragmento nos lança a uma leve sono, já que tamanho arranjo, em meio a um texto que aborda os conflitos de terra na região amazônica, acaba por se instituir um lugar ameno, mesmo que as imagens que conversam com o texto componham um cenário de terror, guerra, desordem. Para reconhecer tal cenário basta folhearmos as páginas da reportagem com uma grande foto de “manifestantes sem terra” que colorem e justificam tais conflitos. Foto que se repete no texto as *Sete pragas da Amazônia*, do dia 12/10/2005. Mas o sentido de “ecológico” cintila naquele fragmento e nos chamou atenção justamente por recuperar e se chocar, através da enumeração de adjetivos de conotação pacífica em referência à Amazônia “uma civilização pacata, primitiva e menos cobiçosa” com o restante da tensão (caricatural) presente no texto. “Ecológico” aqui também agencia sentidos relacionados a preservação, a não presença humana, a espaços equilibrados, sentidos já organizados desde os adjetivos escalonados “*civilização mais pacata, primitiva e menos cobiçosa*”, uma vez que ecologia é floresta, floresta é Amazônia, Amazônia é primitiva. Então, um dos possíveis efeitos de sentidos que circulam em relação a ecológico é que está condicionado a primitividade.

No entanto, no enunciado seguinte “Numa outra direção, também alguns megaempreendedores do campo procuraram ONGs interessados em estabelecer boas relações com os chamados mercados verdes, no quais valem mais os produtos que tenham selos garantindo a origem **ecologicamente** correta” os sentidos que emanam do emprego de “ecológico” vêm colados a formação discursiva econômica, também com atravessamento

muito forte nos textos em análise e se distancia bastante daqueles efeitos que percebemos no emprego anterior, já que neste caso trata-se menos de um “ecológico” pronto, que precisa ser respeitado, mas de um ecológico agenciado pela máquina do capital. “Ecologicamente”, aqui, pode ser entendido como uma metáfora que abraça quase todos os sentidos de ecológico. Quase. Pois se no enunciado anterior os sentidos desembocavam em terreiros conflituosos, como ecológico = primitividade, aqui, ecológico = negócio, ecológico = mercado, sentidos bem divergentes, já que lá o equilíbrio ecológico exigia uma civilização “menos cobiçosa”. Mas essa divergência essencial, como já introduzimos, se complica quando entra em cena mais uma palavra, mas uma teoria, mais uma disciplina, mais uma ordem: sustentabilidade.

Mesma dinâmica se deu com o conceito de desenvolvimento sustentável que, conforme analisa a comunidade acadêmica, é um conceito problemático e que repercute, ele mesmo, em diversas versões de “verdade” ao que seja sustentável ou não. Sobre esta discussão também escreveu Paula Brügger (1994), apostando que a polissemia no binômio desenvolvimento sustentável evoca a contradição nuclear que envolve o discurso ambiental de modo geral: da impossibilidade de comungar desenvolvimento com preocupações ambientais, uma vez que o desenvolvimento, tal como passou a ser contemplado nas configurações iluministas, sempre vem colado a noções de progresso, de crescimento e com o advento da Revolução Industrial com pressupostos capitalistas.

Para nós, resta-nos relacionar, do ponto de vista discursivo, este “modelo sustentável” que aparece no fragmento à “origem ecologicamente correta” que também consta no texto *Ações entre novos amigos*, de 13 de abril de 2005, de onde recortamos o enunciado anterior. O texto discute, ou melhor, “anuncia” as possíveis ações, possíveis acordos realizados entre organizações não governamentais e grandes empresários do Agronegócio, no sentido de encontrar métodos para conciliar os interesses de ambos. No entanto, o que rouba a cena na multiplicação semântica desse texto é justamente o efeito de sentido do título acrescido das imagens que dão suporte a ele: de um lado o *Greenpeace* instala uma placa, cujo texto traz “reservado para reserva” e verde para sempre” e, de outro, um empresário em meio a sua plantação de soja enquanto a legenda unifica:

[16] *Protesto de ambientalistas na região amazônica e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi: no novo modelo, as ONGs monitoram a produção e as empresas lucram com os selos ecológicos.*

O que desejamos apontar aqui é que os efeitos de sentido para o sustentável “quase” nunca conseguem se desfiar do novelo capitalista, uma vez que a formação discursiva na qual tomou forma é justamente a econômica. Economia que, mais uma vez, possibilita este enunciado ser materializado aqui no texto da Revista, mesmo com paradoxais sentidos, já que o Agronegócio é uma zona discursiva potencialmente conflituosa e que acontece no texto com efeito completamente oposto: a capacidade do convívio entre os dois grupos, a “conciliação”, pois quem se reconcilia encontrará a salvação. Podemos atentar também para o uso, novamente, do “reservado”, lançando-nos para sentidos de que preservação = verde e, quem sabe, é igual a sustentável, mesmo que seja o verde da soja, como no foto.

Aqui, impossível não chamarmos para conversa um outro enunciado presente no texto *Da floresta ao deserto*, um dos textos que compõem a reportagem especial que vem na capa da edição 1908, de 08-06-05, *Amazônia à venda*:

[17] *Entre os anos de 2003 e 2004, sumiram do mapa 26 140 quilômetros quadrados de mata – área equivalente a mais de dezessete vezes a cidade de São Paulo. É quase uma Bélgica. A notícia **causou indignação** ao redor do mundo. Na última terça-feira, o jornal americano The New York Times escreveu em editorial: “A Amazônia parece imune à lei, especialmente em um país em que não há polícia suficiente para fazer valer as regras, onde o crescimento econômico parece ser mais importante do que qualquer outra coisa e onde poderosos políticos locais parecem ter mais influência que o governo nacional.” Antes dele, o espanhol El País já havia dito que “a massiva destruição da selva brasileira põe em dúvida a capacidade do governo Lula para preservar o maior pulmão ambiental do mundo”, e o inglês The Independent atacara: “o estupro da floresta”, apontando o governador de Mato Grosso, **Blairo Maggi**, como o principal responsável por ele.(...) Maior plantador individual de soja no mundo, o governador de Mato Grosso de Mato Grosso é a síntese do **paradoxo vivido pela Amazônia**.*

Não muito a dizer, apenas que o “paradoxo vivido pela Amazônia” não existia no texto *Ações entre Novos amigos*, onde o governador posa para uma foto exibindo sua plantação. Mas o fato do comentário, acerca do texto veiculado em jornal inglês, ter encontrado condições de possibilidade de ser enunciado nesse texto da Revista vem emaranhado a outras dinâmicas de sentidos e de poder, uma vez que a reportagem especial pretendia abordar a corrupção de petistas. Claro que estes “outros”, estas vozes recuperadas pela Revista apenas criam mais uma posição discursiva, claramente definida quando o assunto é política e quando o palanque é a Revista *Veja*. Chama a capa da edição: “Amazônia à Venda – Petistas presos aceitavam propina de madeireiras que devastavam a floresta”. Importante ressaltar que, quando trabalhamos com discursos já pressupomos uma memória discursiva que dá condições para que os sentido continuem se movimentando na linguagem, entrecruzando-se e que os movimentos levam a diferentes regiões dos discursos. Sabemos que esta memória não é uma memória individual, uma memória que podemos resgatar, mas uma memória que se constitui em relação ao inconsciente. No entanto, no exemplo que trouxemos acima, os fatos verdes que coloreem a Revista precisam ser lidos de maneira fragmentária, parcial, já que na feira de palavras verdes, o que temos são fatos: desconexos, unilaterais, vendidos no mercado do discurso verde e sem devolução. Ou você consome: come ou passa fome.

Percorrendo as manhãs em que letras verdes proliferam, podemos relacionar o conceito de desenvolvimento sustentável à década de 70 também, uma vez que ele já é uma variação anterior do *ecodesenvolvimento*. Como percebemos, são arranjos discursivos que afloram no interior mesmo de cada discurso, o que levou, na Conferência das nações Unidas de 1992, no Brasil, a ser introduzido o binômio *sociedade sustentável*, bastante recorrente tanto em documentos datados na conferência como na comunidade acadêmica. Atualmente existem ainda mais variações que concernem especialmente ao campo educacional, como educação para sustentabilidade, educação para sociedades sustentável, educação sustentável, o que nos deixa no mínimo instigado e convictos de que “ter a palavra” é fazer política, uma vez que a luta não é simplesmente lingüística, em torno de

sentidos ou princípios, mas trata-se de contornos políticos e, nos dizeres de Foucault, de ordem belicosa, pois

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez que por verdadeiro não quero dizer “o conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que desempenha. É preciso pensar os problemas políticos intelectuais não em termos de ciência/ideologias, mas em termos de verdade/poder. (1993, p. 13)

Assim, como poder e saber são faces de uma mesma moeda para o pensador, o saber institucionalizado permite que certas verdades sejam ditas em certos lugares por determinados sujeitos. No caso examinado, em primeiro lugar, sabemos que existe a “legitimidade” da *Veja*: por mais que saibamos que sua editoração sofre constantemente crítica pela assumida parcialidade dos fatos, por estar mergulhada em dinâmicas de especulação mercadológica, pensando o discurso o que nos interessa é a circulação. Tomamos a revista como um lugar que autoriza determinados autores a se pronunciarem sobre a questão ambiental. Os autores-jornalistas, por sua vez, precisam obedecer a uma certa regra de confiabilidade do tema ou, no limite, chamar ao seu texto fontes que legitimem a veiculação daqueles enunciados, que conversem com sujeitos órgãos, instituições, aptos a falarem sobre Ambiente com autoridade e que seja fonte de uma verdade - entidades governamentais, como Ibama ou ainda organizações não-governamentais, que sabemos serem consideradas como autoridades precursoras do discurso verde, uma vez que as manifestações se iniciaram mais em caráter informal e aos poucos foram sendo institucionalizadas. Atualmente, já se vê delinear um jornalismo especializado em notícias ambientais, um fato perceptível na Revista, pois uma mesma rede de autores se alterna na escrita da seção. Mas o importante aspecto que precisamos destacar é o apelo à Ciência como portadora de procedimentos de leitura do real, capaz de nos informar de um estado de coisas verdadeiro. O discurso científico, aqui, se configura como o principal discurso que atravessa o discurso verde. Poderíamos até arriscar que só se sustenta na descrição científica dos “dados da natureza”, traduzindo o real em números, tabelas, gráficos, percentuais que afloram em todos os textos selecionados. Uma chuva de

números. Uma chuva ácida de números, pois, na maioria das vezes, são números que, como nos mostrou Mauro Grün, estão na raiz do pensamento ambiental, servindo de suporte às críticas ao modo de intervenção do homem na natureza. Se os números são a principal tônica do discurso em questão, faz-se preciso combinar a “revelação” destes números, ou seja, a leitura negativa que quase sempre os acompanha. VEJAmos:

*[18] No Brasil, a situação é grave. A Floresta Amazônica **já perdeu 15% de sua cobertura original**. Da Mata Atlântica, restam apenas 7%. 09/02/2005.*

*[19] Monóxido de Carbono: Um carro que circulava no início dos anos 90 poluía vinte vezes mais do que um veículo no fim da década. Com o uso de injeções eletrônicas e catalisadores nos automóveis, e com a melhora da qualidade dos combustíveis, os níveis da substância caíram **mais de 60% nos últimos anos**. 29/06/2005*

O jogo estabelecido entre as autoridades gira em torno da grande *vontade de verdade* que, segundo Foucault, é o grande princípio externo agrupador dos discursos. “A busca pela verdade”, pensamos. Uma verdade que dê conta de nos justificar a existência e de nos confortar em relação ao futuro. Vontade de verdade que Grün (1995) bem demarcou na disciplina de Educação Ambiental, que busca estabelecer uma nova relação entre o homem e a natureza e que, por seu caráter totalizador, pode guardar muitos riscos éticos. E estes riscos de dimensões éticas são visíveis na construção do discurso verde, que seguindo uma narrativa superficial, muitas vezes reduz a trama social a fórmulas de causa-consequência bastante constante na forma de descrever o mundo com óculos do ressentimento.

Foucault salienta n’*A Ordem do Discurso* (2004) que a *vontade de verdade* é um mecanismo que merece atenção pois nele podemos perceber o deslocamento discursivo que se operou no grande ímpeto humano: “chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado eficaz e justo de enunciação para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (p. 15). Portanto, por mais que os lugares institucionais sejam controladores dos discursos e dos sujeitos que se posicionam em seu interior, o importante aqui é perceber e manipular a economia dos discursos, como eles

aparecem nesses lugares. Segundo Mauro Grün (1995), trata-se de uma vontade de potência, uma vez que se articula à autoridade, noções de verdade. Mas talvez o maior risco em relação à força, à vontade de verdade, seja o que Foucault analisou como sanção normalizadora, pois uma vez que os discursos institucionalizados passam a se materializar em diferentes instituições e no estado de direito, o que se tem é um mecanismo utilizado pela disciplina que, para além de formar regras e proposições da verdade, pode até desaguar nos limites de uma moralidade. Moralidade claro, aqui, agenciada pelo poder:

Ele (o poder) é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 24)

Ao discutir a vontade de verdade, Foucault cita o deslocamento da enunciação ao enunciado, mas os *rituais* também são necessários para entendermos a dinâmica discursiva, pois eles colocam em funcionamento o discurso, uma vez que os sujeitos envolvidos precisam estar qualificados para falar e ainda assim existem regiões dos discursos que não são tão abertas como parecem. Podemos relacionar esse procedimento coercitivo remetendo-nos à própria Educação Ambiental, como disciplina originada no interior da Biologia, restringe seu campo aos estudiosos da área de ciências naturais ou àqueles que dominam métodos e leis de leitura dos fatos da natureza de capacidades claras e verdadeiras, deixando às margens desse caudaloso rio, abordagens que buscam complexificar os fatos com questões de ordem política, social e especialmente cultural. A região proibida dos discursos acaba por restringir também as práticas, pois com o passar do tempo e maior institucionalização da Educação Ambiental, o que temos são práticas muitas vezes restritivas que remetem, no fundo, a um jogo entre certo e errado. Conforme estudou e pontuou Paula Brügger (1998), tais ordens discursivas funcionam mais como um adestramento. Mas o *ritual*, citado por Foucault, muitas vezes nos evoca ligações com campos religiosos ou dogmas. É possível relacionar a eclosão ambientalista ao movimento *hippie* que apregoava práticas de resistência ao sistema capitalístico. Era uma das diversas faces do movimento contracultural da década de 60. Como estudou Mauro Grün, um

possível nascimento para o pensamento ambiental é relacionado ao pensamento de White e sua visão de harmonia entre humanidade e natureza. A visão de uma natureza harmoniosa e pura antes da intervenção humana ainda é bastante recorrente. Atenção ao adjetivos. VEJAMOS:

[20] *Sua atuação não representava solução para as grandes questões da Amazônia, mas contribuía para o estabelecimento de uma **civilização mais pacata, primitiva e menos cobiçosa**, justamente o que o **frágil equilíbrio ecológico** amazônico exige.* 23/02/05

[21] *O pantanal Mato-grossense é um dos maiores, mais **complexos e mais frágeis** ecossistemas do planeta.* 14/12/05

Este retorno à mãe natureza que circulou nos ideais dos anos 60 se mostram ainda presentes, pois o que temos é que se criou no imaginário social com face de um ambientalista de roupas rasgadas, com os pés no chão, na terra, dotado de um *ethos* salvacionista ou enviado para anunciar a boa nova do retorno às origens intocáveis de nossa natureza, de nossa condição inicial e pura. Um exemplo do caráter “penoso” que paira no discurso verde está na reportagem especial na Revista *Veja* que versa sobre a morte da freira Dorothy Stang, quando traz no título do texto: *A Mártir da Floresta* (23/02/2005). Ficam, é claro, interrogações sobre o texto, que sabemos muito mais pintou a imagem de uma velhinha americana ligada apenas ao movimento ambientalista e não envolvida com lutas sociais, como reforma agrária, concentração de terras, o latifúndio. Como escreve Orlandi (1990, p. 241):

Nem faltam referências a heróis que viram “mártires ecológicos” antes de serem brasileiros, com vidas reais em que não entra “a floresta” como mito, mas a briga pelo trabalho e pela posse, briga em que índios continuam a ser “argumentos” mais do que seres reais e históricos.

Temos, portanto, uma imagem que acabou por configurar um pouco o *ritual* que processa o discurso verde. Uma vez que o *ritual* define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam, ele também define os gestos, vestimentas, tons do discurso, o *ethos*, por assim dizer, dos escritos de Aristóteles que evoca a retórica como negociação dos

signos que falam num discurso. Percebemos que o *ethos* caminha entre os hippies da contracultura e a comunidade científica de laboratório, que já na década de 50 estudavam efeitos relacionados ao meio ambiente. Mas o mais marcante nesse procedimento é o modo de articular as palavras. Do tom catastrófico ao salvacionista, fica evidente chegando ao limite de seu valor de coerção. Roland Barthes (2004) problematiza:

“por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por seguinte, a culpabilidade daquele que o recebe.” (Barthes, 2004, p. 11)

Na Revista, o *ethos* se materializa na retórica dos textos, a maioria enfática no tom de tragédia, catástrofe, e no limite: culpa. VEJAmos alguns exemplos:

[22] *Quanto **você pesa** para o planeta?* 19/02/05

[23] *Para onde vamos **com nossas agressões** ao planeta? O pessimismo da resposta varia, mas há um consenso: a hora de agir é já.* 12/10/2005

[24] *A **mão do homem** na matança das focas, na desolação do morador devastado pelo Katrina e na poluição chinesa: capacidade de mudar o planeta em escala geológica.* 12/10/2005

[25] *O Homem **está tirando** da natureza mais que ela pode dar.* 12/10/225

Se o *ritual*, como *ethos* enunciativo, pode demarcar regiões de discurso que podem ser ocupadas somente por sujeitos especializados para tal, o procedimento da *doutrina* de que fala Foucault (2004) é um procedimento que funciona para difundir ao invés de

delimitar. Difundir axiomas tomados como comuns, o que gera um sentido de pertença recíproca entre os indivíduos que aceitam determinada verdade e regra:

“ela (a doutrina) liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. (p. 43).

Este procedimento é bastante perceptível nos campos de saber que se instituem ligados à “natureza”, já que o que foge ao campo das racionalidades logo é capturado por uma aura religiosa, mística. Talvez aqui floresça no discurso verde a função normalizadora que antes comentamos, uma vez que constitui um sistema de pertença, de identidade entre os sujeitos. E se falamos em estabelecer identidade, como nos ensina Foucault, falamos no *mesmo*, em agenciamentos que ao invés de proliferarem positivamente rupturas no interior de um determinado modo de pensamento acaba por aceitar e estabilizar os discursos e o real como discurso, pois o que é idêntico é mais tranquilizador.

Uma vez que já discorreremos sobre as condições de funcionamento do discurso, segundo Foucault, e falamos também em *autor* e *disciplina*, resta-nos chamar mais um procedimento proposto pelo pensador, procedimento este muito importante e visível em nosso objeto de estudo: o comentário.

Sobre o comentário, nos explica Foucault, trata-se de *jogo*. O jogo discursivo que movimenta os enunciados e que caracteriza enfim um paradoxo proposto pelo professor: “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”.(2004, p. 25). Mas para Foucault, e para nós que estamos lendo a *Veja*, importante ressaltar que ele fala de uma “repetição disfarçada”, que conjura o acaso do discurso. E por esta razão que, para entender a proposta de leitura de Foucault, precisamos estudar seu conceito de enunciado, pois com o comentário instala-se o paradoxo do enunciado: “o novo não está no que está sendo dito, mas no acontecimento a sua volta”.(p. 25)

Se o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta, importa retornar ao discurso como monumento, pois se o que caracterizou o discurso verde em sua trajetória de irrupção e manutenção foi tal “tomada de consciência” em relação aos fatos

exteriores, aos fatos, como Mario Grün exemplificou, naquele momento, após a segunda Guerra foi a bomba atômica, mais tarde, a usina de Chernobyl em 1986 e adicionamos a atenção dedicada à Cidade de Cubatão, também na década de 80 e outros eventos, chegando ao que temos hoje nos noticiários e que nos faz confusos se o que aumentou foi o fluxo discursivo, a leitura do real pelas autoridades relacionadas ou, de fato, os eventos. Ou ainda, a venda dos eventos, o consumo dos eventos. Mesmo que eventos de ordem natural, a descoberta de novas espécies, sejam eventos reais que configuram nossa paisagem contemporânea, não temos dúvida de que a visibilidade promovida pelos meios de comunicação é um mecanismo de manutenção do discurso, de seu fomento e de sua reprodução de poderes e saberes, já que no modo como são articulados nos enunciados propõem um real, que pode ser lido, como ensina Barthes (1993) como mito, pois o mito “designa e notifica, faz compreender e impõe” (p. 139); “transforma a história em natureza” (p. 150); “o mito é uma fala inocente porque naturalizada”. (p. 152)

Falando do regime do enunciável e do visível, Deleuze nos ajuda a ler Foucault, principalmente para entender esta relação entre os ditos e as coisas ditas. Para tanto resgata o Panoptismo, discutido por Foucault em *Vigiar e Punir*, uma vez que o agenciamento ora é definido por uma máquina óptica e ora como uma máquina abstrata “que não apenas se aplica a uma máquina visível, mas atravessa as funções enunciáveis” (p. 43).

Se o princípio regulador do panoptismo é ver sem ser visto, o que podemos discutir aqui é como a Revista *Veja*, uma possível máquina de produzir visibilidades verdes, articula os enunciados de modo a forçar uma territorialização que caracteriza sua forma de pronunciar seu discurso verde estriado, pois tornando-se visíveis, os enunciados passam para estatuto do saber, uma vez que todo saber, explica Deleuze (2005) “vai de um visível a um enunciável, e inversamente; todavia não há forma comum totalizante, nem mesmo conformidade ou de correspondência biunívoca.” (p. 48). A máquina óptica, a máquina de ver, poderíamos ler, configura-se com o próprio discurso, estendendo-se aos domínios do consensual, ao no nível capilar dos poderes sociais.

Por isso, o comentário, por estarmos aqui falando de textos que articulam o discurso jornalístico ao discurso científico, pode ser exemplificado em várias instâncias enunciativas, como um dos principais instrumentos/procedimentos necessários ao controle

interno do discurso, procedimento que amarra linhas, diferentes enunciações numa mesma enunciação, agora institucionalizada na Veja, amarrada, empacotada e pronta para o consumo:

[26] O último relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revela que, a cada ano, só na Amazônia, uma área do tamanho do estado de Sergipe vira fumaça. (26/001/2005)

[27] Segundo um estudo do Byrd Polar Research Center, da Universidade do Estado de Ohio, desde 1912 o Kilimanjaro vem perdendo lentamente sua cobertura gelada em consequência de uma ligeira mudança no clima africano, que se tornou mais seco. (23/03/2005)

[28] “Os prejuízos com a fumaça continuam a ser pesados. Hoje, é como se cada paulistano fumasse quatro cigarro por dia, desde que nasceu”, diz o patologista Paulo Saldiva, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e um dos maiores especialistas em poluição. (fumaça rima com ameaça)

Podemos observar as chamadas de comentários que ora são escritos usando o discurso indireto ora se reportando ao discurso direto, que chamam por regra outro texto para funcionar como mecanismo de credibilidade ao enunciado, a exemplo do que ocorre no enunciado número 27, em que o texto não apenas cita a autoridade responsável pelo estudo como parece transcrever literalmente o discurso do outro explicitamente no texto presente.

Uma vez que discutimos alguns dos conceitos principais que configuram uma teoria de discurso para Foucault, precisamos retornar aos procedimentos de análise que anunciamos no início do texto, uma vez que discutimos um pouco das formações de conceitos relacionados à formação discursiva verde, enquanto também trouxemos algumas possíveis leituras de Veja como função-autor, lugar e ainda instituição que mantém suas leis e procedimentos próprios de editoração. Por último precisamos abordar o regime dos

objetos que possibilitam um “falar” do verde na Revista Veja. O elemento de repartição proposto por Foucault para a manipulação dos enunciados - o regime dos objetos - ajuda-nos a diagnosticar possíveis jogos semânticos em torno dos desenhos discursivamente manipulados. Porém, antes de explorar os sentidos deste ou daquele objeto, precisamos considerar o “diz-se” como murmúrio anônimo, como nos ensina Deleuze (2005). Pois é esse “diz-se” que assume repercussões no *corpus* selecionado, dando ouvidos a ele é que, reconhecemos os enunciados:

Que não são palavras, frases e proposições, mas formações que apenas se destacam de seu *corpus* quando os sujeitos da frase, os objetos da proposição, os significados das palavras *mudam de natureza*, tomando lugar no “diz-se”, distribuindo-se, dispersando-se na espessura da linguagem. (op. cit. p. 29, grifo do autor)

E aqui, talvez, se configure a maior tarefa dessa empresa, pois se existe um dado comum entre os mais variados estudiosos que se dedicam aos estudos ambientais é a problemática do objeto. Uma vez que os discursos, ao modo como são entrelaçados nas relações de poder são agenciados conforme as instâncias que o delegam e os discursos que se articulam na rede (murmúrios, comentários, disciplinas, citações, memória) pois no caso estudado, salta-nos aos olhos a força de embate proposto pelo discurso econômico que atravessa todos os textos em questão. Além do discurso econômico, destaca-se também o discurso médico, uma vez que diagnosticada o problema ambiental, o problema passa a ser escrutinado por uma comunidade científica ou por autoridades relacionadas: é a natureza no hospital. É a natureza em diagnóstico. A natureza, por vezes, morrendo. Criou-se, portanto, uma estratégia metafórica capaz de “traduzir” o estado da natureza. VEJAmos:

[29] *O tratado de Kioto é um passo importante para cura do planeta.*

[30] *Manchas no pulmão do planeta. 12/10/2005*

[31] *Uma **sentença de morte**. Estudos mostram que o ciclo das chuvas na Amazônia entrará em colapso se a região perder entre 40% e 60% da cobertura vegetal. A floresta será então substituída pelo cerrado. [12/10/2005]*

[32] *Como o **músculo cardíaco depois de um infarto**, o sistema ecológico amazônico já tem partes irremediavelmente feridas. Evitar sua morte é o desafio do século para o Brasil (28/12/2005)*

Acima, resgatamos dos textos dois enunciados de uma mesma edição da Revista, do dia 12 de outubro de 2005, que traz uma reportagem especial que vem na capa da edição cujo título chama a atenção: *A Terra no Limite*. Pensamos que este seja um exemplo da dificuldade de mapearmos claramente os “objetos” em debate na Revista, uma vez que acreditamos que é justamente a heterogeneidade de objetos que se materializa nessa “festa discursiva”, se assim podemos chamar, uma vez que são domínios que ora parecem convergir para apenas um campo e ora se estendem, se misturam, se excluem ou se complementam. Tomemos o exemplo dos conceitos acima trazidos: ecologia, ambiente e sustentabilidade. Por estarem envolvidos em mesmas relações discursivas, esses conceitos, disciplinas e “ciências” comungam, por vezes, de mesmos objetos, com enfoques e contornos diferentes: é por esta razão que fazem parte da mesma formação discursiva, conforme estudamos, apesar de nos movimentos do discurso acontecerem transformações e embates. Mas o objetivo aqui é salientar que os números que observamos na Revista com relação à regularidade de objetos podem ser manipulados, pois ao mesmo tempo podemos observar objetos que se complementam, como é caso do texto de 31/08/2005, *Poluição na Floresta*. Podemos delimitar o objeto, já que o texto aborda a poluição no Acre, mas o subtítulo traz: “O fogo destrói a natureza e também os pulmões de quem vive na Amazônia”. O que desejamos destacar, aqui, é que é um discurso bastante marcado pela variedade de objetos. No entanto, sabemos, que a visibilidade do objeto, a escolha como parte de um estudo, já é, de antemão, uma escolha política enredada por exercícios localizados de poder. Além disto, estratégias lingüísticas são operadas no sentido de homogeneizar os objetos, os referentes e “coisas” no mundo. Mas se podemos identificar

um possível objeto comum nesta formação, com certeza o objeto aqui descrito é a vasta natureza, comum nas disciplinas acima trazidas e que se fragmenta em diversos objetos estudados pela comunidade científica e que aparecem agenciados e recortados em função do discurso jornalístico. O falatório exaustivo em nome da natureza ou do ambiente acaba por instituir um real que vale por ele mesmo, estrategicamente “isento” dos atravessamentos subjetivos ou agenciamentos de enunciação, como ensina Guattari (1996), agenciamentos estes que podem determinar os possíveis efeitos de sentido de um discurso.

O que conseguimos destacar na Revista são regularidades que não apenas convergem para alguns objetos como ditam a centralização do discurso verde, ou seja, a dinâmica de veiculação e repetição dos mesmos recortes. Dos 38 textos observados em 25 edições, de um total de 52 edições no ano inteiro, podemos ler, num esforço de síntese, maiores concentrações de texto no objeto Amazônia, depois: animais em extinção, poluição e aquecimento global e variações climáticas. No entanto, tais objetos não são trazidos de forma estanque, pois os discursos se movimentam dentro de uma rede, uma teia de pré-construídos, uma rede de memória alimentadora que os movimenta através de estratégias de recorte e resgate, como vimos.

Podemos observar que muitos textos falam a Amazônia. Muitos textos estão falando a Amazônia. Muitos cientistas estão falando a Amazônia. Muitos mapas, gráficos, fotos espaciais. Falares se concentram na questão Amazônica, sem deixar de enfatizar que a Amazônia, enquanto objeto, é chamada em várias esferas de estudo, desde a econômica (principalmente), passando pelo social, histórico e cultural, mas aqui, enquanto temário, ela se traduz em objeto de estudo, em sua maioria, com ênfase na devastação, queimadas, enfim, no desmatamento da área verde e vem citada nos textos como já parte da memória compartilhada, de um pré-construído que possibilita a Amazônia ser falada desse modo e na Revista. Interessante é que tal gancho (A devastação da Amazônia), se assim podemos chamar, ou âncora, vem sempre situando o leitor, ou seja, tecendo a teia da aranha, nos parágrafos iniciais que recuperam o interdiscurso. VEJAMOS:

[33] Toda Vez que o assunto é o meio ambiente, o Brasil é lembrado como destaque na mesma triste categoria: a da devastação. A última edição do Guinnesse Book, o

*livro dos recordes, apontou o país como campeão mundial de desmatamento. O último relatório do Instituto nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) **revela que, a cada ano, só na Amazônia, uma área do tamanho do estado de Sergipe vira fumaça.** [...] 26/012005*

*[34] O desmatamento continua sendo o grande vilão do meio ambiente no mundo. Ele arranca 15 milhões de hectares de florestas por ano – uma área igual a cinco vezes o tamanho da Bélgica. Menos árvores significam graves danos ambientais, como diminuição dos mananciais de água, inundações, deslizamentos de encostas aumento da temperatura global. **Um sexto do estrago ocorre no Brasil, onde o ritmo da derrubada de árvores na Amazônia se acelerou nos últimos três anos.** 09/02/05.*

*[35] Algumas das principais organizações não-governamentais atuantes **na Amazônia** estão se aliando a grandes empresas agrícolas em parcerias pela preservação da floresta. [...]13/04/05.*

*[36] A fúria dos motosserras, o avanço das fronteiras agrícolas e o descontrole da política ambiental **já fizeram com que a Amazônia** perdesse 18 % de sua cobertura original. 08/06/05*

Neste caso nem precisamos enfatizar que se trata de recortes por nós realizados com intuito de organizar nosso *corpus*. O recorte já está feito. Já foi feito pelo discurso em questão na Revista *Veja*, seja em texto dedicado a região, seja em variados textos que abordam outras problemáticas, mas que citam a Amazônia sempre como suporte ao problema ambiental. Falar em Amazônia é chamar a crise, o caos, a terra de todos e de ninguém, sem lei, mas sob monitoramento intensivo e extensivo cada vez mais: é a imagem que temos. Trata-se de uma Amazônia já enredada no discurso ecológico-ambiental e que, pode, até, se resumir a uma paisagem verde e alisada e que traz, em sua interdiscursividade a pressuposição de uma crise, de uma natureza ameaçada, de uma devastação inconsequente. Chamar a Amazônia, então, é quase chamar um mito, um mito construído pelos olhares centrais de um país que olha para seu dentro, seu interior, ao mesmo tempo

periférico e selvagem. Uma Amazônia dita e reescrita como um grande e largo mito verde que abarca em suas entranhas estranhas todo um vazio que é próprio de um significante que não significa mais, congelado, estéril, oco, como nos ensinou Barthes (1993) que se desdobra nos parques verdes, nas reservas verdes, para serem consumidas. Lá, na palavra verde, onde podemos ser verdes.

No entanto, sabemos que não é apenas nesta formação discursiva “verde” que temos olhos atentos a Amazônia. Se contemporaneamente todo um aparato tecnológico lê a Amazônia, diz a Amazônia, fala a Amazônia, diariamente, nos centros de pesquisa em todo país e fora dele, também podemos tomar outras formas de dizer a Amazônia, uma vez que sabemos que o poder, como escreve Deleuze (2005), ajudando-nos a ler Foucault, o poder faz ver e faz falar. Desde os tempos da descoberta e colonização das Américas, viajantes e estudiosos investiam mata adentro em busca de riquezas e conquistas. A motivação pela busca do Eldorado não apenas faz parte do discurso histórico e literário, como contemporaneamente circula ainda em diferentes artefatos, como o cinema, que se alimenta de registros históricos sobre a região, fazendo proliferar justamente o que os registros históricos muitas vezes não riscaram, tendo em vista as leis de verdade que regiam tais empreendimentos. Um exemplo dos mitos da floresta pode ser lido no filme *Aguirre - a cólera dos deuses*. Lá, o colonizador europeu, equipado com serviçais e índios que o servem, avança rio adentro em busca do Eldorado. Cenas impressionantes, já que um silêncio cortante grita enquanto o colonizador avança. Enquanto passarinhos atravessam o silêncio com seus gritos alegres, a câmera olha de fora. Olha do meio do mato. Olha o movimento dos aventureiros. O olhar, o olhar da floresta que olha, poderíamos dizer, é o olho da mata, mas também o olhar dos índios que lá viviam e que observam o colonizador passando. Nas jangadas, durante a viagem, descendo o rio Amazonas, o capitão da expedição - e modelo exemplar do “frio colonizador” - faz com que um índio escravizado toque seu instrumento musical para não deixar que seus tripulantes caiam em devaneio, na loucura, depois de tantos dias em viagem no silêncio.

A cena nos convida para entrar, como escreve Barthes em sua leitura-escritura: a mídia, metaforicamente representada pelo instrumento musical do índio escravizado, tenta fazer ‘barulho’ e disfarçar o silêncio opressor que não traz ao público questões relacionadas com as verdadeiras problemáticas da Amazônia ou ainda que propõe um “ambiente” reduzido à floresta amazônica, inebriando o nosso olhar para um ambiente constituído pelas relações sociais, culturais e econômicas que nos cercam e as tão longínquas feridas travadas num país marcado pelo saque aos bens. Um ambiente e ecologia que precisa provocar, conforme nos ensina Guattari (1991), um repensar das relações sociais, mentais e ambientais. Questões que outros olhares (estrangeiros, talvez) possam estar enfocando melhor do que os próprios patriotas em relação à Amazônia, enquanto um discurso ufanista grita: *A Amazônia é nossa!* Enquanto as notícias supostamente agem na construção da “consciência ambiental” e na construção da atenção a grande “mãe natureza”, nesse caso, a floresta amazônica, continuamos em nossas casas, lendo nossos textos e assistindo aos noticiários “verdes”, esquecendo-nos que por lá, talvez, quando se evoca a natureza, nela mesma, o próprio ser humano mantém-se ainda inscrito quem sabe em outra forma, uma forma atenta, mas muda. Num jogo de olhar e ser olhado. Narrar e ser narrado, o filme permite uma leitura de como se construiu e se constroem as formas de dizer a floresta.

Sabemos, no entanto, que não precisamos retornar às palavras iniciais que marcam um discurso, quem sabe aos seus buracos pretos falantes, seus silêncios sem sentido, suas vagas de sentido. Seria um outro texto. Uma vida. E é isso que Orlandi (1990) nos mostra ao estudar os enunciados dos colonizadores europeus sobre o Brasil destacando o “Terra a Vista”, para ela o enunciado inaugural do Brasil (1990, p. 13). Poderíamos pensar juntos como se construiu discursivamente este olhar e texto sobre a Amazônia que, ao longo de nossa história, tanto nos marca. É como se participasse da nossa própria constituição enquanto sujeitos brasileiros. Como se no jogo das imagens negociadas em nossa memória, a Amazônia, aquela Amazônia, monstro verde e líquido, exuberante na fauna e na flora, é como se tal imagem estivesse estampada em nossa própria pele. No entanto, sabemos que tal jogo de sentidos foi instituído ao longo do discurso histórico-geográfico, que busca dar uma linearidade e coerência aos fatos e busca instituir o território amazônico como um liso terreiro de sentidos que ora nos assustam com uma semântica do terror, da imoralidade e

caos e ora nos convida para a exuberância de um Éden brasileiro de pureza e fartura, jogo de máscaras de um real ligeiro, tal como propõe a relação entre os discursos que cotidianamente nos convidam para entrar em cena e nos posicionarmos no palco da vida. No caso amazônico, essa insistência, essa nota tocada tantas vezes na revista nos convida a pensar a Amazônia enquanto acontecimento. Sim, pois, mesmo geograficamente distantes, sua presença nos atravessa em dispositivos da mídia, como este, na Revista, como em outras instâncias culturais, mas é sua amplitude e indizibilidade que não são faladas na Amazônia e talvez seja o que mais nos chama a atenção. Mais que isso: na dinâmica da preservação-devastação, o crivo político, que desemboca nos questionamentos da realidade social brasileira, com todas suas montanhas de injustiças e diferenças de acesso aos bens. Talvez este seja o buraco negro falante que mais é silenciado quando se invoca um argumento verde *a-histórico*:

Se, nos séculos XVI e XVII, o discurso (sincero) era o dos viajantes, aliando ciência, religião e política, tudo devidamente misturado com a sedução do literário (que limite colocar entre ficção e realidade, se tudo era ‘novo’?) hoje essa função resumidora (ainda as ‘reduções’) é catalisada pelo discurso da ecologia. A salvação dos homens não está mais em Deus, está na ‘preservação da natureza’.(ORLANDI, 1990, p. 242)

São muitos os falares sobre a Amazônia, e temos certeza que a região, tendo em vista sua vasta riqueza simbólica, ainda será objeto de muitas reflexões, especialmente em abordagens mais recentes que buscam ler os diversos significados que circulam na indústria midiática verde em conversa com teóricos da cultura, filosofia, que não apenas lêem a Amazônia em sua paisagem biológica, mas em sua diferença geográfica; que buscam debater a paisagem cultural. Perguntas, respostas e abordagens sobre a região e sobre nosso país. Talvez a Amazônia tomada como um território existencial, capaz de nos desestabilizar, de desprender nossa memória do “berço esplêndido”. Do lugar seguro, construído pelo discurso histórico, mas que nos leva a nos perder de nós mesmos, nos faz despidos, experimentando, assim, uma alteridade sem forma, tal como propõe uma Amazônia ainda desconhecida. Uma alteridade, por isso mesmo, potencial que, mesmo que

nos atravessa virtualmente em textos como estes que circulam na mídia, mesmo assim, possa nos convidar para atravessar o território do discurso para adentrarmos nos domínios de alguma poesia, adentrarmos no espaço onde transformações são reais e violentas, porque nos colocam inteiros no lado de fora, lá onde o pensamento excede a palavra para se transformar em vida. Como escreve Garcia (2004), é ler “as multiplicidades não numéricas dos acontecimentos”.

Uma das conversas entre diferentes campos do saber foi feita por Sampaio e Guimarães (2004) que escrevem sobre como Euclides da Cunha, em sua viagem de caráter oficial ao interior amazônico em 1905, teceu sua visão sobre a floresta de modo a subsidiar, aos interessados por representações da natureza, uma leitura a partir do lugar da cultura, ou seja, entendendo processos como mistura, que colocam em evidência uma zona de contato entre o que é narrado, o outro e o narrador, aquele que materializa os textos. Os autores trazem conceitos como hibridização cultural e transculturação, apoiados em Canclini (2000) e Pratt (2000), respectivamente, no sentido de propor uma leitura alternativa aos que lêem em casos como este apenas um estrangeiro com seu olhar, escrevendo sobre um lugar, quase sempre naturalizado, incólume, puro e mais saudável que outros. Para os autores, que afirmam estarem alinhados às perspectivas pós-coloniais de entendimento dos processos culturais, os textos de Euclides da Cunha, tendo em vista o momento em que foram escritos e as condições de produção, “instituíram e ensinaram modos de ver a floresta e seus habitantes, nesse momento em que emergia um Brasil republicano que urgia progredir, integrar-se enquanto país e, também, civilizar-se”.(p. 138)

Mas, diante desta zona de contato, caracterizada pelos autores, as negociações que existem quando um narrador fala do narrado, como poderíamos pensar o acontecimento (ou objeto) floresta Amazônia narrado, agora, por esta massa tecnológica e informacional que dia-após-dia continua produzindo significados sobre a floresta?

Como apontamos acima, o próprio discurso já traz seus recortes prontos. E a partir das possibilidades que configuraram a formação discursiva verde que se estendeu ao longo das últimas décadas, percebamos que só é possível falar a Amazônia assim: indicando os números de sua devastação, os conflitos gerados em torno das terras sem lei e a investida cada vez maior da comunidade externa aos tesouros amazônicos. Ela, a Amazônia, em seu

nome, em sua construção enquanto signo verde e signo da bandeira ecológico-ambiental, já carrega em seu fardo memorial interdiscursivo esta construção: a construção da crise, da ameaça, do medo. Mas não é essa Amazônia que, como dissemos, excede as explicações matemáticas, que desejamos ler, ver e sentir. É uma Amazônia múltipla e desterritorializante. Uma Amazônia que nos faça sair de nós mesmos, pois como ensina Foucault, talvez a lição mais importante da desconstrução seja esta: não a de nos identificarmos e nos reconhecermos, mas sim, nos desconhecemos, nos perdermos, experimentarmos outras formas de humanidade, quem sabe um devir-verde-amazônico. Um devir-verde-amazônico que pode ser um devir verde apenas, que modifique, molecularmente, nossas relações com o outro, com o mundo da vida e com o desconhecido. Uma Amazônia que seja um signo subjetivador, Amazônia que nos faça nos perder na exterioridade social, animal vegetal e cósmica, movimento que nos ajuda entender Guattari (1991) e seus princípios de uma ecosofia, a opção ético-política pelas relações sociais, humanas e espaço-temporais.

Se o discurso para Foucault é o *mais*, o *mais* entre as palavras e as coisas, podemos entrar na questão amazônica entremeando nossa análise com os grandes silêncios e vazios que o próprio discurso materializa em suas repetições. Como a Amazônia passou a ser tão dita? Em que condições de possibilidade? Como o argumento da economia dos gases essenciais à vida encontrou possibilidades de se tornar uma manchete indiscutível, um objeto internacionalmente visível e mundialmente cobiçado (ao menos discursivamente)? Como a Amazônia, para não escrevermos a natureza, transformou-se em espetáculo - e pior, num espetáculo de morte, não de vida?

Lemos uma Amazônia discursivamente construída: estriada, homogênea, una. A unidade em torno do objeto amazônico é que mais chama a atenção, uma vez que mesmo trazendo abordagens sobre possíveis conflitos sobre a terra, um outro lado da Amazônia, este conflito só serve como pano de fundo ao argumento principal da preservação. Aliás, os conflitos, geralmente marcados pela força caricatural da massa empobrecida, da massa que incha a ferida aberta do capital, participam da construção daquela leitura da terra sem lei que a pouco introduzimos e que esconde, em suas entrelinhas, verdades nuas e vergonhosas da configuração política e social do Brasil. Constatamos em nossas leituras, que ao longo

de tantos textos e citações sobre a Amazônia, apenas em dois momentos é mencionada a questão indígena e ainda de modo, como dissemos, preconceituoso e visivelmente conformado a um modo de olhar e dizer a Floresta, pois o mito tem como função deformar. VEJAMOS:

[37] *A pesquisa concluiu que de 1999 a 2002, somente em terras indígenas e unidades de conservação localizadas na área de estudo, cerca de 1350 quilômetros quadrados da floresta foram **detonados** pelos madeireiros. 26/10/2005*

[38] *Em áreas indígenas, os garimpeiros costumam atuar em **conluio com os índios**, como ocorre na mina de diamantes localizada na reserva dos cintas-largas, em Rondônia. 12/10/2005*

Nos dois fragmentos, produzem-se efeitos de sentido de um preconceito no modo de falar a floresta e os sujeitos envolvidos nos embates em torno da terra. Esses efeitos podem ser lidos nos “1350 quilômetros quadrados **detonados**”, ou ainda no “**conluio com os índios**”, que lança os sentidos para o terreiro do caos que introduzimos acima, mas que tem sujeitos e causas claramente identificadas pelo discurso, posicionando, novamente, o sujeito em diferentes e tensas regiões discursivas: a tensão silenciada de quem fala de terra no Brasil.

Ao longo dos textos, perfila-se uma clara ruptura construída discursivamente ao longo dos anos em relação ao que se convencionou chamar de *ambiental*. Ambiental ou meio ambiente, ou, ainda, simplesmente, natureza, passa a designar a subtração da figura humana. Um dizer ambiental, um dizer verde, traz, em sua memória constitutiva a ruptura entre o humano e a natureza. E este silêncio em relação a comunidades indígenas da região amazônica é uma evidência de como este discurso opera tal ruptura. Pensar verde, portanto, é abolir o homem e sua falaciosa relação com a natureza. O ser humano falhou e num determinado momento histórico, um discurso chama para si a responsabilidade de falar pela

natureza. No entanto, o discurso parece obnubilar em seu interior que o próprio dizer verde, o “dizer” a natureza se constituiu nos exercícios da linguagem engendrada por sujeitos falantes de uma língua. Estes são agenciados em torno de objetos, de referentes, de um real, enfim, mas um real dito e que faz dizer. Existem, no entanto, movimentos contraditórios no sentidos. Se na linha exposta de pensar o homem, colocado no exterior da natureza que chama por socorro, o homem que falhou em sua relação com a natureza, que se diz ter sido um dia uma relação harmoniosa, este homem não mais participa da teia de relações, ele criou a possibilidade da natureza ser destruída. Mas quando o argumento da sustentabilidade entra em cena, como um arranjo discursivo capaz de propor novas formas de relacionamento homem-natureza, este homem adquire *status* de competência para tal. Talvez uma roupa narcísica. Ele pode pensar alternativas que o façam redimido do pecado de ter “usado” a natureza erroneamente. Talvez aqui o poeta cante bem: “Pai, perdoai-os, eles não tem culpa de terem nascido.”(Vinicius de Moraes). É uma dialética bastante sedutora: o homem fora da natureza e o homem dentro da natureza, linhas tão divergentes e que se esbarram no discurso verde, passando quase despercebidas. Quando o homem está fora: ele é culpado; quando está dentro, é responsável e consciente. VEJAMOS:

[39] *O homem **nunca** tirou tanto do meio ambiente como nos últimos 50 anos. O avanço acelerado **sobre a natureza** é o efeito colateral do nosso sucesso. 07/09/2005.*

[40] *Um sexto do estrago ocorre no Brasil, onde o ritmo de derrubada de árvores na Amazônia acelerou nos últimos três anos. Em 2004 **foram ceifados 2,3 milhões de hectares** de floresta. 09/02/2005*

[41] *A vida começou na terra há cerca de 3,5 bilhões de anos e ainda há 6 bilhões pela frente antes que o sol incinere a Terra. Cerca de 60 bilhões de seres humanos já viveram antes de nós. Seria demais deixar um desaparecimento catastrófico acontecer **justo no nosso turno**. 12/10/2005.*

[42] ***O Homem está tirando** da natureza mais que ela pode dar. 12/10/2005*

[43] *O fogo destrói a natureza e também o pulmão de quem vive na Amazônia.*

Sobre o primeiro recorte é importante destacar um efeito de sentidos bastante comum nesses textos. Trata-se de um efeito sinonímico que permite um nome ser usado por outro gerando um efeito de que sempre se trata de uma coisa só. Basta lermos: ambiente = natureza. Assim como existe um deslize semântico entre: natureza = natural; natureza = floresta; natureza = verde; natureza = Amazônia; ambiente = Amazônia. Os movimentos, os deslizes que acontecem de um nome a outro, no discurso, foi que permitiu que nomeássemos o discurso em questão como discurso verde, uma vez que ele está relacionado ao ambiental, ao natural, à natureza. Natureza que passa, do plano do acontecimento ao plano do consumo, a nova ordem global. Mas Deleuze e Guattari (2004) nos chamam a atenção para o caráter pedagógico da mídia que consegue, contemporaneamente, um *status* de formadores de opinião e ainda: formadores de conceitos, como percebemos nas articulações das disciplinas relacionadas. Trata-se, portanto, de um conceito, seja, de verde, de ambiental, de natural, agenciado pelos mecanismos de produção e circulação com a competência de criar conceitos, criar tendências, criar modos de vida, que sabemos: desembocam na produção de subjetividades.

Mas este efeito sinonímico não funciona apenas no sentido de deslizar de um nome a outro, de uma palavra a outra, de um conceito a outro. No discurso verde na Revista *Veja* e em outras instâncias, o que temos é a produção de um real circunscrito, delimitado ou ainda pré-fabricado que cintila nos céus de letras verdes uma vez por semana. Agem, como mercadorias de consumo e não como meteoritos, como escreve Deleuze e Guattari (2004) acerca dos acontecimentos. Enchem de tanta quantificação e leituras técnicas o real que sobra pouco espaço para alguma escritura, alguma entrada, algum lugar para respirarmos vida. Aliás, resta sim. De tão cheia a escritura política, excessivamente sedenta por um engajamento com a causa verde, a escritura se esvazia tanto a ponto de dispersar-se, como nos mostra Foucault, restando um espaço vazio que chama os sujeitos para entrar, para exercerem suas funções discursivas e de lá saírem numa vazante de sentidos que não cabem dentro da palavra verde. Escoamento. Evaporação. Dispersão. Trabalho. Mas no discurso

em questão é como se fosse expurgada do real a condição do trabalho na e pela linguagem, em que o real é dito e é enunciado, efeito de sentidos. Como se fosse possível congelar sentidos. Como se fosse possível haver sentidos fora da cultura simbólica em que vivemos.

Questionar o discurso verde, portanto, nos convoca a pensar nas tênues linhas entre cultura, comunicação, educação, já que pensar o verde, aqui, significa pensar o verde e seus significados na cultura, por entendemos que os sentidos que circulam neste discurso só fazem sentido na cultura, como em alguns exemplos acima nos quais os efeitos de sentido reagem à tentativa de literalidade dos textos. Sentidos relacionados a uma “natureza” ou uma “terra” ou “floresta” e “mata” podem sofrer variações conforme os agenciamentos enunciativos, por exemplo, a “terra” para um agricultor não é a mesma “terra” para um cientista e ainda sofre outros deslocamentos quando enunciada do lugar social de um fazendeiro do agronegócio, ou ainda “mata” para um indígena é diferente de uma “mata” para um ambientalista.

Talvez nossa maior motivação em reconhecer algumas das formas de linguagem que se materializa no discurso ambiental foi que a partir do enfoque da Análise do Discurso, reconhecemos a grande teia de relações entre o que é dito, o que é silenciado e os efeitos de sentidos que percorrem a superfície da linguagem. Tal problematização das relações simbólicas e discursivas é uma das formas de abordagens da Ecolinguística, mesmo que, como aponta Ramos (2004), esta concepção teórica possa abarcar um campo muito largo entre as intersecções disciplinares, desde estudos das relações entre ambiente e línguas locais até abordagens que estudam a linguagem em funcionamento e escolhem o discurso verde em seus variados espaços de manifestação como objeto de análise em tensão com outros discursos, como o científico. Esta multiplicidade de abordagens e enfoques nos faz concordar com o Ramos (2004) quando afirma que estudos nestas direções já são realizados mesmo sem estarem vinculados a “etiqueta” da recente Ecolinguística.

Se o princípio de relação, de cadeia, bastante presente nos estudos da Ecologia, é, como nos ensina Guattari (1991) com sua proposta de uma ecosofia, fundamental para compreendermos a vida, o estudo dos discursos, tal como discutimos, também nos ajuda a tecer a teia de uma vida, engendrada nas relações sociais, econômicas e de comunicação, mesmo que atualmente esteja resumida, massacrada e reduzida às relações econômicas.

Sabemos que o dualismo natureza/cultura já custou muitos e muitos estudos antropológicos. No entanto, sentidos oblíquos circulam no espaço verde. Os sentidos de um passado melhor, mais harmonioso e pacífico, como já anunciamos e sobre o qual ainda discorreremos. VEJAMOS como os textos se organizam em torno da ruptura essencial entre cultura/natureza; homem/natureza; civilização/natureza:

[44] *As 7 pragas da Amazônia. 12/10/2005*

[45] *O Pantanal Mato-grossense é um dos maiores, mais complexos e mais frágeis ecossistemas do planeta. Há mais de dois séculos ele vem resistindo a convivência com o homem civilizado. 14/12/2005*

[46] *Essa característica geológica desfavorável facilita a entrada no paraíso de todos os tipos de detritos produzidos pela ocupação econômica ao redor. 14/12/2005*

[47] *A exploração racional da Amazônia é uma equação que ainda não foi resolvida. Esse desafio no Pantanal é ainda mais complexo, arriscado e sem volta. Por isso é bom pensar duas vezes antes de abrir as portas do paraíso à civilização. 14/12/2005*

O que podemos ler aqui senão a reprodução de um discurso que ao longo de nossa história nos identifica com um território farto e rico por natureza? As narrativas do Novo Mundo, escritas pelos viajantes europeus, podem ser relacionadas em nossa análise do discurso verde, já que o que se lê é um discurso pré-construído, bem delimitado em nossa concepção identitária. A América, o Novo Mundo, o Éden terrestre, alimentou escrituras dos viajantes que não só teceram suas impressões imaginariamente envolvidas com figuras bíblico-cristãs, como também teceram as linhas fundamentais de um mito que ainda hoje circula nos textos de argumentação ambiental-ecológica. Trata-se de um paraíso terreal, onde jorram rios de beleza e riquezas naturais. Sérgio Buarque de Holanda (2000), ao trazer

os motivos edênicos da colonização das Américas, recupera a vasta escritura que deu acordes importantes na configuração de um discurso histórico:

Novo não só porque, ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente na geografia de Ptolomeu fora “novamente” encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de *verde imutável*, banhado numa perene primavera, alheio a variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído a glória dos dias da criação. (...)

Da mesma luz sobrenatural, que dá tamanho preço ao fruto das minas preciosas, pareceu banhar-se, não raro, toda a natureza americana, e não apenas sua viridente e constante vegetação, como também certas espécies animais, algumas desconhecidas até então na Europa. (HOLANDA, 2000, p. 254)

Essa psicose do maravilhoso não se impunha só à singeleza e credulidade da gente popular. A idéia de que do outro lado do Mar Oceano se acharia, se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele, perseguiu, com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagas, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho. (HOLANDA, 2000, p. 221)

E para corroborar a idéia de identidade que se articula ao redor do mito verde, do mito do paraíso terreal, basta nos atermos a figuras icônicas nacionais como a bandeira e hino nacionais. Se no primeiro, o amarelo ouro divide espaço com o verde, o verde da mata que abraça nosso Brasil, o hino nacional recupera versos da canção do Exílio, de Gonçalves Dias, poeta romântico que canta, de uma terra distante, a dor e a saudade da terra natal “onde cantam os sabiás”. Nos textos em questão, em dois momentos (08/06/2005 e 12/10/2005) vemos a retomada da identidade verde articulada com o símbolo máximo de nossa nacionalidade, a bandeira verde e amarela. Na reportagem especial de 12/10/2005, o mesmo Brasil verde agora vem desenhado, em seu interior, em sua bandeira cindida por um verde e por um cinza das queimadas. Com certeza, ao longo dos textos, um evidente apelo visual chama a atenção para o verde. No caso da bandeira do dia 12/10/2005, interessante é que onde antes cintilava o amarelo ouro, amarelo ouro do ouro nacional, tesouro de fartura que coloriu a nobreza européia, agora o amarelo é um amarelo soja, uma nova onda de

colonização tardia que fala de uma pujança agora com o nome de agronegócio. Paradoxalmente (ou ironicamente), a bandeira de 08/06/2006 é uma bandeira que serve de tapete para motosserras e fitas, relacionadas a possíveis esquemas de corrupção que corroem a Floresta.

As duas bandeiras escrevem sobre o Brasil, elas falam de um Brasil verde. Os dois textos se reportam à Amazônia, confirmando nossa impressão de que a Amazônia, ao lado da riqueza de uma natureza cantada desde os tempos do descobrimento, articula-se ao nosso imaginário de identidade nacional, para tanto, basta prestarmos atenção à repercussão discursiva verde. Pensamos que a extensão discursivamente criada no imaginário contemporâneo tem fortes marcas na concepção da identidade nacional, essencialmente “brasileira”, pois Orlandi (1990) afirma:

Não é, pois, de se admirar que, concomitante a esse discurso ecológico, e mesmo como um seu outro lado, se passe a discutir a vontade (ou não) de ser brasileiro, a relação do brasileiro com o resto do mundo etc. processos identitários são fartamente postos em circulação com argumentos que tematizam desde o patriotismo, as origens, a cidadania...(p. 239)

Mas como podemos explicar o deslocamento ocorrido de um paraíso terreal, antes narrado pelos viajantes europeus para um inferno terreal que vemos pintar diante dos nossos olhos? Sabemos que a mídia é uma máquina de negociar sentidos, assim como as nossas relações culturais, de massa ou micro. Na macro indústria de sentidos culturais que hoje circulam, podemos nos perguntar que sentidos são estes que são agenciados pelos discurso verde de forma geral, em suas diversas instâncias de produção e manifestação, guardadas as devidas peculiaridades de cada meio enunciativo. O paradoxo paraíso x inferno está inscrito no discurso verde, ele é falado, é cantado. Se já anunciamos anteriormente que vários são os discursos que se cruzam na formação discursiva verde, como a metaforização médica da “doença do planeta” ou ainda o acentuado e indiscutível discurso econômico, que sempre chama a instrumentalidade da natureza e sua função na geração de riquezas e progresso, poderíamos até ousar dizer que falando do meio que escolhemos de análise, o discurso econômico é a condição de possibilidade de falar do verde, do ambiental. O discurso econômico possibilita o discurso ambiental, já que as

principais tensões e problemáticas partem da ruptura essencial da intervenção do homem na natureza. No entanto, parece-nos que existe um vácuo em questionar as intervenções e a máquina imperial capitalística, que em abordagens alternativas podem ler o problema não na intervenção histórica do homem na natureza, mas na intervenção do capital na cultura humana.

Além deste “dilema” tão custoso aos intelectuais e, que poderíamos dizer, acompanha a história do pensamento, ainda precisamos reconhecer, neste discurso, a fortíssima intromissão de um discurso religioso. Já dissemos da possibilidade sempre recorrente de jogar “o que não tem explicação” para o plano ancestral, mítico. Já pontuamos também que muitas variações de seitas e culturas mantêm outros tipos de relações com a “natureza”. No entanto, o que lemos no discurso verde, de tradição ecológica-ambiental, é uma tendência fortíssima a transportar os dogmas principais do cristianismo para a grande teia de sentidos verdes. O deslocamento entre o paraíso/inferno é visível. Nos excertos acima, trata-se de uma “visão do paraíso”, como nos inspira Holanda (2000), mas ao longo dos textos publicados na Revista, claramente vemos ser delineado um inferno terreal, “um inferno na selva”, um acerto de contas, um juízo final. Para isso, destacamos *As 7 pragas da Amazônia*, de 12/10/2005, onde cintilam as pragas que Moisés enviou a terra que não ouviu seus anúncios ou *Inferno na selva*, onde não sabemos em que palavra cabe mais terror... É a vingança maior. A vingança da Natureza, como na edição de 28/12/2005: neste caso *A natureza se vingou*, trata-se do evento da onda gigante que assolou o litoral de países da Ásia e que aparece no balanço final do ano, na retrospectiva final ao lado da *A Amazônia começou a morrer*, também da mesma data, seguido por um outro e grande “mas” no texto *A peleja da economia contra a ecologia*.

O discurso apocalíptico, já debatido e assumido no perfil deste discurso, é tão presente nos textos da Revista que quase não resta espaço para respirar. Os temores nos tomam o corpo. Precisamos correr e sorrir enquanto é tempo. No entanto, a visão do juízo final que vemos ser desenhado na paisagem discursiva verde talvez apenas esteja desenhando a mesma impotência que falávamos no mecanismo panóptico. Se o grande olho da natureza agora nos vigia, ele nos culpa, ele nos condena, o que fazer? É possível talvez

identificar possibilidades reativas: a repulsa política ou uma ética do agora, sendo que a primeira, no modo que vemos se circunscrever um círculo moral, é o caminho mais aceito. E a segunda, pensada como alguma resistência para além de um hedonismo sem sentido, fala-nos de um desejo de vida que escapa às leis do capital, que come o meio, come o ambiente e come os fins. Mas não come o desejo de viver. Escreve Guattari (1992, p. 42), que se trata de

“uma ética em favor da riqueza possível, uma ética e uma política do virtual que descorporifica, desterritorializa a contingência, a causalidade linear, o peso dos estados de coisas e significações que nos assediam. Uma escolha da processualidade, da irreversibilidade e da re-singularização.

Na Revista, os “sentidos do mal” estão espalhados na maioria dos textos, no espaçoso recurso visual, na configuração semântica, apertada e controlada de um sentido maléfico da natureza. E não é que lemos nela, na natureza quase mitológica que os livros de geografia nos apresentaram, um sentido puro. Não. A provocação aqui é pensar de uma outra forma. Coisas no mundo, mundos e vidas, que não estejam estacados e controlados por mecanismos discursivos. Como diz a canção, a palavra não chega na hora marcada.

No texto de 26/10/2005, *O estrago é bem maior*, observamos um exemplar interessante para nos ajudar a compreender a dinâmica do mal que se arranja nos meandros do discurso verde. Numa operação “pente fino”, fizemos um esforço de depuração dos sentidos do mal e o resultado não foi nada agradável para quem acredita na vida. Ainda que falemos adiante dos recursos visuais utilizados, ou seja, nos enunciados visuais que compõem um grande “canto verde”, precisamos evidenciar a imagem que compõe uma “letra” neste texto, que nos possibilita ver o “tamanho do estrago”:

[48] *O estrago é bem maior*

[49] *Como se não bastasse a seca, estudos mostram que a **devastação** da Amazônia supera a que aparece nos números oficiais.*

[50] A maior seca dos últimos quarenta anos na Amazônia, que já provoca efeitos **devastadores** na economia e no meio ambiente, pode ser o começo de uma **crise** da floresta em larga escala. Dois dos mais respeitáveis ecólogos que trabalham na região, Daniel Nepstad e Paulo Moutinho, alertam para os **efeitos colaterais** do fenômeno. Experimentos realizados por eles comprovam que em um cenário de seca as árvores têm sua capacidade de fotossíntese reduzida e minguam. Como as copas estão menos densas e o chão coberto de folhas secas, o sol alcança o solo, transformando em **bombas-relógio** extensas áreas de mata antes consideradas inatingíveis por incêndios.

[51] Como se não bastasse tanta **má notícia** para a floresta, a edição da revista Science desta semana traz outro **diagnóstico aterrador**. [...] Esta é a primeira vez que cientistas conseguiram medir com precisão um tipo de **estrago** que sempre se fez na floresta, mas que, até então, jamais havia sido quantificado em larga escala e com a exatidão dos satélites.

Silêncio. O sentido é de morte. E não estamos aqui fazendo uma apologia aos danos que ocorrem, às contaminações de água que fazem repetir esta cena, como no mês de outubro de 2006, quando vimos a mesma fotografia circular dia após dias em noticiários globais. O que está em questão aqui é o controle do modo de se reportar aos fatos, uma política, portanto, de ver. Mas não é apenas aquela foto que nos angustia. É a foto dos sentidos que, espalhados na grande selva de injustiças sociais, articulam-se no discurso da moral religiosa para nos crucificar. VEJAmos um quadro de “palavras verdes-sangue”:

estrago	devastação	devastadores	crise		
	bomba-relógio		destruição		assustador
estrago		impacto		dano	
		desmatamento		cicatrices	desastre
destruição		exploradores	risco		
	impacto			cicatrices	

Estrago. Estrago. Estrago. Cicatrizes. Cicatrizes. No corpo da natureza, cicatrizes ficarão para sempre. No entanto, escolhas interpelam para o “como ler as cicatrizes”.

Abusando da metáfora médica difundida nos sentidos do verde, o que nos questionamos é se este culto às cicatrizes, culto ao passado e à memória não pode ser perigoso para alguma resistência. Não que precisemos fechar os olhos à história, mesmo porque este texto nasceu justamente da possibilidade da linguagem fazer sentido somente na história. Mas lermos nosso agora a partir dessa condição histórica é diferente de criarmos, como nos ajuda Dias (1991) a penetrar no pensamento de Nietzsche, é diferente de criarmos mais uma letra da grande cultura do ressentimento que tanto desenha e escreve na nossa educação contemporânea e no nosso modo de pensar a vida. Tentamos dar mais um passo, em favor da respiração: lermos o agora não como o resultado de um acúmulo do tempo, mas como devir, um tempo materializado no espaço. O espaço como escritura do tempo.

Holanda (2000), o pensador dos mitos da nossa colonização já alertava no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, em 1968:

Esta espécie de taumaturgia não pertence, em verdade, ao ofício do historiador, assim como não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. Se houvesse necessidade de forçar algum símile eu oporia aqui à figura de taumaturgo a do exorcista. Não sem pedantismo, mas com um bom grão de verdade, diria efetivamente que uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? – consiste em procurar afugentar do presente os demônios da História. (p. XVII-XVIII)

As estratégias de repetição e recorte usadas pela Revista nos lançam aos domínios conceituais que estudamos anteriormente. Ao lermos os textos, o que encontramos é um discurso que se repete, pela estruturação, pela disposição geral dos enunciados, pelo recurso ao pré-construído, que ensina Orlandi (1999). Vale dizer, o resgate no texto mesmo de um arquivo que não apenas dá condições de possibilidade do texto ser enunciado, como encadeia as leis da formação ao qual faz parte. No caso, é o que é necessário para iniciar um texto sobre “A Floresta Amazônia”. Em geral, recorre-se aos números, às leituras especializadas para recuperar enunciados que já estão naturalizados no texto social: a Amazônia está sendo desmatada. A Amazônia é o pulmão do planeta. A Amazônia pede socorro, e por aí vai. Estes enunciados, na rede de murmúrios que configuram o discurso verde tecem, junto com a tessitura maquinica de comunicação da Revista *Veja* fios de um discurso que não é de hoje, não será de amanhã e é desde sempre.

E se a palavra é consumo, consumir a mata, consumir a Amazônia, consumir um verde, na edição do dia 19 de janeiro de 2005, a Revista propõe um guia na seção ambiente, com objetivo de “medir” os possíveis impactos que as práticas comuns do dia-a-dia geram ao planeta. O título é: *Quanto você pesa para o planeta?* Neste texto-guia, são enumeradas 18 questões que abordam desde o número de pessoas que habitam a casa até as aquisições ou “compras significativas”, como expressa a Revista. Temos aqui, portanto, um exemplar de como o discurso verde se alastrou no que se refere à formação de uma certa “conduta” ambiental, uma vez que a questão do consumo é bastante debatida por autoridades da área, seja relacionada a questões de reciclagem, reaproveitamento de resíduos sólidos ou até mesmo na configuração de uma cartilha que colabore com as males ambientais. Aqui a chamada ao homem pertencente à natureza adquire voz, pois agora é um homem capaz de se redimir de suas ofensas e mudar o quadro contemporâneo.

Ao trazer algumas discussões sobre as representações culturais que circulam não apenas no campo da Educação Ambiental, mas no discurso ambientalista em geral, os autores Guimarães e Sampaio (2004) abordam sobre o modo com que a questão do consumo é trazida nas discussões teóricas. Apoiados em Canclini (1999), que afirma que “o consumo serve para pensar”, os autores tentam articular a representação de consumo que, muitas vezes, nas discussões “verdes” fica restrita a esferas utilitaristas e sanitárias, ou seja, aos resíduos, reciclagem, técnicas de controle e melhoria de sistemas de esgoto, depósitos de lixo, etc. Mas para quem deseja pensar nos significados culturais que circulam no tecido social, esta abordagem do consumo limita a complexidade a que está conectado. Pensamos que tal limitação de sentidos também pode ser lido no texto da Revista, uma vez que o “guia”, como o próprio nome diz, vem como um instrumento de resolver a questão ambiental “pela simples mudança de hábitos”.

Na experiência de trabalhar com questões práticas, ou seja, questões visíveis e gritantes que se distribuem na paisagem contemporânea, e quando escrevemos paisagem, pensamos numa paisagem geográfica, mas também cultural, a questão do acúmulo de detritos com certeza nos chama a atenção. Lückman (2001) que estudou sobre o lixo

produzido por Florianópolis, traz um caso exemplar da dimensão do problema, uma vez que o depósito e tratamento de lixo geraram discussões na comunidade sobre o local de instituir o lixão, ocorrendo o que a autora resgata como um fenômeno já recorrente chamado de “nimby: not in my backyard”, ou “no meu quintal não”. Aqui talvez a dimensão visível, ou seja, o acesso da comunidade, não apenas ao acúmulo visível, mas também a odores e doenças relacionadas, mobiliza esferas públicas e econômicas, assim como a esfera imaginária da questão, no que nos faz analisar a reação da comunidade aos lixões como sintoma no que se refere a este recorte realizado na questão do consumo.

Segundo Canclini (1999) o consumo está articulado contemporaneamente com esferas da cultura, ao consumo de bens materiais, mas também bens simbólicos que são distribuídos e negociados nas redes de comunicação social, nas teias da sociedade globalizada. O autor propõe uma reconceituação do consumo, deslocando o sentido de gastos inúteis e impulsos irracionais, no sentido de pensá-lo como lugar “onde se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica nas sociedades” (p. 15). E como esta reconceituação pode promover uma outra forma de pensar a questão do consumo nas sociedades contemporâneas? Talvez atentando, seja nas problemáticas ambientais, seja em outros campos de estudo, que não se trata de simplificar e enquadrar determinados hábitos, mas sim de pensá-los, à luz da complexidade social ao quais se relaciona, como propõe Stuart Hall (2000) escrever sobre as identidades culturais de nosso tempo. O consumo, portanto, excede o domínio da racionalidade, chegando ao domínio do simbólico e do imaginário social, compondo o que chamamos de um novo subjetivo, um emaranhado de valores e práticas que não apenas constituem as subjetividades contemporâneas como também nos interpelam, enquanto educadores, a lidar com as questões sem subestimar as intersecções que engendram.

Ao longo da constituição do discurso verde nas últimas décadas, percebemos uma certa simplificação da questão do consumo, simplificação esta que percorre os fios do discurso, os textos, a economia semântica agenciada. Se a questão é pensar o excesso de consumo de bens materiais pelo homem, a questão também é pensar as condições de possibilidade para este consumo: pensar a sociedade industrial globalizada e complexificada, seja nos territórios geográficos, seja nos territórios existências, já que a

modernidade trouxe, junto com tais transformações geográficas, econômicas, sociais, transformações também no domínio existencial, chegando ao que certos pensadores chamam da sobreposição do Ter ao Ser.

Se existem abismos semânticos, como estudamos na questão do lixo em Florianópolis, é porque é estancada uma vazão de sentidos relacionados ao consumo. O estancamento ocorreu no interior mesmo do discurso, que ao longo de seus movimentos e articulações buscou formas de abordar o consumo tendendo a uma razão moralizadora, ou seja, como nos colocam Guimarães e Sampaio (2004), o consumo se configurou como um vilão na questão ambiental, pressupondo, no discurso, um certo modo correto de consumir. É claro que discussões a respeito da esfera social, as diferenças de classe e ao império do lucro que reina contemporaneamente vem sendo realizadas no sentido de complexificar cada vez mais este pensamento, contudo, o texto da Revista *Veja* em questão materializa um modo de pensar o consumo que se solidificou quando o assunto é Meio Ambiente. Não se trata, pois, de abrir mão da crítica em relação aos modos capitalistas de produção e circulação de bens, mas, uma vez que podemos ler o consumo na nossa sociedade como um emaranhado de questões, trata-se de trazer este movimento também nas discussões relacionadas ao discurso ambiental, sem, com isto, deixar de tensionar, também, as problemáticas de ordem social, cultural e subjetiva que se des-enrola neste novelo. Interessante é que a Revista traz o seguinte enunciado introdutório ao “Guia”:

[52] A Redefining Progress, uma entidade conservacionista não-governamental (www.myfootprint.org), elaborou um teste simples que permite a qualquer pessoa calcular quanto ela consome dos recursos naturais do planeta e quanto contribui para poluição ambiental. O objetivo do teste não é fazer as pessoas se sentir culpadas, e sim levá-las a refletir sobre as formas de preservação do meio ambiente pela simples mudança de hábitos. O resultado indica quantos hectares da Terra são necessários, em tese, para atender ao consumo individual de quem responde ao teste. 19/01/2005.

Este chamamento a uma “tomada de consciência crítica” em relação ao consumo, veiculada em textos como este veiculado na revista e em tantas cartilhas de Educação

Ambiental, não apenas busca instituir um sujeito consciente, mas também uma cidadania ecologicamente correta que, paradoxalmente, resvala na crescente peripécia mercadológica, que se refere a um consumo de produtos “ecologicamente viáveis”, a um “mercado verde” “técnicas ecologicamente sustentáveis”, “normas ambientalmente corretas” que, como dissemos, se dissemina como uma alternativa do casamento discursivo ecologia e economia ou como uma alternativa da economia face aos transtornos ambientais gerados pelo consumo frenético de produtos nocivos a saúde e ao meio ambiente. Como estuda Canclini, falar em consumo em nossos tempos também é falar em cidadania, uma vez que o consumo está estritamente ligado à apropriação de um modo de vida, a uma enunciação material daquilo que consideramos importante ou não. Relação esta que vem explícita, apesar de distorcida, como lugar do discurso onde “qualquer pessoa” se encaixa: dos sem-teto, sem-terra, sem nada, mas não sem discurso, até os empresários do Agronegócio, que aparecem na Revista como “simples” agricultores, enquanto a questão latifundiária e agrária mais uma vez é jogada na lata do lixo da política nacional e sem reciclagem.

Este recurso, uma modalização do discurso, está presente em muitos outros textos, mostrando-nos como os discursos operam estratégias lingüísticas capazes de darem conta dos sentidos, de agrupá-los, na construção de uma teia que nos envolve sem parar, um modo de escrever o mundo. Um texto que precisamos decorar. Mais um dicionário de ilusões. Mais um modo totalizador de falar. Mais um sentido para consumir:

*[53] A madeira é uma matéria-prima que pode alcançar rentabilidade altíssima, e outros produtos florestais vem ganhando espaço no mercado como matéria prima para a indústria alimentar, farmacêutica ou de cosméticos – e um dos exemplos é o sucesso mundial da cadeia inglesa de The Body Shop, marca símbolo do **uso politicamente correto** de insumos de base florestal. 26/01/05*

*[54] Um mecanismo inovador criado pelo Tratado de Kioto promete trazer benefícios econômicos para os países em desenvolvimento. Ele premia com investimentos – vindos das empresas poluidoras do Primeiro Mundo – os **projetos ecologicamente “limpos”** nos campos da geração de energia e meio ambiente. 23/03/05*

[55] *Em Mato Grosso, os cientistas do Ipam fazem pesquisas em uma fazenda do grupo André Maggi, da família do governador Blairo Maggi, e trabalham no esboço de um protocolo de ações que servirão para **avaliar ambientalmente** as lavouras e para orientar a expansão agrícola dentro dos **princípios ecológicos**. 13/04/05*

[56] *“Nosso plano é não cortar nenhuma árvore nativa” afirma o presidente da ONG Aliança da terra, o pecuarista John Carter, que é dono de uma fazenda de 8.000 hectares no estado. Como eu nunca precisei desmatar, sei que é possível que os demais trabalhem do mesmo modo”. Carter faz parte de um grupo de empresários que negociam com cientistas de organizações não-governamentais a criação de um **selo da carne ecologicamente correta**. O objetivo, **evidentemente**, é ganhar novos mercados internacionais. 26/01/2005*

Aos poucos vemos se desenhar um “mercado verde” e que, no entanto, insere uma nova moeda: a moeda verde. É hora de mudar o ditado popular: Dinheiro nasce em árvore, sim, pelo menos na Revista *Veja*.

Como dissemos acima, para Canclini (1999) falar em consumo, em nossos tempos, também é falar em cidadania. Cabe aqui destacar que se existe um mal-estar gerado pela homogeneização cultural e comportamental ao que a crítica chama de “american way of life” a discussão precisa vir acompanhada pelo caráter identitário que a acompanha, pois se a globalização econômica gera esta circulação massiva de bens materiais e simbólicos, trata-se de um circuito não linear de comunicabilidade entre os meios de comunicação e os consumidores, uma negociação permeada por tensões e filtros.

Talvez aqui tocamos num grande silêncio que atravessa o discurso verde, e, quando escrevemos “atravessa”, pensamos que ele o faz em seu silêncio mesmo esta fissura, este buraco que é um abismo. Sem respostas prontas e guias de resolução rápida, tal como manda o efêmero de nossos dias, cabe a nós, críticos, redefinir possíveis movimentos de resistência, sem nos circunscrever a regras morais e religiosas. Aqui fica fácil sair de um exacerbado cientificismo que atravessa o discurso em questão, com seus métodos e leis de

leitura do real, das explicações causais do real de ontem e o real programado de amanhã, para um transcendentalismo oco – como o encetado pela revista, que busca a libertação dos desmandos do “capital”. Como se fosse possível, do lugar que enunciamos hoje esse texto, pensar um mundo e uma relação com meio ambiente imune à condição capitalística. Um grande retorno?

Mas estas são apenas algumas das clivagens que o discurso em questão nos propõe. Com os procedimentos de leitura, desconstrução, crítica, como nos ensina Barthes, fica a sensação de não-resposta, de não-solução. No amaranhado do discurso, formações discursivas apertam. O espaço de habitar é micro. A casaca mal vestida de Machado de Assis. O sapato apertado, de Raul Seixas. Já não sabemos com quem estamos brigando, afinal: formação do discurso econômico como condição de possibilidade de falar um verde na Revista *Veja*, fatos verdes consumidos; discurso científico e seus fatos numéricos, a luta financiada pela verdade; discurso religioso e sua chuva de fatos apocalípticos e acusativos.

No entanto, do ponto de vista de onde escolhemos nos envolver nesta grande teia, depois de alguma tentativa de ler de outro modo a feira de acontecimentos-verdes, fica-nos a sensação de vazio, de insignificância e impotência, aquela que questionamos acima como um efeito de sentido possível que circula nesse discurso, o efeito da escritura política verde. Os textos parecem nos comer. É a revanche do objeto analítico: o texto te come. A aranha lança a teia e pica. Mas talvez, a insatisfação com um modo de ler seja ela mesma um gesto de poder. Este *fora de foco* como impossibilidade de um texto ser lido. Escolha por levantar a cabeça. Escolher não vibrar e nem se vangloriar, com o peito repleto de um sentimentalismo laudatório e oco e que nos assedia, que pegou carona em mais um fato presente em nosso texto e desenho da vida e que está aí, movimentando, de novo, moedas verdes em nome de um supra-real, um real hiperbolizado, pré-fabricado pelas oligarquias de poder e de sentido para ser consumido. Um real verde, construído como mais uma mitologia burguesa: sair de férias, uma vez por semana para consumir letras verdes, no parque verde da revista. Escolher ler o assédio do sol que, como se adentrasse a palavra,

enviasse outras formas de sinais-raios para aqueles que habitam nela. Como se a camada de ozônio fosse o buraco no discurso que tentamos jogar aqui, que permite que outros gases queimem a pele e que, quem sabe, nos faça sentir algo. Sentir o sol, sentir que estamos vivos e que não temos tanto controle assim. Nem das palavras e nem das coisas e nem de nós mesmos.

Quem sabe ler o sol derretendo o gelado, estável e quase-seguro continente da palavra, do controle, do capital e do tédio para que suas águas nos inundem, nos molhem e umedeçam nossas vidas e escolhas diárias pela vida: uma ética do possível, como nos ensina Guattari, e que não negue o real que grita, transformando-se dinamicamente, sem que deixemos, é claro, de questionar tais transformações, mas que elas não se constituam, conforme lembra-nos Dias (1994), em mais um dispositivo de controle e de culto à cultura-histórica que privilegia o acúmulo memorial à vida:

Que forças fundam a cultura artificial e operam a disjunção entre vida e cultura? O excesso de história, *o saber a qualquer preço*, a ruminação do passado, a cultura da memória – são essas as forças que separam a cultura da vida. Quando a história se põe a serviço da vida passada, alerta Nietzsche, torna-se *coveira do presente*. (p. 61, grifos da autora)

Tensionar a exterioridade constitutiva dos discursos, como quer Foucault, já é uma tentativa. Tensionar a ficção da subjetividade verde e suas ilusões seria outra tentativa, em busca de uma ética que não se mostre tanto, que não se pronuncie tanto e nem precise comparecer aos tribunais para confessar, mas que aconteça silenciosa na pele de quem lê o mundo da vida e se deixa contaminar por ele.

Subjetividade

“(...)Entre todas as coisas mais semelhantes é onde é mais bela a ilusão: porque é sobre o abismo pequeno que se torna difícil lançar uma ponte. Para mim...como poderia haver qualquer coisa fora de mim? Não há exterior! Todos os sons, porém, nos fazem esquecer isso. Como é agradável esquecer!

Não foram os nomes e os sons dados às coisas para o homem se recrear com elas? Falar é uma bela loucura: falando baila o homem sobre todas as coisas.

Como toda palavra é doce. Como parecem doces todas as mentiras dos sons! Os sons fazem bailar o nosso amor em variado arco-íris.” Então os animais disseram: “Zaratrusta, para os que pensam como nós, todas as coisas bailam; vão, dão-se as mãos, riem, fogem...e tornam. (...)”

Friedrich Nietzsche

Não sei se lá, no *Caos*, terminei ou comecei meu memorial mentiroso com as borboletas, saudando as palavras para que me abriguem em alguma forma de pedagogia das borboletas, uma educação para borboletas: educação ou pedagogia? Das ou para borboletas? Uma educação ENTRE borboletas. Uma educação dinâmica, não linear, sincopada em processos pedagógicos diversos, uma educação em movimento. Nem posso esperar para amadurecer, morando nas palavras, esta pedagogia enunciada. Neste instante, só posso brindá-las como porta de entrada para esta casa-palavra. Uma palavra tão sedutora para mim quanto perigosa, pois está em minha pele multiforme desde tempos que não sei mensurar, desde tempos em que minhas professoras do ensino básico e médio, assustadas com minhas longas redações, nomeavam-me de subjetiva e depois meus amigos, minha família, meus amores...e uma incapacidade construída de, no ensino superior, lidar com esta palavra, morar nesta palavra, rasgar esta palavra: não consegui fazê-lo e nem fui estimulada para isso. Não entendia muito bem e não entendo, já que mais adiante a palavra subjetividade se apresentou como uma devastadora bomba de significações. Mas logo depois percebia, aos poucos, que: fora licenciada para as letras e silenciada para as subjetividades...

Início este papel com as borboletas, borboletas subjetivas, subjetivantes, subjetivadas, uma pedagogia borboletante. Mas que relação é esta a qual me proponho?

Falar em subjetividade implica falar das teorias do discurso nas quais passei a habitar de modo aventureiro e prazeroso, mas também interpela a discorrer sobre as *epistêmes*, aos modos de pensar, ver e falar o mundo, a compreender as relações estabelecidas desde a filosofia clássica idealista e o momento sem nome no qual vivemos hoje, pós-modernidade diriam alguns, como Stuart Hall (2004) ou modernidade tardia, como classifica Laclau (apud Hall, 2004), quando as coisas se misturam, as epistemologias se atravessam justamente porque muda, contemporaneamente, ou desde sempre, uma maneira diferente de pensar tempo e espaço.

Foi a partir das concepções e teorias do discurso que este sujeito passou a ser repensado, já que se tratava de um momento histórico-epistemológico de nascimento da Análise do discurso enquanto originário de entre-meios teóricos de releituras do Marxismo,

da Psicanálise e da Lingüística, como contextualiza (Pêcheux, 1997ab). Tratava-se de considerar, então, o sujeito em Marx: habitante de uma estrutura social que o condicionava, através de uma ideologia imposta pelo Estado, a pensar e agir do mundo de forma controlada, limitada, alienada. Mais tarde, já nos territórios natais da Análise do Discurso, este sujeito passou a ser concebido como assujeitado sim pela ideologia, mas uma ideologia espalhada em instituições reprodutoras, como família, educação, religião: os aparelhos ideológicos de Althusser (2003) que combinava o conceito de inconsciente desenvolvido por Freud ao de ideologia das teorias marxistas, o que ele chamou de interpelamento do sujeito. O sujeito em Freud: clivado, dividido, fragmentado entre uma consciência e uma inconsciência, sendo que a primeira tomava formas sempre condicionadas pela segunda. Tratava-se então de um inconsciente constituído nas relações familiares, na figura do pai e da mãe, no círculo familiar. Depois Lacan, relendo Freud a partir das teorias estruturais de Saussure, a estrutura da língua, transposta para este terreiro do inconsciente e lendo neste algumas das máximas do pensamento lingüístico: o signo é o que ele não é: binarismo, redução, corte, fechamento. O sujeito é o que ele não é, ou seja, o eu se constitui nas relações de diferença com os outros eus, com os outros sujeitos, outros signos. Esta entrada do pensamento lacaniano ao território da AD foi, para mim, determinante nas escolhas e escolas em que passei a morar. Tratava-se então de um sujeito constituído pelas diferenças sógnicas. O signo de Saussure, a soma da binária combinação signicante-significado fora pensado, em Lacan, como signos constitutivos do “eu”. Pensar esta subjetividade, portanto, com o deslocamento proposto por Lacan, que lê a linguagem de modo a não encontrar o sujeito originário do discurso, uma vez que este só faz sentido na e pela linguagem. Escreve: “Ora, o que é um significante? (...) um significante é aquilo que representa um sujeito, para quem? – não para um outro sujeito, mas para um outro significante”.(Lacan, 1988, p. 187)

O sujeito como um significante vazio. Um sujeito com significados dispersos, espalhados, multifacetados, um sujeito transfigurado, mutante, sem sentido a não ser num não-eu: um eu abismado, como canta Barthes, ou como dança Nietzsche acima: como é bom esquecer que não há exterior. E por fim um sujeito da frase. O sujeito lingüístico que realiza ou sofre uma ação. O signo de Saussure, já sublinhado: confluência do significante e

o significado socialmente construído e por isso mesmo arbitrário, palavra trazida nas traduções da *Aula Inaugural* preferida pelo autor. E depois Barthes e seus escritos: a escritura, escritura. Sujeito do texto. Autor do texto. Morte do autor. Sua *Aula*: língua/discurso: “fascista: não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 2004, p. 14). Língua: servidão e poder. Língua com um dentro, sem um fora. Literatura: língua fora do poder. Linguagem não como instrumento, mas como jogo, teatro, trapaça. Escritura: “as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa”. (op. cit. p. 21).

Enfim, este rápido e reduzido texto de apontamentos das teorias que suportaram a configuração da disciplina da Análise do discurso, assim tecido para não encher este papel destas teorias, reservando-me páginas em branco para que “eu” possa discorrer, segue de um também breve resgate de algumas de algumas das variações subjetivas, para logo tecer ou indicar lugares de como estou pensando ou tentando não pensar a relação contemporânea com a subjetividade. Quando eu escrevo não pensar, lanço-me a um mar de palavras inexistentes em nosso vocabulário, do qual tento sair, por reconhecer nele mesmo as amarras das impossibilidades que ele propõe, restando-me apenas, furar as palavras existentes, “trapacear com a língua”, habitar aquele canto anunciado, já que não sou, como escreve Barthes (2004), um cavaleiro da fé e nem um super-homem. Um poeta brinca: nunca sei ao certo/ se sou um menino de dúvidas/ ou um homem de fé/ as certezas o vento leva/ só duvidas continuam de pé. (Leminski, 1996)

Encontrar, talvez no espaço cotidiano de nossas vidas, o lugar onde a palavra se encontra com sua morte. Como escrever, passando pela mediação da linguagem, sobre questões e entre-lugares que a linguagem toca e não toca. Toca demasiado, enche tanto ao ponto de esvaziar, como conseguir descrever em palavras este vazio abismalmente cheio que não me deixa dormir a noite, que me visita o dia todo, em todas as relações estabelecidas com o mundo, com outras pessoas, outros objetos, outras coisas, como falar de um lugar, de um fenômeno, falar de uma coisa sem nome e tão bela, como chama Nietzsche. Às vezes fecho os olhos, durante o dia, os olhos pesam, parar de olhar e ver, olhar e me ver, olhar e ser estando, nos acontecimentos, nas palavras, nas coisas. Como

discorrer a relação apaixonante entre as borboletas do *Efeito I* e as subjetividades, que me trouxeram em suas asas para este lugar institucional. Como explicar as borboletas, antes em outras formas, tecendo suas casas, como as minhas de palavras, esta vida metamorfótica de lugares, estares, flores, cheiros, jardins, casulos, larvas, comida. Comilança de palavras, como os bichos da seda comilões, que tecem suas casas e depois são, violentamente e/ou cuidadosamente, desfiados pelas máquinas produtoras do tecido suave da seda. Comilança de palavras verdes. Comilança de palavras.

Os sujeitos epistemológicos, e aqui me valho de Foucault e o que entende por *epistême*, os modos de ver e entender ou tentar entender o mundo, as relações. As teorias humanistas concebidas na filosofia clássica. A constituição de um “ser humano” ocidental, ocidental, ocidental. Onde começa e termina o Ocidente hoje em dia? Como se configurou este nascimento de um humano clássico, ocidental, Platão e Aristóteles, depois Agostinho, São Tomás e outros. O Mundo ideal. O simulacro da palavra: representação. Um humano em corpo e alma. Um corpo aqui: pecaminoso, limitado. Uma alma lá: pura, perfeita, essência divina. A cópia de Platão e o simulacro do agora. Uma palavra verde carregada de virtualidades que nos distancia do verde real, mesmo porque tal verde não existe senão na esfera ideal apregoada pelo discurso em questão. Que o força a pertencer a uma idéia de natureza lá. Lá onde? Que reduz o pensar os espaços ao ambiente verde institucionalizado e que impede que o desenho da vida seja lido como ambiente. Um ambiente que lemos e que nos lê e que, portanto, nos constitui, nos tensiona e divide.

Nestas variações, trata-se de movimentos e deslocamentos: o sujeito positivo e néo-positivo diante do objeto: a olhar, escutinar, compreender, classificar e organizar os objetos, mudança de métodos e leis explicativas ou o sujeito pequenino diante de grandes e finitos objetos ou um sujeito pensante, conforme a famosa máxima cartesiana. Depois o sujeito estrutural, de Engels e Marx, um sujeito igual ao objeto, fabricado dialeticamente e materialmente pelas estruturas sociais, um sujeito assujeitado, conforme explícito acima. Ou ainda, mais tarde, um sujeito grande, infinito a olhar o objeto: o objeto anulado, inexistente, a não ser nos olhos do próprio sujeito. Prevalece o sujeito. Depois, quando as coisas começam a se complexificar, um sujeito dividido: ao mesmo tempo espalhado nas materialidades objetivas como também amontoado nos eus como ilhas históricas, culturais,

locais e globais ao mesmo tempo. Os sujeitos e objetos dos discursos criados ao mesmo tempo, sendo, portanto, apenas funções dos enunciados, como nos ensinou Foucault.

Vivemos um tempo em que as *epistêmes* se atravessam, coexistem, originando um sujeito desconcertado, entre o velho e o novo, entre o dentro e o fora, o verde e o cinza. Tradição e modernidade. Não que estes sujeitos todos foram sequencialmente produzidos nestes espaços epistemológicos, pois agora, entendemos, que esta tal continuidade histórica explodiu, como estudou Foucault e se concordamos com as discontinuidades, precisamos concordar que estes sujeitos todos ao longo de seus tempos históricos e culturais se atravessaram, se misturaram, se incompletaram. Este é o momento em que compreendemos as discontinuidades como constitutivas do próprio sujeito. Ou da concepção do sujeito do agora. Escreve Larrosa:

Essa temporalidade contínua não se faz senão através de um conjunto de operações de seleção e distorção que têm como objetivo conjurar todo o aleatório dos acontecimentos, todo o irregular, tudo o que escapa à unidade de uma trama na qual o sujeito reconhece e expressa sua soberania no devir. (1994, p. 72)

Agora, um salto para as borboletas do *Efeito I*. Lá, quando estudava sobre o sujeito nas teorias discursivas, inevitável foi estabelecer as relações com a identidade. O texto *Identidade cultural na pós-modernidade*, escrito por Stuart Hall (2004), traz um interessante resumo teórico das concepções de sujeito: o sujeito iluminado, o sujeito social e o sujeito pós-moderno, sendo que os dois primeiros se configuram nos entre-meios renascentista e iluminista, entre a perda dos laços divinos e religiosos e o abraço das luzes enciclopédicas, reformistas, científicas, esclarecedoras, unificadoras, colonialistas, progressistas. Para Hall (2004) se trata de rupturas capazes de gerar o sujeito moderno: iluminado, concentrado, fixo e estabilizado, que, mais adiante, entra em colapso e explode, a partir de seu interior mesmo, para múltiplos lugares: busca por novos territórios, uma geografia globalizada, como aponta Giddens (apud Hall, 2004).

A modernidade gera, segundo o texto, condições de possibilidade de emergência para este deslocamento conceitual: do sujeito pensante cartesiano a olhar e escrutinar o objeto a um sujeito desconcertado no tempo e espaço. Mas também não me sinto muito confortável em discursos que paradoxalmente reduzem a Descartes todas as culpas

construídas das crises do racionalismo moderno, aqui e lá estão meus...efeitos, mas efeitos, efeitos dançantes, que dançam uma música ao mesmo tempo que localizada, recortada, também conectada com múltiplos lugares, como quem procura, como anunciei no memorial mentiroso, saborear os acontecimentos que acontecem entre um intervalo e outro, entre um objeto e outro, uma palavra e outra, um corpo e outro...afetando-se. O corpo da educação que afeta o corpo social. O corpo social que afeta o corpo da Educação. O corpo do Sol que afeta o corpo da Terra. O corpo/texto da Educação que hoje se espalha no próprio texto/corpo da vida. A Educação não tem mais um texto e nem mais apenas uma linguagem, como escrevemos *Nas margens da educação*. Uma linguagem do espaço na Educação sem a redução a um discurso de certo e errado. O espaço sendo pensado, a partir de Foucault, também como uma tecnologia do eu, que, por sua vez, permite uma experiência de si e do mundo.

Mas o que mais chama a atenção nas concepções de sujeitos elencados acima é o modo que estas rupturas aparecem: como opostas, extremadas: se existe objeto, não existe o sujeito, se existe o sujeito, anula-se o objeto. Então: tudo mentira, ilusão? Nada existe? Existe. Existe e de uma maneira complexa, pois se trata, agora, em nossos tempos, de desconstruir esta idéia de sujeito e objeto construída ao longo da história das ciências. E aqui o apelo a desconstrução: não um método, não uma destruição, mas uma política de leitura, enfim.

Os movimentos acima descritos também me seduzem a ruminar, como uma vaca, o deslocamento do sujeito polissêmico entre: assujeitado e/ou subjetividade. Existe algum intervalo entre assujeitamento e subjetivação? Existe algum espaço? Como fica este entre-lugar? Resta alguma resistência? Alguma coisa? Existe algum espaço de convivência dessas duas palavras na educação? Seria uma opção pela subjetivação ao invés da sujeição?

Existe. O parcial jogo que tentamos realizar com as palavras verdes nos mostrou que em meio a este grande falatório exaustivo, entre-meios, vãos de sentidos passam a significar e, por isso, desestabilizam o que os discursos e suas estratégias tentam controlar. Por mais que se tente controlar a palavra louca, ela, louca, acaba se excedendo e em seu excesso, seus segundos de silêncio e dúvida, seus instantes paradoxais, acabam por fundar um espaço em que nos alojamos. É o que Orlandi (1997, p. 80) nos escreve:

A incompletude do sujeito pode ser compreendida como trabalho do silêncio. O sujeito tende a ser completo e, em sua demanda por completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, tornando mais visível a sua contradição constitutiva. Sua relação com o silêncio é sua relação com a divisão e com o múltiplo.

Borboletas.

Ao pensar uma subjetividade como sendo um não-lugar do sujeito, logo me lanço a tocar nos modos de subjetivação contemporâneos: as máquinas subjetivantes e anúncio, a partir de Guattari (1992, p. 11), o lugar de onde entendo a subjetividade: “a subjetividade enquanto produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais”, uma subjetividade polifônica, nos dizeres do autor ao resgatar Bakhtin, produzida no interior de máquinas e vozes e, por isso, uma subjetividade maquínica. Em Barthes, em contraponto a uma subjetividade cartesiana e positivista: “uma subjetividade sistematizada, isto é, cultivada (ligada à cultura), submetida a imensos constrangimentos” (1999, p. 224) e isso movimento.

Subjetividades mutantes, dinâmicas e, trazendo Guattari (1992) e o fundamento teórico de Varela, com capacidades auto-poiéticas, ou seja, auto-organizáveis, auto-gestáveis: maquínicas, entendendo por máquina “o conjunto de inter-relações de seus componentes independente de seus próprios componentes” (p. 51). Subjetividades que se configuram conforme os territórios existenciais que se amontoam e se abrem ao infinito nos universos de referência. Heterogeneidades espaciais e temporais:

heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção da subjetividade, já que encontramos aí: 1 – componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; 2 – elementos fabricados pela indústria dos mídia, do cinema, etc. 3 – dimensões semiológicas a-significantes colocando em jogo máquinas informacionais de signos, funcionando paralelamente ou independentemente, pelo fato de produzirem e veicularem significações e denotações que escapam então às axiomáticas propriamente lingüísticas. (GUATTARI, 1992, p. 14)

No caso do Brasil, de onde falo, é possível elencar alguns destes componentes explícitos em nossa idéia de identidade: futebol verde amarelo, carnaval colorido, novela das 8 e as catarses globais e neste mo(vi)mento: o verde das florestas, o verde da bandeira

nacional, o verde dos signos verdes que proliferam no agora no texto da educação e no texto da vida, como rascunhados em alguns dos *Efeitos do Caos*.

Meu corpo dói. Tensão para escrever academicamente, controle. Tensão explícita no movimento de minha escritura. Como organizar as vozes. Como separá-las, se sou um galo cantante. Talvez uma desculpa, pois “cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada”. (Santos, 1999, p. 48) ou ainda: seguindo o frescor do Mestre Barthes, tecendo ensaios: “gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise” (2004, p. 7) .

Penso, com Barthes, Guattari e com todos os outros que atravessam minha escritura marginal que se trata de uma subjetividade enquanto amontoado de signos, símbolos, territórios, espaços e tempos. A memória discursiva, as máquinas discursivas, mas além de discursivas, também identitárias, culturais, inconscientes, as máquinas-outros, que se movimentam em espaços reais, mas atravessados por virtualidades constitutivas, corpos que se esbarram, contaminam-se.

Para Guattari, é nesta capacidade de auto-organização, é neste lugar que a subjetividade tenta escapar da estrutura é onde acontece o encontro com a pane, a catástrofe, o descontrole, a abertura a uma alteridade suplementar que se desenvolve em diferentes formas: éticas, estéticas, políticas, pois este acontecimento, encerrado no corpo dos sujeitos, também se estende ao *socius*, a alma humana e a um cosmo: é o efeito do caos. Mas o autor adverte:

“a produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor como para o pior. Existe uma atitude antimodernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. (...) tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. (GUATTARI, 1992, p. 15)

Para ele, vivemos num tempo em que explodem reivindicações lingüísticas, identitárias, nacionalísticas, modos de subjetivação que tendem aos arcaísmos e tradições como formas de resistência às máquinas modernas capitalísticas e mordazes. No entanto acredito, como ele, que tais reivindicações, neste espaço de acontecimento das

subjetividades, produzem certos desaconchegos, que precisam ser entendidos como saudáveis para não serem reduzidos, como é minha grande inquietude, a fugas românticas e a morais conservacionistas. É no espaço da subjetividade que esta contaminação pode acontecer para promover outros modos de relação com o tecido da vida, o desenho que nos ambienta, seja ele verde ou cinza de um devir urbano (Guattari, 1992). Devir urbano que não deve ser esquecido, como um noviço e bêbado desenho burguês e que tanto custa aos estudiosos da cultura. Uma urbe, portanto, que pode ser lida em sua potencialidade, em seus becos de descontrole, em sua arte arquitetural que grita e em seus buracos pretos falantes. E que pode, em seus espaços, permitir uma experiência da diferença, porque mesmo sem o verde significa e é justamente o silêncio/ausência que nos coloca a pensar o silêncio barulhento da urbe.

Fica, nos entre-meios dos discursos e dos controles algumas perguntas, sempre perguntas: Conservar o que, para quem? Por que? Porque o projeto progressista é uma falácia e é preciso explodir todas as instituições, bibliotecas e cidades? Devemos então retornar às tribos indígenas, forjando uma origem que sabemos não existir a não ser a partir de um ideal adâmico, sendo que nossas identidades são americanas, sul-americanas e européias? Explodimos todas as cidades para voltarmos para o campo, quando ainda, o que se vê, é um escorregar manso para os caminhos da cidade, como se até mesmo o (sujeito) êxodo, que ouço falar desde criança, vestisse uma camisa vermelha e caminhasse tímido e para as filas de empregos e nos conglomerados “marginais” dos grandes centros e que é censurado, banido do falatório “verde”? Um retorno a tradições rurais quando o que vejo, ao visitar minha cidade natal, são as escolas rurais mudas, caladas, fechadas, mesmo quando falavam, falavam de modo a instituir uma narrativa progressista que desconsidera as possibilidades de re-existência no campo? Quando o que vejo são as propriedades daquele bairro e de muitos brasis engolidas pelas lisas plantações verdes, verdinhas, mas verdes de cana de açúcar ou verdes de capim para as vacas?

O discurso em questão, aqui analisado como laboratório maquínico, parece propenso a eleger como repertório esta busca por patrimônios simbólicos e materiais perdidos e comidos pela modernidade industrial e pela técnica. E se aqui, o discurso verde foi eleito para as discussões a respeito da produção, multiplicação e/ou controle das

subjetividades é porque este discurso, ao longo de sua configuração como saber e como prática nascida no interior da disciplina de biologia, parece tentar instituir um sujeito verde, cego, e valendo-nos de Paula Brügger (1998), um sujeito adestrado, controlado. Trata-se de instituir uma cartilha moral do sujeito verde, que, obnubilando as contradições históricas, sociais, econômicas do celeiro do mundo que passa fome, reivindica para si um direito e um dever de cuidar da natureza, quando o próprio conceito de natureza, construído e assim manipulado conforme as instâncias que o delega, aparece como claro e preciso, ao invés de polissêmico e extremamente violento, principalmente quando pensado na famosa dicotomia natureza/cultura. O sujeito natural versus o sujeito cultural. Parece-me que se trata de instituir a própria natureza como sujeito. Mas atenção: um sujeito-natureza ressentido, materializado nas palavras verdes de quem as profere. Faz-se necessário atribuir culpas construídas, ressentimentos de um paraíso perdido. Ou ainda um sujeito-natureza grande olho: o panoptismo de Foucault, uma nova ordem de vigilância disciplinar: outdoors, placas, parques, árvores etiquetadas. Palavras verdes de ordem.

A questão aqui não é delegar se o verde deve ser preservado, mesmo porque não há como se dizer o contrário, mas questionar, como as máquinas discursivas falam do verde, qual verde e de que modo as ricas e angustiantes reflexões sobre os efeitos das intervenções humanas nos territórios geográficos, culturais e existenciais podem ser manipuladas como modos de subjetivação de resistência sim, mas não de redução, apagamento, censura e, de novo: controle. Pensar este devir urbano desenhado e que se desenha dia após dia como um lugar de construção/mutação e contaminação de subjetividades, não como um lugar a instituir culpas e retornos, já que sabemos, uma vez vivos, já não temos um lugar seguro, um lugar da história que nos previna deste desenho. Desenho dos lindos montes verdes, desenhos das grandes favelas e desenho do cheiro do esgoto urbano, que se esparrama, bem quieto e disfarçado, em nossos lençóis freáticos e que vomita, no mar, nos rios e na terra um modo de vida para alimentar os ratos da história.

Estes modos de subjetivação, pensados com Guattari como agenciamentos maquínicos podem ser considerados como condição de possibilidade para abertura a uma alteridade infinita, uma alteridade abismal e abismada diante do quadro pintado na pele contemporânea, como teoriza Garcia (2003). Eleger mais uma identidade essencial,

universal e totalitária como portadora de uma verdade absoluta e inquestionável parece ser mais uma falácia: é conservar um sujeito que não mais existe em sua solidão e solidez intocável, mas só possível na multiplicação de subjetividades mutantes, criativas, dinâmicas e floridas, coloridas e em movimento, como as borboletas, que fogem, dançantes ao vento, das homogeneizações e hegemonias das identidades e dos sentidos:

A incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é o que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade, assim como, paralelamente, o efeito de literalidade (unidade) no domínio do sentido: o sujeito se lança no seu sentido (paradoxalmente universal) o que lhe dá o sentimento de que este sentido é uno. (ORLANDI, 1997, p. 81)

Então, como combinar subjetividades e educação? Como pensar um discurso que assume manter uma relação mais responsável com o futuro das gerações enquanto temos, em nosso agora, uma condição que esfacela a continuidade temporal, as narrativas lineares, e as pragmaticidades duvidosas. Deleuze (2005, p.113) escreve:

A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose”.

Retorno. Para escolher uma subjetividade que “no centro da própria engrenagem, inventa a própria mola que resiste.” (Secos e Molhados).

Retorno a mim, que tentei fugir nestas mentirosas palavras acima. Retorno assim como quem deseja liquidar a liquidez e fugacidade das palavras e receios acima proferidos. Já que para mim, do lugar de onde falo, trata-se de tensionar as questões da subjetividade e do verde não perdendo de vista as configurações das subjetividades do agora. Subjetividades verdes, vermelhas, marrons da terra. Subjetividades fêmeas, machas, gays, ultrassexuais e capitalísticas. Subjetividades locais e globais. Tradicionais e modernas. Cibernéticas. Subjetividades indígenas, camponesas, negras, brancas, misturadas. Subjetividades nômades e por isso mesmo potenciais. Que cintilam no céu de nossos tempos não para serem reduzidas, mas para serem multiplicadas. Já dizia o poeta: para que

dividir se a gente pode multiplicar? Multiplicar, especialmente, os espaços que existem entre estas diferenças de modo a desconstruir, não apenas o domínio das certezas discursivas, mas o domínio das certezas subjetivas, que podem permitir diferentes experiências de si e o do mundo.

Diferenças, que, depois de um ano de pensares de vaca, entendo junto com Silva (1994, 2003), Larrosa (1994, 2001) e Scliar (2001) e seus *Habitantes de Babel*, precisam sim ser pensadas, pensadas como diferenças produzidas e construídas na dimensão mesma da palavra, dos artefatos, artifícios, aparatos tecnológicos, pedagógicos e culturais que nos produzem. Neste lugar entre o sujeito e o objeto, neste lugar sem nome que nossa tradição ocidental não nos ensinou a escrutinar porque foge ao controle. Talvez sentir. Sentir o lado de fora do sujeito e do objeto. O lado de Fora da palavra. O lado de Fora da casa: o descampado, aberto e caótico dos sentidos, o buraco negro dos astrofísicos que tanto nos ensina: lá, nos buracos negros, existe um núcleo do impensado, onde a Ciência não consegue adentrar, explicar e relatar com seus canhões do conhecimento.

Sobre os pensares de vaca, uma explicação.

Se do lugar de onde falo, atravessada por leituras tão atraentes, sujeito e objeto se confundem, se esbarram, se completam e atingem *status* de existência somente um no outro, morro e nasço em cada olhar, em cada sensação sem nome. Tento me anular a olhar ou ouvir e, neste momento, não sou mais eu. Estou algo qualquer. E por tudo isso, numa conversa com meu inconsciente num sono de início de outono, eis que estou num evento: no Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental em Joinville e em meu crachá não está meu nome: está a imagem de uma vaca. Não. Está a vaca. É a vaca. Eu sou e estou a vaca. Será que se trata dos tantos devires animais, vegetais, cantados por Guattari em seus escritos ao lado de Deleuze? Sim, trata-se de um devir-outro, um devir-paisagem, um devir que revigore nossa capacidade de sentir e de existir. Diferente de um humano, ao modo que desejam instituir incansavelmente nas cartilhas iluminadas. Um humano que saia de sua redoma de cristal e sinta seu lado de Fora que o solicita a experiências e devires-outros, como um devir-esgoto mal cheiroso, desterritorializante e potencial ou devir-mar, devir-flor, devir-ilha.

Sigo cantante. Delirante, conversando comigo mesma e com todas estas vozes maquínicas que me produzem e eu vou produzindo. Espalhando-me ao vento, esparramada nas foto-sínteses virtuais que visito cotidianamente para, num raio de luz atualizar-me, num eu que sou estando, querendo passar despercebida, mas percebendo. Recalcada na fala, caótica no excesso de escritura. Dançante aqui, neste pequeno espaço em branco. Borboletas. Um mundo.

Eu que fabrico o futuro como uma aranha diligente. E o melhor de mim é quando nada sei e fabrico não sei o quê.

Eis que de repente vejo que não sei nada. O gume de minha faca está ficando cego? Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando sorrateiramente em contato com uma realidade nova para mim e que ainda não tenho pensamentos correspondentes, e muito menos ainda alguma palavra que a signifique. É mais uma sensação atrás do pensamento.

C. Lispector

APÊNDICE

Textos consultados na Revista Veja	Data	Número de edição
Ele anda sumido	12/01/2005	1886
Quanto você pesa para o planeta	19/01/2005	1887
Donos da natureza	26/01/2005	1889
O verdadeiro Ecologismo		
A guerra contra o canguru	02/02/2005	1890
A revolução verde	09/02/2005	1891
Especial: A mártir da floresta	23/02/2005	1893
O Calor que ameaça a vida		
Nordeste? Não. Rio Grande do Sul.	16/03/2005	1896
A prova do efeito estufa	23/03/2005	1897
As ações entre novos amigos	13/04/2005	1900
A caçada chega ao seu último refúgio	20/04/2005	1901
Os grandes predadores	27/04/2005	1902
Caçada Ecológica	04/05/2005	1903
Especial: Amazônia à venda: petistas presos aceitavam propina de madeiras que devastavam a floresta	08/06/2005	1908
Fumaça rima com ameaça	29/06/2005	1911
Tesouro Submerso	17/08/2005	1918
Devastação via internet	24/08/2005	1919
Poluição na Floresta	31/08/2005	1920
Cegueira das Civilizações	07/09/2005	1921
Caçador de homens	28/09/2005	1924
Risco nos mares	05/10/2005	1925
Especial: A terra no limite Perigo real e imediato O paradoxo da água Um Olhar sobre o futuro O tamanho da destruição no Brasil A Terra é o paraíso As Sete pragas da Amazônia O risco de pagar pra ver Florestas de proveta	12/10/2005	1926
O estrago é bem maior	26/10/2005	1928
Menos de 1% tem o selo verde	09/11/2005	1930
A dança dos bicos	07/12/2005	1934
Pantanal: um paraíso perdido	14/12/2005	1935
Retrato das águas		
Retrospectiva: A natureza se vingou A Amazônia começou a morrer Peleja da Economia contra a Ecologia	28/12/2005	1937

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- COSTA, M. V. *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...*Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BARTHES, R. *Aula*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- _____. *Crítica e Verdade*. Ensaios Críticos. São Paulo: Perspectiva, 1999
- _____. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Mitologias*. São Paulo. Difel, 1985.
- _____. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *O grau zero da escritura*. Novos ensaios Críticos. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. *O rumor da língua*. Editora Brasiliense, 1988.
- BRUGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental*. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CARVALHO, I. C. M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias em educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- CASTRO, R. S.; LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2004.
- DELEUZE, G. "O atual e o virtual". In ALLIEZ, E. *Deleuze filosofia Virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

- _____. “A imanência: uma vida”. In: *Deleuze*. EDUCAÇÃO e REALIDADE. Porto Alegre v27. n.2 p. 5-226. jul./dez. 2002
- DERRIDA, J. “A estrutura, o Signo e jogo no discurso das Ciências Humanas”. In: *A escritura e a diferença*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. “A diferença”. In: *Margens da Filosofia*. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- FISCHER, R. M. B. “Foucault e a Análise do Discurso em educação” in *Cad. Pesquisa*. São Paulo, nº 114, 2001.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- _____. *Arqueologia do saber*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1997.
- _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006
- _____. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- _____. *O que é um autor?* Portugal, Lisboa: Passagem, 2002.
- _____. “O sujeito e o poder” In: DREYFUSS, H.L. e RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Escala Histórica do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://www.fbds.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=28. Acesso em 07/08/2005.
- GARCIA, W. “Éticas contemporâneas e meio ambiente”. In: GUIMARÃES, L. B.; BRUGGER P.; SOUZA S.C.; ARRUDA, V.L.V. (Orgs.). *Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. 3ª ed. Campinas/SP: Papirus Editora, 1991.
- _____, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUIMARÃES, L. B.; BRUGGER P.; SOUZA S.C.; ARRUDA, V.L.V. (Orgs.) *Tecendo Subjetividades em Educação e meio ambiente*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

GUIMARÃES, L. B. E SAMPAIO. S. M. V. “Praticando Educação Ambiental em articulação com os Estudos Culturais”. In: ZAKRZEWSKI S. B. e BARCELOS V. (org.) - *Educação Ambiental e compromisso social*. Erechim, RS: EdIFAPES, 2004.

GRUN, M. “A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo”. In: VEIGA-NETO A. J. (org.)– *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. *Ética e educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

HOLANDA. S. B. *Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1969.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LACAN, J. *O seminário: Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LARROSA, J. e SKLIAR, C. (orgs.) *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

LUCKMAN, A.P. *Consumo, consumismo e produção de lixo nas cidades: os impactos ambientais e a responsabilidade do consumidor*. Florianópolis : Udesc, 2001. Monografia de Especialização em Educação e Meio Ambiente.

LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*. 8ª ed. Rio de janeiro: Jose Olympo Editora, 2004

MAIGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

MALDONADO, M. *A ordem do discurso da educação ambiental*. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003

MEDEIROS, M. G. L. *Educação Ambiental como Educação Científica: desafios para compreender ambientes sob impactos*. 2000. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Editora Pontes, 1999.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez;/Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

_____. E. e GUIMARÃES E. “Unidade e dispersão: uma questão de texto e do sujeito”. In: *Sujeito e Texto*. Eni Orlandi...[et al]. São Paulo: EDUC, 1988.

PAROLIN, E.S.P. *O silêncio das araucárias: memória e esquecimento da natureza em um grupo de moradores da microbacia hidrográfica do rio do campo*. 2001. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed. Campinas: editora da Unicamp, 1997.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – ProNEA/ Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental – 3ª edição – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

RAMOS, R. “Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso?” In: OLIVEIRA DUARTE, I. M. (org.): *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras. pp. 545-562. 2004.

_____. Publicação Eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Cristiane Guimarães <krisinha@yahoo.com.br>, em 13 de julho de 2004.

REVISTA DA AGENDA 21 CATARINENSE. Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e meio Ambiente. Governo do Estado de Santa Catarina. SC: Tempo Editorial, 2004.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 11ª ed. São Paulo: Afrontamento, 1999.

SERRES, M. Aparições. In: *A lenda dos Anjos*. São Paulo: Aleph, 1993 [99-113]

SILVA, T. T. (org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. (org.) *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

VEIGA-NETO. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WORTMANN, M. L. C. “Por que se valer do cinema, da mídia, da literatura, da televisão para discutir a natureza/ambiente?” In: ZAKRZEVSKI S. B. e BARCELOS V. (org.) - *Educação Ambiental e Compromisso Social: pensamentos e ações*. Erechim, RS: EdIFAPES, 2004.



Dedico e agradeço

Aos Outros

*Em que canto do corpo adverso devo ler
minha verdade?*

Roland Barthes

Uma Palavra ao leitor

Memorial de Passagem

Efeito I	Quem mexeu com as borboletas de jardim?
Efeito II	Rabiscos com Barthes
Efeito III	Verde Efêmero
Efeito IV	Nas margens da Educação
Efeito V	Comunicação: ser ou não ser na(s) linguagem (s)
Efeito VI	Na floresta da sustentabilidade: a minha trilha
Efeito VII	O problema lixo/luxo em dis-curso
Efeito VIII	Nu momento

Os efeito-textos que seguem fizeram parte de uma experiência. O escrever aqui é um inscrever-se no mundo. Em suas formas e não-formas. Em suas letras e não-letras. Em suas disciplinas e indisciplinas. Na conversa íntima que nos movimenta entre um Fora e um Dentro, promovendo zonas de encontro entre pensamentos, linguagem, vida, educação, cultura. Textos soltos que foram tecidos durante o caminhar tentando rabiscar uma teia possível. Uma dança quase-desconexa e que fez, nas linhas loucas que se cruzaram, movimentos sinuosos, sem nomes e sem donos.

Tentam traçar um desenho. Um desenho rabiscado na vida, na experiência de si e do mundo em relação aos seus Foras, Foras indizíveis e Foras que constituem um dizer. Fora da escola. Fora da instituição. Fora da palavra. Fora do parque ecológico institucionalizado. Dentro de um mundo-tempo-espço. Um desenho disposto a promover uma aproximação entre o plano vivido e o plano do pensado, do conhecimento acadêmico sistematizado. O Fora e seus excessos. O Dentro e seus cuidados. Por isso, a escolha de um estilo, de um ethos escritural marcado por uma linguagem lírico-teórica prenuncia um desejo: um lugar po-ético possível na Educação do agora.

Porque procurei, procuro e continuarei a procurar verdades, mesmo que efêmeras, que potencializem vida em nossas vidas. Que façam durar eternidades diárias em nossos dias de rotina sem sentido. Verdades-milagres que nos ajudem a ler que nem tudo faz sentido ou quase nada o faz. E que é nessa grandeza de se perder fora do sentido, da certeza é que podemos experienciar outras formas de viver e de sentidos. Devires.

Impressionismo

Ressentimento

Memória

Dor

Ordenar

Escrever

Escrever

Como lançar focos de luz ao meu caos.

Caos iluminado...vista-me. Ou morro.

Às vezes penso tanto em mim que acho que eu mesma sou meu objeto de estudo. E quando não falo em mim, como escreve Montaigne, sinto-me fadada à dispersão.

E tentando vestir minha vestimenta de letras, saio nesses eus furiosos para contar como cheguei aqui.

Venho de não muito longe. Nem sei se cheguei ou se chego, a cada novo dia nessas “ilhas cheias de distância”. Chego e parto, no mesmo raio de luz. Brilhante e deixo-me negra. Perdida.

Mas o fato é que não reconcílio nem com as ilhas, nem com os outros e nem comigo mesma. Sinto-me demasiada pesada e leve, cheia e vazia. Às vezes cantante. Outrora calada e me estranho a todo tempo, a todo lugar, a tudo, a cada respiração.

Os meses escorreram, letras se esvaíram num horizonte sem nexos e continuo chegando e me desfazendo aos poucos. Parece não sobrar nada além do papel e sua efêmera e pretensa verdade de mim. Verdade que fulgura nesse eu despedaçado e triste. Amedrontado com uma flor preta.

Antes, o encantamento, o sussurro prazeroso das letras e dos sentidos, do derreter a realidade nas letras, minha educação sem livros e cheia de saberes, os saberes da cidade e os não-saberes do campo, minha história, minhas letras do curso, outras letras de fora do lado

de fora, observações e eu me misturando: mesas de bar; gritos vermelhos nas assembleias estudantis, letras das canções e dos filmes, meus sonhos e ilusões.

Hoje o vazio quieto. Cortante. Errante, como o vento que me corta ao meio e se vai, tímido.

Mas não posso ser eu mesma o objeto, porque nenhuma letra, nenhuma lupa conseguirá esmiuçar esse eu composto, tecido, feio e às vezes bonito, aos pedaços, acumulado nos vãos. Não poderá, o olho mágico e redutor, mas sim os olhos do mundo. Os olhos do mundo da vida que me olha. Esse mundo-olho infinito, que me dissipa em pedaços efêmeros a comer e a vomitar palavras. E aqui o medo cortante de não saber me explicar. Traçar caminhos e provar teorias que possibilitem tal verificação. Articulações impossíveis. Hipóteses apressadas. Aqui o receio de esse grande olho acumular riscos e textos insondáveis à luz do olho mágico de uma dita ciência da verdade. E o olho mágico não conseguir estabelecer métodos e leis a meus acontecimentos-palavras. Por que minha ciência, aprendi com o Roland Barthes, é uma ciência de decepções, de deslocamentos, do inesgotamento e da dúvida. Uma ciência da crise, uma ciência de estruturas descontroladas, bagunçadas que cambaleiam conforme o vinho degustado, uma estrutura líquida como o vinho, uma estrutura de chocolate a ser derretida. Pode até ser uma ciência da ressaca de estar vivo.

O espaço outrora buscado não existe senão aqui dentro, na busca inquieta por palavras que me recepcionem e me abracem, palavras que me façam ler o impossível de ser lido ou dito, de ser manipulado, mas que pode sim ser sentido...nem que seja o sentido das pontas de meus dedos a escolher letras no teclado entre um intervalo e outro. Nem que seja um sentido sem lógica, ou ainda uma lógica pouco lógica, mas desde já habitada: a lógica dos pingos da chuva.

Este papel não tem uma lógica, senão essa. A lógica dos efeitos de mim, que me fizeram nesses meses de exílio íntimo. Por isso mesmo os pingos da chuva, as estradas

percorridas ou ao menos avistadas se distribuem nesses pequenos efeito-textos desses meses que não acabam mais. Que se misturam com borboletas, borboletas dissipando filetes de luz ao caos envolvente.

Efeitos, pedaços. Pedaços que me compuseram e me compõem. Pedaços, letras, palavras. Sem nexos. Contraditórios. Cheio de hesitações, agora com um pouco menos de ressentimento. Ressentimento que me esvazio ao poucos cedendo um lugar nos entre pedaços. Nos entre. Nos entre-lugares dos pedaços busco um lugar habitável. Que fale de luz e cores. De múltiplos lugares, sensações e estares. Que me faça descer de mim mesma e olhar, sem os pesos das palavras, este mundo “vasto mundo” que me acumula e me esparrama. Que constitui e que me dilacera. Aos pedaços. Aos pedaços de instantes vividos.

Por isso, os efeito-textos falarão de pedaços. De mo(vi)mentos. De lugares efêmeros e de habitações fortuitas. De posições subjetivas que compuseram esse grande tecido que começou a ser tecido num lugar não determinado, porque escondido nas andanças imemoriais de uma história sem começo nem fim, nesse des-continuum que somos e que insistimos em esconder. Fugir. Re-ter. Segurar para não explodir. Eles falarão de momentos, de palavras, de mim e de outros. Falarão de dúvidas e receios. Falarão de lugares apertados habitados nos entre-lugares. Naquele lugar de deslocamento. De movimento. Naquele lugar quase nu. Onde despi uma roupa e hesito em vestir outra, desejando, aos menos no espaço do movimento, experimentar o vento no corpo, o frescor, o arrepio. Questiono esta necessidade mesma e lambuzo-me em não ser nada. Um lugar sem nome que trata dos entremeios teóricos, filosóficos, conceituais, de vida mesmo, entre o Fora e o Dentro. Nestas duas palavras que passei a habitar a tempos, que encontrei ecos em Foucault, em Barthes, em Deleuze... Nesse espaço infinito em que o fora se atualiza e o dentro é derretido, re-formado, desdobrado, para me lambuzar mais e mais durante o movimento.

Os efeito-textos, ainda pesados, mais espalhados na mata de meu ser, indicam caminhos e em alguns momentos já sinalizam lugares de sombras e repouso. Falam de muito “eu” na busca mesmo do derretimento dessa palavra. Eu. Eu. Eu. Eu que enuncia. Eu pura invenção.

E na busca de furar esta palavra para que escorra ao infinito, lanço-me aos efeitos de uma vida. De um momento. De uma letra qualquer. Entre os Efeitos do Caos e lá, um Caos Iluminado. Entre os efeitos, um lugar para habitar nos entre-espacos das margens, tecendo uma teia de palavras, uma teia desconcertante, tecida por uma “aranha diligente” e que se movimenta errante nas asas de uma borboleta, de uma vida e de um mo(vi)mento.

Efeitos das in-disciplinas que compuseram este tecido retalhado, remendando das andanças, pesquisas e sabores. Autores, leituras, escrituras. Corpos que se inscreveram em suas palavras escolhidas. Mestres de uma vida. Mestres de um dia. Mestres-encontros. Mestres Borboletas. Mestres de palavras e Mestres de esvaziantes silêncios. Mestres-olhos que me olharam com suas palavras alinhavando essa teia composta que escolhi habitar lá: verde, discurso, subjetividade e que lançaram e continuam lançando focos de luz ao meu caos e que mais tarde poderão se desdobrar em outros lugares-palavras possíveis. Palavras-moradias que lançam luzes ao meu ser torto e constrangido, dinâmico e florido, esparramado na mata dos sentidos.

Mas...como me despedacei? Como me perdi e por que só restaram os efeitos e tão poucas casas-palavras? Ousarei explicitar neste texto, certa de tais palavras só cercarão o tudo que me compõe e por mais que reconheça que este movimento começou bem antes de nomeá-lo. Bem antes de iniciar o curso de Letras construídas e bem antes de me aconchegar, ainda tímida (e permaneço) em palavras como desconstrução, ao terminar o curso. Essa morte-vida gritou mais ao final do curso da graduação, quando conheci a semântica, estudos dos sentidos e, mais adiante, com a disciplina de Análise de Discurso. Na literatura morri e renasci muitas vezes, mas o pragmatismo acadêmico de análise,

classificação das obras e avaliações nem sempre puderam ser potencializados para, mais tarde talvez, ressurgirem em minha inconsciência, em meu esquecimento, ou simplesmente no apagamento de um certo constrangimento vivido durante o curso de Letras, letras canônicas que não conhecia e as poucas letras acumuladas nas minhas visitas ao dicionário de minha casa, aos livros de reza, às escrituras de Sabedoria e Eclesiastes do Livro “Maior”, à folhinha do Sagrado Coração de Jesus e os fragmentos de obras trazidas por livros didáticos... “Ontem eu vi um bicho”

Foi então que o principal princípio desestabilizador e inquietante – o sujeito psicanalítico – apresentado-me ao final do curso, encontrou extensão numa disciplina de mestrado de Introdução à pesquisa na área da Linguagem, no mestrado em Letras da Universidade Estadual de Maringá, quando bebi em certos autores saborosos vinhos que me entorpeceram, que me dilaceraram, que me embebedaram e me excitaram a compor um projeto de pesquisa que tratasse de alguns dos desdobramentos em aceitar a linguagem não mais situada no paradigma saussureano, cujo corte/objeto habitual era apenas o par língua/fala, mas num modelo que estendesse o funcionamento da linguagem a sua exterioridade constituinte, tencionando, assim, o sujeito e a história, antes relegados pela dicotomia de Saussure. O lado de fora da palavra. O próprio corpo de Saussure, lido no primeiro ano da graduação, agora se apresentava em meio a leitura de autores considerados de ruptura, como Foucault, Barthes, Derrida e lia, com eles, aquele estranho estudioso da linguagem, percebendo a importância e articulações entre a Lingüística e outras áreas. Nem imaginava, naquele mo(vi)mento, que desdobramentos seriam...mal sabia que o movimento apenas começava e que o próximo ano me reservava ainda mais deslocamentos, estranhamentos: precisava definir o lugar de onde falar, já que agora quem me abraçava era a voz da Educação, aquela Educação na qual as conversas e discussões com colegas de graduação sempre desembocava, e não mais a voz das Letras: outras palavras abriam suas portas para mim.

Na fase posterior à composição do Projeto, dando ouvidos e todo o corpo às provocações de Foucault, cheguei à UFSC e ao Seminário Internacional dedicado ao autor. Momento em que pude perceber a vasta e complexa obra deste e o quanto ele falava ao projeto, aos questionamentos que pretendia discutir e à Educação.

Ao iniciar o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, na procura interminável de um lugar de onde falar, passei por alguns bosques com a professora Marlene Dozol, que me embebedou ao lado de Alcebiades e de seu corpo apaixonado. Suas aulas, um banquete saboroso em que pude, pela primeira vez, “morar na filosofia”, como diz o poeta, nem que tenha sido por momentos fortuitos, mas suficientes para acender em mim uma chama de interrogações, mortes e vidas em relação às concepções e deslocamentos dos modos de tratamento da Educação ao longo do caminhar de nossa história ocidental. Ela me apresentou, entre outros como Santo Agostinho, São Tomás, Comenius e dois autores em especial que me falaram mais: Hannah Arendt e Michel de Montaigne. Mas preciso admitir que a primeira gritou mais ao meu projeto, já que nela li sobre autoridade, uma das máximas de nossa pedagogia moderna (ou de sua crise, como declara a autora). Foi neste momento também que um grande nó de sentidos e atravessamentos se formou, dando origem a um jogo entre palavras que chamou atenção: autoridade e alteridade, já que ao conhecer um pouco mais do princípio do sujeito psicanalítico, pude perceber que tamanho imensurável tem o outro em nós. Foi também em relação à palavra-bomba – autoridade – que relacionei a questão do discurso verde objeto de meu projeto, já que, se a palavra autoridade me lança a autor, inevitável é recuperar Foucault e sua discussão sobre procedimentos de coerção do discurso e conseqüentemente de seu controle.

Preciso também falar de um efeito especial de minhas andanças, de meus caminhos trilhas e de minhas danças: Roland Barthes. Os corpos-escrituras dos mestres se confundiam nas aulas de Roland Barthes e a Educação, ministrada pelo Professor Wladimir, o mestre Outro ao lado do Outro mestre de filosofias sedutoras. E se desde

Aula, meu primeiro encontro com Barthes, ainda em Maringá, embebedei-me com suas letras, degustá-lo com mais calma foi uma maravilhosa aventura, tal como ele mesmo propõe, por entre signos e cores, por entre imagens e mitos, por entre hemorragias de textos e de nós mesmos, como seguem nos efeitos II, III e IV. Como não me render ao seu saber com sabor. Como não me render aos seus sussurros de prazer nas letras. Como? Como não me apaixonar por seus “Fragmentos de um Discurso Amoroso” a ponto deles ressurgirem na superfície de minha escritura, em minha forma, em minha casa de palavras. Na busca de alguma verdade em corpos estranhos. Corpo da Educação. Corpos que se movimentam e significam. Corpos em metamorfoses. Aqui estão os fragmentos! Pedacos efêmeros vividos nestas disciplinas, fora delas. Lidos no tecido da vida mesmo ou nos tecidos das canções e do pouco cinema experimentado. Ou ainda no tecido rugoso de mim mesma. O encontro com parte da obra de Roland Barthes só me motivou a persegui-lo em suas letras, dançando com ele a cada movimento de sua própria obra, incansavelmente, agora e depois do agora.

E de tanto dançar uma Fada apareceu. Deve ter seguido as borboletas e juntas pousaram em mim...as aulas da Professora Gilka: não menos inquietantes, já que a lida era com nossos projetos de pesquisa, nossas escolhas, nossas palavras escolhidas, nossas escolas, nossos medos e belezas em relação a tudo isso. Nossa voz, nosso grupo, nossas dúvidas comuns e nosso desejo espalhado. Sim. Espalhei-me de tanta insegurança. Tanto que o semestre se resumiu em idas e vindas. Em autores e releituras. Escolhas. Escolhas. Escolas. Conheci teóricos da escola de Frankfurt, o que me fez reconhecer a importância de tais textos para a teoria da comunicação e para o projeto, como registrado no EfeitoV. Mas só uma palavra me sussurrava. Uma palavra que um dançarino de filosofias sedutoras sussurrou, mas que eu não podia morar nela ainda. Fazia-se necessário um caminho, ou melhor, perder-se no caminho, na mata. Trilhas. Perdas. Pedras. Vento no rosto: viver. E a palavra continuou a me insultar. E ainda continua. E vivo. Mas mesmo

assim, finalizei a disciplina da Fada Encantada com algumas palavras-casas escolhidas para morada. O quadro apresentado foi:

PoDeR		SUBJETIVIDADE/subjetivação	
DISCURSO	SABER	ética	velho/NOVO
Responsabilidade	IDENTIDADE		AUTOERIDADE
DESEJO	natureza/CULTURA	MITO	DENTRO/FORA

No entanto, percebi que queria morar em palavras demais. Seria trabalho para muitos mestrados... E que para o movimento no qual me inseria precisaria escolher melhor, mesmo porque, como é o propósito dessa des-ordem é mostrar que estas palavras-moradias se esbarram, se encontram e desencontram, formando uma grande teia de palavras. Perdem-se no horizonte de pesquisa para depois se reaproximarem, mediante a dança que proponho no movimento. Foi então que veio o seminário II, parcialmente desenvolvimento pela Professora Araci, a cientista que e apresentou os mensageiros de Michel Serres na disciplina de Ênfases: presente dos anjos. Lá, já no segundo semestre, quando as escolhas gritavam ainda mais, delimitei melhor meu problema e conseqüentemente as palavras-efeitos que iriam compor esta rede de conceitos e moradias: tensões entre o discurso verde e a produção/multiplicação e/ou controle nas subjetividades.

Também foi importante a disciplina que de certa forma leva o nome do objeto inicial de minha proposta, já que a proposta seria analisar o discurso do desenvolvimento sustentável. Durante a fase preliminar ao ingresso, de recuperar autores que trabalharam o tema ou discutiam sobre o discurso, percebi quão numerosas eram as terminologias relacionadas. Assim, decidi etiquetar o discurso em evidência como discurso verde, não com o intuito de homogeneizá-lo, mesmo porque seria impossível, por se tratar de um terreiro

muito diverso, mas para traduzir a gama de vozes relacionadas ao argumento da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade, enfim, do apelo verde. Na disciplina em questão, pude perceber esse canto polifônico ali, nas aulas mesmas, que se tornaram confirmações significativas de algumas suspeitas elencadas no início da trajetória de pesquisa. Assim, nesta disciplina, além de observar os jogos de sentidos, controle e ilusões relativas à linguagem e sujeitos, joguei, junto com a colega de pesquisa Ana Paula com as palavras lixo e luxo, aqui no EfeitoVII, problema metodologicamente elencado para ser “resolvido” nas aulas. Enfim, se ainda havia alguma dúvida em relação ao lugar de onde falaria, este lugar se tornou evidente nestas aulas. E vi, diante de meus olhos, escorrer o caldo do desejo e do poder pela palavra verde. Do discurso verde. De um sujeito verde, que tão cheio de si não consegue se esvaziar ao Outro. E quem diria que um grande Outro na concepção imaginária de Brasil produzida pelo discurso histórico (Portugal) ministrasse aulas de Educação para sustentabilidade...

Também foi decisivo um perder-se na mata, habitar a palavra história. Envolvi-me com a elaboração de um roteiro de documentário cujo objetivo principal era contar a história de Florianópolis a partir de alguns mo(nu)mentos tombados pelo patrimônio histórico. Saborosa aventura entre letras controladas, discursos estabelecidos, controle de narrativas, repetições e buracos pretos falantes, como conta um pouco o Efeito VIII. Neste passear, passei também na disciplina de Cinema e Discurso, realizada pelo programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem, na UNISUL, proposto pela Professora Rosângela Morello, que pretendia discutir as imagens de brasis ou os discursos de brasis construídos e que circulam em alguns filmes nacionais, entre eles Iracema – uma transamazônica (1974) e Bye Bye Brasil (1979). Do primeiro, um mar de imagens e recortes: os eus-iracemas, os eus-estradas, rasgos do progresso da década de 70 e do agora, os não-eus errantes escorrendo: distâncias, territórios, territórios em movimento, territórios subjetivantes: eus-desterritorializados, lançados para um “Brasil farto e rico por

natureza". Os eus-iracemas caminhanes... Saboroso desencontro com a identidade. Mais saboroso ainda foi recortar tais imagens, sons e mitos e fazê-los dançar. Jogar com eles utilizando diferentes recursos tecnológicos, procurando uma desestabilização da memória que se materializa nos pré-contruídos, ou seja, no fluxo discursivo constitutivo de nossa idéia de identidade.

Aqui, talvez uma lacuna em relação a minha proposta de pesquisa: por que o discurso verde? Que obsessão me levou a falar nisso como projeto de pesquisa? Prefiro não me estender. Talvez um plano do vivido que desejasse conversar com o plano do conhecimento acadêmico sistematizado. As contradições. Silêncios. Murmúrios anônimos de quem caminha pelo tecido da vida e que traz, impressos na pele simbólica e imaginária, traços tatuados de uma história. Movimentos errantes. Memórias desestabilizadas de uma vida. De um lugar. De um tempo. De um espaço. De um território real e simbólico. De um verde, que poderiam até dizer os estruturalistas que fora estruturante em minha vida e que num momento de escolhas ressurgiu como um corte. Um corte em minha pele. No entanto, não sei se tal explicação se resume na estrutura ou se foge dela, na busca mesma de derretê-la. Pois não sei até que ponto aqueles borrões verdes são meus borrões verdes do agora. Borrões verdes rabiscados antes mesmo das letras e que continuaram em mim, às vezes num lugar de ressentimento, à vezes num lugar de encantamento, às vezes me jogando para uma contradição territorial e às vezes me desestabilizando saudavelmente para continuar a instigante penetração nas palavras verdes, na reterritorialização falaciosa de um verde paradoxal.

Aqui...o excesso me consome. A frenesi da escritura excita meus dedos. A escritura sabe mais que o "eu mesma". De tantas inquietações vividas durante todo o ano, como no sedutor evento Florianópolis áudio-visual, que, de alguma forma, confirmou terreiros por onde pretendo andar com o alvorecer de minha caminhada, por reconhecer neles, nesses terreiros, um amontoado imagético-discursivo que materializa a condição da educação e

comunicação do agora: educação no fora. O delicado cinema Argentino, a falta de incentivo e distribuição das produções ‘marginais’. Os outros-vizinhos. Por hora, basta-me dizer que caminhei com meus passos nesse ano, nessa ilha, nessas matas e nesses vãos de sentidos. Uma borboleta do Efeito I bateu asas para Curitiba para falar sobre sua “identidade” de mulher, seu território dos bichos do Paraná, que por sua vez, aos olhos da capital fria a nomeia de pé-vermelho, oriunda da região de terra vermelha onde brotou imensos cafezais de uma tal história – Maringá e Londrina – na sombra na colonização paulista e que, por sua vez, lança-a para o interior da região noroeste: Nova Esperança, a capital da seda, onde zunem lagartas comilonas que a teceram, junto com os casulos e onde, nas primeiras experiências de/na diferença, a classificaram como moradora do bairro Bela Vista: do sítio, da roça, de pés sujos aos olhos da cidade, vermelhos de uma terra da qual, num bater de asas inquieto, voou do sítio Nossa Senhora Aparecida, precocemente, para outros territórios, geográficos e existenciais, talvez aqueles além das montanhas rabiscadas, para pousar noutros jardins e experimentar outras flores para se re-desconhecer-se nelas e nas palavras limitadas que a explicam (ou tentam).

Se consegui iluminar meu caos, só o movimento dentro dos cantos daquelas palavras mesmo pode dizer. No entanto, essa transitória aventura só me excitou a continuar a passear por esses múltiplos lugares de mim, de um mundo, de uma vida...de uma cultura das letras e de muitas letras de uma cultura, brincando como uma criança com elas, inquieta e curiosa, uma borboleta, procurando saber se existe alguma educação entre borboletas, morando nas palavras como quem procura amparo, ao menos efêmero, jogando com elas, enfim.

Minha casa é a palavra.

Habito o sótão.

EFEITO I

Quem mexeu com as borboletas de jardim?¹

Todo ano, ao menos em nossa região, as mudanças climáticas e sazonais provocam um fenômeno interessante e que, mesmo aos leigos e desentendidos dos estudos naturais, aparece (e a muitos irrita) de forma visível e ruidosa: as borboletas de jardim.

Ao anoitecer, quando as luzes começam a acender, quando um ar um pouco mais fresco se aproxima de nosso norte paranaense quente (mais quente de que outros setembros), elas aparecem, ressurgem, contagiam o lugar com muito movimento e dinamicidade.

De onde vêm? Onde estavam? Por que estão tão sedentas pela luz?

Perguntas sem respostas, ao menos nos limites dessa escritura, desse diálogo. Movimentos da natureza. Deslocamentos.

Sentada, pensando e repensado o futuro acadêmico, sinto-me como elas: agitadas, eufóricas, ansiosas e extremamente motivadas ao encontro da luz. Mas que luz é essa que está me ofuscando os olhos, fazendo-me confusa e inebriada pelo desejo do conhecimento, da ciência?

Mais uma pergunta sem resposta. Ao menos nos limites dessa escritura e desse recorte de tempo e espaço que me pego a arriscar algumas palavras. E temo ser para sempre...ou até a dobra da morte.

À tarde, quando o sol se esvaia no horizonte, pensava, caminhando, nas múltiplas reflexões que emergem nesse momento em nossa vida de iniciante e, talvez, a mais latente, a mais confusa, a mais dinâmica: a identidade.

Esta, caro amigo, parece estar sendo desconstruída², descentrada, redimensionada, deslocada, pluralizada, dia após dia.

¹ Texto escrito em 11/09/2004 durante a preparação do Projeto de Pesquisa.

² Utilizo o termo desconstrução no desabafo, pois, contemporaneamente, a idéia de processo, de método que ele evoca, é a mais adequada para expressar algo que não é completo, mas que, de alguma forma, foi sendo construído ao longo de minha existência. Por isso não se resume, conforme os críticos ao pós-tudo discutem, ao modismo oco e niilista do jogo construir/destruir *everything*.

Este processo interminável, incompleto e perene parece, hoje, ter feito parte de toda minha vida. Desde as caminhadas longas e solitárias na estrada de volta ao sítio-lar até as caminhadas curtas e intensas entre a biblioteca da UEM e minha casa. As perguntas vêm, o pensamento divaga e daí você retorna à realidade, aos seus passos, às borboletas de jardim, à escritura e a você mesmo, onde tudo recomeça. O que mudou daquele tempo para hoje foi a violência das perguntas e a noção cada vez mais presente da não-resposta, da iminência de um não-saber.

Esse caminhar por entre o mundo, na estrada de terra, por entre as pequenas matas verdes da infância e passarinhos cantadores, por entre ambiente e natureza modificados, por entre bancos escolares, por entre grupos e poucas viagens da adolescência rebelde, por entre as canções marcantes, por entre amores violentos, discursos que ficam, marcas de alma, sorrisos divididos, tristezas silenciadas, amizades construídas, diferenças relativizadas, rupturas proclamadas, pensamentos políticos vermelhos anunciados, barbáries terroristas espetacularizadas, por entre os marginalizados, por esta *sapientia* dionisiaca e viciosa, por entre esse mundo das letras enfim, por entre Foucaults, Barthes, Derridas, Walcirs, Adelaides, Anas, Silvias, Martas e Veras, a imagem que se faz de si e do Outro toma proporções imensuráveis e, por isso, impossíveis de serem expostas nestas escorregadias e opacas palavras.

Com essa identidade multifacetada e diariamente construída, reconstruída e desconstruída, caminho. Ligando pontos, sensibilizando-me a representações simbólicas e metáforas que eclodem de tudo e de todos [desde um pequeno vítima do abandono social aos conflitos humanos do globo, das borboletas de jardim à camada de ozônio, entre o local e o global, enfim], como se meu olhar para o mundo estivesse contaminado de uma euforia única e violenta, quieta e gritante, ao mesmo tempo. E, que só pode ser e encontrar espaço de existência aqui, agora, nesta escritura.

Como se meu olhar para dentro de mim refletisse o Outro, em mim. Aquele que por mim passou e que em mim (des)construiu sentido, existência. Como se, na busca das respostas e da identidade, o Outro me violentasse e me deslocasse. O Outro que é tudo aquilo que não sou e paradoxalmente e simplesmente é tudo o que eu sou: uma pequena borboleta de jardim, debatendo-me ofuscada pela luz...

EFEITO II

Rabiscos com Barthes³

/

Enquanto o mundo Matrix não se revela aos leigos através de letrinhas plurais em nosso cosmo-codidiano ou enquanto não conseguimos enxergar o que enxergam os MIB - Homens de Preto, vamos continuar os estudos, as sensações, as angústias ou precauções do signo, da significação ou do signo significando.

Estas sensações se confundem com o próprio corpo de Roland Barthes na escritura: sedutor. Barthes e sua escritura seduzem. Ou seria seu estilo? Ou ainda o Mito Barthes?

Não se cumpre tarefa fácil isolar elementos em Barthes, não nele, mas faz-se necessário quando nos deixamos levar por este jogo de sedução, pois desejamos sentir Barthes, sentir sua semiologia multifacetada, sentir seus signos, lê-los, debatê-los e utilizá-los para um audacioso entendimento de alguns efêmeros momentos de nossa teia social.

Para tanto, usando as obsessões propostas pelo próprio Roland e deixando o desejo por Barthes desabrochar nessas perigosas palavras escolhidas, apontarei elementos que para mim soaram com maior ruído, com maior voz (talvez com tanta voz a ponto de ensurdecer). Falo da escritura, situada entre a fala e o estilo.

A fala é lida horizontalmente por Barthes, no sentido geográfico, espacial, quase natural ou natural, ser social da continuidade histórica enquanto que o estilo, referenciado com mais palavras na introdutória barthesiana, situa-se no corpo do escritor. Daí o primeiro frenesi. O estilo é solitário, diz Barthes. O estilo é aprisionador. O estilo se espalha através dos poros do escritor e só dele brotam a brutalidade do léxico, sem negar a brutalidade livre de seu passado.

³ Comentários, citações e dúvidas apresentados à disciplina Roland Barthes e a Educação, ministrada pelo Prf. Dr. Wladimir Garcia, pertencente ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em ano/semestre 2005/01

Aqui, a distinção tímida entre passado e história me toma, enlaça-me num abraço forte, pois penso, pois leio, talvez uma das distinções mais violentas destes momentos iniciais de contato com Barthes e que para mim surge com uma possível paixão a ser explorada: O quanto da história se encerra em meu corpo e quanto de meu passado intervem na história. Quanto?

A diferença entre passado/corpo e história/habitat lançou-me a reflexões acerca destes conceitos. E encontrei calma ao ler: “Em toda e qualquer forma literária, existe a escolha geral de um tom, de um etos, por assim dizer, e é precisamente nisso que o escritor se individualiza e se engaja”.(Barthes, 1974, p. 124). E novamente a pulsação nas palavras recordadas em relação ao milagre da transmutação que fala o autor entre a lembrança do corpo do escritor no estilo, fazendo-o “uma espécie de operação supraliterária, que leva o homem ao limiar da potência e da magia”.(Barthes, 1974, p. 123). Então a preferência à arte em relação à solidão do estilo.

Por isso, agora, com os dois conceitos sublinhados e significando em Barthes, a estranheza, a curiosidade, o desejo de saborear o que chama de escritura. Se a escrita está entre a língua e o estilo, como capturá-la, prendê-la, circunscrevê-la a um conceito? Diz Barthes: “é um ato de solidariedade histórica (...) é a área social no seio da qual o escritor decide situar a natureza de sua linguagem” (p. 131). Situar ou materializar? Atravessamentos teóricos irrompem em dúvidas, mas o prazer continua na leitura/deciframento, usando o próprio Barthes como objeto, às vezes me banhando em seu estilo, no próprio dançar de seu corpo/texto e às vezes sentindo a pressão da história e da tradição neste mesmo movimento.

E quando diz sobre as escrituras políticas, daí de novo o desejo, o frescor na barriga e a obsessão por Barthes e suas categorias. Enquanto escritura fala:

de um além da linguagem;
simbólica e introvertida;
vertente secreta da língua;
manifestante de uma essência;

ameaça a um segredo;
contracomunicação;
intimidação
ambigüidade: linguagem e coerção;
circunstância estranha a linguagem.
E a escritura política
é ameaça de uma penalidade;
reúne a realidade dos atos e a idealidade dos fins;
é álibi, porque intimida e glorifica;
porque é poder enfim.

Na escritura política de Barthes o desejo de me embrenhar na escritura verde do momento, ou no desejo da escritura verde, que de tão engajada é individual. Ou seria individualmente engajada. Ou de tão engajada é só. Ou de tão só nada diz. Ou diz tudo.

Alguns temas, questões obsessões se avultaram na escritura política de Barthes em relação ao meu tema de pesquisa:

- o adiamento do discurso verde;
- o além da linguagem deste discurso;
- a noção de penalidade que o autor propõe;
- a palavra como álibi;
- a escritura do engajamento;
- a escritura do ethos verde;
- a escritura do desejo verde;
- a cumplicidade;
- a potência/impotência;
- a escritura verde como obsessão ou seria paixão do ser contemporâneo;
- obsessão pelo verde, pela falta dele ou em falar nele?

E daí, mais adiante, o prazeroso encontro com o jogo eu/ele das narrativas literárias, que não só faz sentido neste contexto de leitura, mas que significa significando, meu próprio ser texto, que quanto mais pensa a realidade, mais

pensa na existencialidade do real na escritura. E quanto mais fala 'eu', transborda e tenta fugir da crise que se instaura no ser na linguagem e que no jogo do signo do 'ele'significando, cumpre não mais o adiamento, mas o próprio ser-texto-escritura, na literatura ou quem sabe na vida.

Estes foram alguns apontamentos que tentaram expor o que me seduziu nesta leitura inicial de Barthes e que continua a seduzir, a cada nova aproximação. Procuraram ser ao máximo racionalizados, mas com certeza se deixarão arranhar em meu corpo engajado, certa da solidão que é escrever e por eu mesma não suportar esta solidão do ser-na-linguagem e não suportar, nem eu mesma, o que escrevi, as palavras que escolhi para falar dos conceitos barthesianos e seus desdobramentos ligeiros em minha história/passado.

BARTHES. R. O grau zero da escritura Novos ensaios Críticos. São Paulo: Cultrix, 1974.

II

Não sei se darei conta à tarefa a qual me proponho, pois por mais que falemos em mitos e que estejam presentes em nossos tecidos sociais e tecidos culturais, por mais que saibamos que ele está aí irradiando sentidos através de sua forma, não de seu conceito, talvez falte ainda experiência e caminhada para falar de mito com propriedade. Talvez a própria propriedade seja um mito que a história deformou, dando forma.

Para escolher um mito do qual falar, escolho uma mitologia bastante evidente em tempo que o 'celeiro do mundo' bate recordes de exportação. Poderia também tentar falar de um outro mito vinculado a esta expressão, o Agronegócio e possíveis implicações políticas e ambientais, ou ainda arriscar as imbricações da mitologização do homem do campo que sai da roça para ser alguém na vida.

Neste momento falarei do movimento e mais tarde da promessa, já que me parecem coladas.

Por isso falo do mito do progresso, das cidades, que não precisam ser grandes, dos centros, o mito do avanço que tomou conta do século XVIII ou antes e que ainda mantêm vivas as relações de colonialismo tardio das grandes potências, do grande centro, do centro do desenvolvimento, do foco dentro, irradiador do encontro com o ser-saber institucionalizado e verdadeiro, porque legitimador e porque nos faz ler as coisas, do único até então jeito possível de serem lidas: controle.

Falar da mitologização da cidade requer cuidado para não ficar só com os devaneios confessionais e ressentidos ou nos atributos científicos duros, umedecendo, conforme instrução, o que pode ser umedecido.

O mito da cidade como progresso implica campo como atraso.

Por si só, enquanto signo analisado reúne condições de significar, de juntar conceito e forma e de desvelar o movimento social o qual referenciamos.

Mas analisado ao sabor do dia, ao sol quente da roça, às crises pela terra e pelas condições de trabalho, ao celeiro do mundo que passa fome, a cidade como progresso institui-se em sua forma, o puro o deformado natural, o agora naturalizado do ser da roça para o ser da cidade. Mas para, além disso, é naturalizado que na roça, na mata, no sol quente, no desabitado, no campo aberto e na escuridão assustadora das florestas não há progresso, há atraso, pois lá, só há o romântico, não a razão, só o *fugere urbem*, o deleite, o prazer, o pecado. Pois não está no centro: está na margem e se está na margem está longe e fora, ficou para trás.

Quero aprender mais sobre como decompor estas mitologias. Desmitologizá-las, despí-las de seu substancial pesado e aparentemente engajado, analisando neste movimento descontínuo do tempo do agora e do tempo da história, juntando ainda o meu passado inquisidor que se entrega nas palavras escolhidas e ardidas, gozando mais no processo que no final dele.

Mas como se aproximar de algum mito, se ele cobre e recobre nosso tecido social? Como pensá-lo, se é oco, é pura forma deformada e naturalizada?

Talvez, deixando-nos ler e sentir a história deformando-os, dizia o mestre, nos mais variados níveis e lugares de nossas epidermes sociais.

Estudar para ser alguém na vida

Visto que o mito é uma fala escolhida pela história e não o contrário, já que o contrário evocaria um condicionante direto, que, parece-me não ser a condição de existência de um mito, então poderíamos pensar que não é natural o 'estudar para ser alguém na vida'. Ele sim é, conforme explica Roland Barthes, deformado, precisamos estudá-lo na medida em que significa.

Quando o fato paralisa a intenção, através de seu significante significando, simultaneamente verdadeiro e irreal: temos o mito construído e pleno.

Então, não é natural 'o estudar para ser alguém na vida', mas precisou-se de uma força, uma rede de possibilidades que justifica e que naturaliza as intenções do mito sem que percebamos, instituindo-o, já que segundo fala Barthes: o mito é uma fala excessivamente justificada e sua significação não é arbitrária. É sim motivada. Em tempos que apenas o ser, já corre de si, o ser do sítio, além de correr para o encontro com o ser-saber, precisa também correr de si, correndo do ser.

Se o mito rouba a linguagem, se transforma o sentido em forma deformada pela história, no 'estudar para ser alguém na vida' o que parece óbvio e dado se disfarça em nossa época num mito presente, num mito recorrente, no seu poder de acontecimento. Saborosamente atual, conforme diz Roland Barthes.

Por isso podemos pensa-lo, conforme Barthes nos ensina, com as seguintes funções:

- é um modo de significação, uma forma;(p. 131)
- em relação a forma, "impõe limites históricos, condições de funcionamento, reinveste nela a sociedade; (p. 131)

- precisa ser estudado apenas na medida em que significa; (p. 134)
- o mito designa e notifica, faz compreender e impõe;(p. 139)
- tem como função deformar (p. 143)
- o mito transforma a história em natureza (p. 150)
- o mito é uma fala inocente porque naturalizada (p. 152)
- transformar o sentido em forma; roubo da linguagem (p. 152)
- o mito evacua o real, escoamento incessante, uma hemorragia, uma evaporação, uma ausência sensível. (p. 163)
- participar de um construir do mundo, através da imersão numa falsa natureza.

Então, não precisamos analisar conceitualmente, explorando todos os sentidos da expressão acima descrita, pois nela mesma, encontramos, no movimento de significação, o próprio mito, materializado, que não só acontece, como acontece num nível petrificado, pronto, acabado: não só em nosso imaginário social, como pulsante no próprio desenho da vida...é só ler as cidades e as pequenas propriedades mastigadas pelas vacas ou esverdeada com as plantações de cana. Ou ainda percorrer comunidades rurais com suas escolas silenciadas pelo tempo, pela história. Está num estado puro e inocente, por isso intocável. E se a significação do mito, como um sistema semiológico segundo, começa onde termina o parecer lingüístico, onde o processo dá um rodopio e volta através da forma, é porque é puro significante que o mito participa da construção do real, ou melhor, da mitologização dele, provocando um adiamento perene da volta, acabando por organizar, conforme provoca Barthes: “um mundo sem contradições, porque sem profundezas, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias”.(p. 163-164).

Então, falar destes temas procurando neles o que há de mito, além de provocação é paixão. É obsessão sim, pois foge do controle racional de minhas escolhas e cai no ralo de meus cuidados íntimos e de minhas inquietações mais secretas, porque me acompanham há muito tempo, antes torturando, agora

excitando. E se algo pode ser aprendido com esta Ciência que estuda idéias-em-forma, que discute Barthes, quero aprender com ele a procurar a tal reconciliação que propõe: “entre o real e os homens, a discussão e a explicação, o objeto e o saber.”(p. 178).

BARTHES. R. Mitologias. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

III

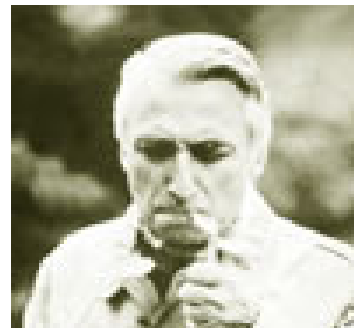
Barthes

não sei se o leio
não sei se o sinto
não sei se me entrego
só, sei que me excito
em seus escritos da pele
em seus escritos do corpo
não suporto escrever dele
por não suportar a escritura
a solidão que ele disse
e o ser-social que entontece
Barthes que grita
em cada palavra escolhida
Barthes que canta,
em cada verso prosaico
Barthes que dança na escritura

Agarrando o seu ser escritor,
onde e quando é possível sentir seu passado
onde e quando é possível sentir sua história,
onde e quando o sentido que o faz é deformado
onde e quando sua letra é caos
onde e quando sua letra é movimento
é tormento
é prazer
é catarse e pulsação
arte e emoção, dança semiológica
para além da linguagem
para depois do antes
onde exista um pinga de verdade
lá, onde mora a alteridade
lá quando reúne em uma só frase
todo o olhar Barthes, letras traçadas
letras encantadas
Quando leio e sinto Barthes:
“Em que canto do corpo adverso devo ler minha verdade?”

IV

“Em que canto do corpo adverso
devo ler minha verdade?” R.B



devo ler sua verdade em sua escritura,
em suas palavras engajamento,
em seus escritos políticos,
em sua cultura naturalizada,
ou nos pequenos mitos/mundos burgueses?
devo ler sua verdade em sua tuberculose propícia,
ou nas camas que te abraçaram na doença?
devo ler sua verdade em suas interrogações de vida,
em suas interrogações de morte,
em sua leitura de textos sociais,
ou em sua leitura de textos íntimos?
devo ler sua verdade em que canto de seu corpo/texto ?
em seu corpo sedutor?
no tecido de sua pele ou no tecido de seu pulmão?
devo ler suas verdades em sua solidão escrita
ou nas ruas de solidão da França fria?
em seus desejos disfarçados
ou em seus desejos escancarados?
devo ler seus desejos em sua escritura?
assim como devo ler seu sexo em suas palavras?
seu sexo espírito? seu sexo carne?
devo ler, Barthes, sua verdade em sua forma ou em sua substância?

em seu significante ou em seu significado?
em suas cores prediletas ou em seus traços sutis.
ou em quais palavras escolhidas?
ou na força das palavras de seu tempo?
ou ainda em sua plástica vida, vivida ou em sua representação?
devo ler em seu discurso amoroso?
na ausência ou no excesso do outro?
na ausência ou no excesso de si?
em sua escritura do neutro?
em suas mitologias da vida?
ou em Michelet, seu homem história?
devo ler em suas revoluções íntimas
ou em suas revoluções coletivas?
devo ler suas verdades em que canto de seu corpo?
em que fase de sua vida?
no desejo de jovem ou no desejo de sábio?
em que rua da França? em que esquina escura?
em que olhar atravessado ou em que excitação do corpo?
que verdade efêmera procurarei nesta dança, Barthes?
danças comigo, Barthes e mostre-me...
os tantos outros que compuseram suas/minhas verdades.

BARTHES. R. *Michelet*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

V

Por uma outra crítica

Não há nada de espantoso no fato de um país retomar assim periodicamente os objetos de seu passado e descrevê-los de novo, para saber o que pode fazer deles: esses são, deveriam ser procedimentos regulares de avaliação. (grifos do autor, p. 187)

o que não é tolerado é que a linguagem possa falar da linguagem. A palavra duplicada é objeto de uma vigilância especial por parte das instituições, que a mantêm geralmente sob um código estreito: no estado literário, a crítica deve ser tão “controlada” quanto uma polícia: liberar uma seria tão “perigoso” quanto popularizar outra: seria por em causa o poder do poder, a linguagem da linguagem. (destaque meu, p. 190)

Enquanto a crítica teve por função tradicional julgar, ela só podia ser conformista, isto é, conforme os interesses dos juízes. Entretanto, a verdadeira “crítica” das instituições e das linguagens não consiste em “julgá-las”, mas em distingui-las, separá-las, duplicá-las. Para ser subversiva, a crítica não precisa julgar, basta falar de linguagem, ao invés de a usar. (grifos do autor, p. 190)

se aplicássemos (uma certa estética do público de Aristóteles) hoje às obras de massa, chegaríamos talvez a reconstituir o verossímil de nossa época; pois tais obras não contradizem nunca o que o público acredita possível, por mais impossível que isso seja, histórica ou cientificamente” (p. 191)

Percebemo-lo sobretudo em seus espantos e em suas indignações diante das “extravagância” da nova crítica: tudo lhe parece “absurdo”, “esquisito”,

“aberrante”, “patológico”, “desvairado”, “assustador”. O verossímil crítico gosta muito das “evidências”. Essas evidências são entretanto sobretudo normativas.

*Defendendo aqui o direito à linguagem, não meu próprio “jargão”. Como poderia, eu, aliás, falar dele? Existe um profundo mal-estar (um mal-estar de identidade) em imaginar que se possa ser proprietário de uma certa fala, e que sejam necessário defendê-la como um bem em seus caracteres de ser. Existo, pois **antes** de minha linguagem? Quem seria esse **eu**, proprietário precisamente daquilo que o faz existir? Como posso viver minha linguagem como um simples atributo de minha pessoa? Como acreditar que, se falo, é porque existo? Fora da literatura é talvez possível cultivar essas ilusões; mas a literatura é precisamente o que não o permite. O interdito que vocês lançam sobre as outras linguagens é apenas um modo de vocês se excluírem da literatura: não se pode mais, não se deveria mais poder, como no tempo de Saint-Marc Girardin, fazer o policiamento de uma arte e pretender falar dela. (p. 203)*

ANTIGA CRÍTICA	NOVA CRÍTICA
<p>OBJETIVIDADE CARTESIANA POSITIVISTA: externo, validade do objeto:</p> <p>“a que instrumento de verificação, a que dicionário iremos submeter essa segunda linguagem, profunda, vasta, simbólica, da qual é feita a obra, é que é precisamente a linguagem dos sentidos múltiplos?” (p. 193)</p>	<p>SUBJETIVIDADE: COMO FAZER VALER O OBJETO?</p> <p>“Qual é esse sentido? Será o da “subjetividade”, de que acusam o novo crítico? Entende-se ordinariamente por crítica “subjetiva” um discurso deixado à interia discricção de um sujeito, que não leva absolutamente em conta o objeto, e que se supõe (para melhor o oprimir) reduzido à expressão anárquica e tagarela dos sentimentos individuais” (p. 224)</p> <p>“Ao que poderia responder por uma SUBJETIVIDADE SISTEMATIZADA, isto é, cultivada (ligada à cultura), submetida a imensos constrangimentos, saídos eles próprios dos símbolos da obra, tem mais chance, talvez, de se aproximar do objeto literário do que uma</p>

	objetividade inculta, cega com relação a ela própria e que se (a)obriga por detrás da letra como por detrás de uma natureza. (p. 224-225)
SUJEITO = EU	SUJEITO = SIGNIFICANTE VAZIO
CLAREZA (APARENTE), mas DISCIPLINADA, COAGIDA, VIGIADA Palavras	CONFUSÃO FALADA ou SILENCIADA silêncio
PALAVRA PELA PALAVRA Indiscutível – doxa “verossímil crítico” (p. 190)	PALAVRA: SÍMBOLO Rachaduras (para além da doxa) TEXTO O que traz o símbolo é a necessidade de designar incansavelmente o NADA do EU que sou.” (p. 225)
SENTIDO ÚNICO	POLISSEMIA
AUTOR ÚNICO	POLIFONIA (Bakhtin)
GOSTO “Como designar esse conjunto de proibições que dizem respeito indiferentemente à moral e à estética e no qual a crítica clássica investe todos os valores que ele não pode relacionar com a ciência?” (p. 196)	PRAZER “O gosto é de fato uma proibição da palavra. Se a psicanálise é condenada, não é porque ela pensa, mas porque ela fala”.(p. 197)
DOIS PÓLOS CABEÇA: fria, alto, dentro; SEXO: quente, baixo, fora.	INTERCÂMBIO ALTO E BAIXO – BAIXO: “Princípio “explicativo” do alto aparente. (p. 197)
DENTRO E FORA	VERSO E REVERSO – LACAN “ segundo a idéia de Jacques Lacan, sua topologia (a do homem psicanalítico) não é do dentro e do fora, ainda menos do alto e do baixo, mas antes de um <i>verso</i> e <i>reverso</i> móveis, que a linguagem troca constantemente de lugar e revira em torno de algo que, para terminar e para começar , não existe.” (p. 198)

BARTHES, R. *Crítica e Verdade*. Ensaios Críticos. São Paulo: Perspectiva, 1999

VI

A morte do autor

A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo aonde foge nosso sujeito, o branco-e-preto onde vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve. (p. 65)

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a “mensagem” do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é origina: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura. (p. 69)

Mil focos da cultura, mil focos da cultura, mil focos da cultura. Se o texto é este composto híbrido assim como nossa cultura, perde-se toda e qualquer identidade no texto. Como se nesses “rios de discurso”, os sujeitos de amontoassem nas margens formando manchas densas de resíduos: resíduos químicos, orgânicos, resíduos. Resíduos palavras, resíduos sentidos, resíduos signos cantantes que se juntam e às vezes novamente escapam para as correntezas violentas das águas marginais da vida na linguagem, na lida com as formas que habitam essas marginalidades de nossos rios de discurso. Se morro em cada palavra escolhida, ressuscito meu corpo em cada palavra lida: nova catarse, novo movimento: morte e vida ali: no vai e vem intenso, contínuo e libidinoso das palavras em mim, incontrolláveis movimentos no dentro e no fora, dos outros e outros.

Da obra ao texto

Do global ao local. Das verdades institucionais às verdades enunciativas do eu/aqui/agora. O sistema de referências de Einstein. Uma relatividade não caótica, mas referenciada espaço e temporalmente, ao mesmo tempo aberta. Um movimento de pensar grande pensar pequeno. Pensar grande e pensar pequeno na escola. Micro-escolhas saudáveis. Ética.

O texto: não computável. Obra “é um fragmento de substância, ocupa alguma porção do espaço dos livros”.

Texto: sempre paradoxal. Texto signo, obra significado. Texto plural. Texto sempre na sua diferença. Diferença de ruídos penetrantes: caos iluminado, demônio em legião: prazeres.

Obra: filiação, interpretação, significado, profundezas (do inferno), institucional, propriedade.

Texto: rede em combinação, sistema corruptíveis.

Obra: consumo. Texto: jogo.

Obra: consumo. Texto: prazer, gozo, outros, outros, outros, mais, mais, mais: relações das linguagens: “nenhuma leva vantagem sobre outra” apenas circulam, para uma teoria do texto, diz Barthes.

BARTHES. R. *O rumor da língua*. Ensaios Críticos IV. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

VI

Aula

O que dizer de um livro quando ele é o primeiro de um autor. Quando ele apresenta de forma violenta um caminho teórico desconhecido, mas assim mesmo possível de ser lido.

Aula foi a primeira dança com Barthes. Foi uma apresentação, um bem vindo, um abrir de portas. Ao ler Aula, com esforço para não deixar que o desconhecido das palavras e teorias me segurasse. Aula foi um primeiro movimento com o corpo/escritura de Barthes, talvez por isso mesmo apaixonante, único, excitante. Impressão de mulher? Instinto? Não sei. Só sei que a sapientia de que fala Barthes ao final de sua aula inaugural foi e ainda é propulsora de pensares, não menos marginais, como é sua própria escritura.

A primeira dança com Barthes, o primeiro toque, o primeiro afago jamais será esquecido. Na Aula, vultos teóricos que se fazem em permanente diálogo com outros seus colegas e as práticas discursivas de nosso tecido social. O que escreve Barthes sobre o poder, basta-me para falar não do poder, conforme instrui o professor, mas falar de poderes e destes na e pela língua:

o poder (a libido dominandi) aí está, emboscado em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder.(p. 10)

por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercambio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes,

nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por seguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. (p. 11)

mas nossa verdadeira guerra é contra os poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpetuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para “destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. [...] O poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado a história inteira do homem, e não somente a sua história política, histórica. (p. 12)

Então, se não é possível, para Barthes, falar em poder sem falar em língua, em linguagem, para ele servidão e poder estão na língua, como escapar dela, como sair, como se tornar livre. O autor avisa: não existe liberdade senão fora da linguagem. E este fora, para o autor, só poder na literatura, onde se joga com a linguagem, faz-se trapanças.

Difícil falar de um texto denso como este, quando sua própria densidade é pedagógica, é uma aula. Então, trazer aqui os momentos de seu texto que mais frui um pensar educação, língua, poderes e perigos:

Mas do ponto de vista da linguagem, que é o nosso aqui, essa oposição (ciências e letras) é pertinente: o que ela pode frente a frente não é alias, forçosamente, o real e a fantasia, a objetividade e a subjetividade, o Verdadeiro e o Belo, mas somente lugares diferentes de fala. Segundo o discurso da ciência – ou segundo certo discurso da ciência – o saber é um enunciado. O enunciado, objeto habitual da lingüística, é dado

como o produto de uma ausência do enunciador. A enunciação, por sua vez, expondo o lugar e a energia do sujeito, quiçá sua falta (que não é sua ausência), visa o próprio real da linguagem; ela reconhece que a língua é um imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes; ela assume o fazer ouvir um sujeito ao mesmo tempo insistente e insituável, desconhecido e no entanto reconhecido segundo uma inquietante familiaridade: as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa. (p. 20-21)

Depois de um caminhar com Barthes, algumas visitas desde a *Mitologias*, muito ainda parecem querer falar as palavras, saltar aos olhos, por isso mesmo esta prática de escolher certas palavras e não outras para falar de Barthes, isso mesmo me remete a tagarelice a qual me ensinaram. Mas a leitura de *Aula*, depois de outros membros e músculos visitados, frui ainda mais. Quando escreve sobre seu projeto semiológico, penso sim agora nas possíveis articulações com os estudos culturais e as práticas discursivas, portanto culturais, as quais estamos diariamente envolvidos. “como uma sociedade produz estereótipos, isto é, cúmulos de artifício, que ela consome em seguida como sentidos inatos; isto é, cúmulos de natureza.” (p. 33), seus mitos, diria ele em outro papel, a fala naturalizada do mito. Este projeto semiológico que Barthes não assume para si como uma disciplina, talvez, possa ser pensado hoje, quando tantas disciplinas se imbricam na linguagem, nos discursos e nas práticas sociais: lingüistas pensando a cidade; educadores pensando o discurso do corpo; historiadores escrevendo pequenas histórias e não mais a grande História; filósofos falando em efêmeras verdades, enfim, pensando a realidade através de sínopes de significantes, de cultura, do estar passageiro das palavras, não do ser.

Como já dito, o final da *Aula*, onde fala de sua instituição e do lugar que o tomou para falar e não o contrário, o grande ensinamento:

Há uma idade em que se ensina o que se sabe: mas vem em segunda outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe a sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: Sapiencia: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o Maximo de sabor possível. (p. 47)

O que dizer além de que Barthes educador inspira? Mais: Barthes educador ensina. Estou aqui para saber: o que preciso saber para ensinar saboreando?

BARTHES, R. *Aula*. 11ª edição. São Paulo: Cultrix, 2004.

VII

Prazer

O jovem caçador argentino, da prisão, escreve algumas palavras ao seu companheiro cão. Na língua daquela correspondência, daquela escritura, o úmido de seu corpo e de seu sexo. O jovem rapaz, antes de enviar a carta, esfrega o papel em seu corpo, em seu peito, em seu sexo. O cão recebe. Cheira, sente.

Difícil escolher palavras que remetam a simples e bela cena no filme *Mas que el Mundo*, exibido no CIC durante o Florianópolis Áudio Visual - 2005.

Mas se Barthes termina o Prazer do texto falando da presença do focinho humano, foi inevitável estabelecer um elo com a cena. Frenesi inconseqüente? Relações possíveis ou não possíveis, adiantadas talvez?

O próprio lugar de situar este comentário já se faz não sem crise. Onde instaurar minha linguagem de outras linguagens. Onde começa e onde termina

meu prazer e minha fruição, ao escrever, ao ler ou ao escrever sobre escrever. A crise que fala Barthes na página 21 sobre o texto de fruição:

aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado) bases históricas, culturais, psicológicas do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem.

É desta crise da linguagem que não me sinto apta a falar. Faltam-me palavras, caminhar, leituras? Só sei que as leituras de Barthes, desde os primeiros passos dessa dança, sua escritura instaura a minha crise da linguagem. Desde muito cedo me confundo na linguagem. Não sei o que está fora e o que está dentro, se é possível um pensar assim depois de Freud e Lacan.

Os prazeres da linguagem, os caminhos marginais que fala o autor, só sinalizam ao risco, a não-linearidade, às imbricações perigosas no vai e vem do significante. Faz-se necessário ficar nele, gozar nele. Não sair dele. Suportar até o momento final de estouro, da explosão que proclama o autor.

Faltam-me palavras. Excesso de tagarelice. Existe tanta tagarelice em nossos tecidos sociais, tanta procura, tanto excesso e verticalidade, tanto disso em mim. Tentam explicar e dizer tudo, pois ao dizer tudo nada é dito. Talvez, confunde-se na tagarelice explicada pelo sujeito psicanalítico, uma tentativa de caminho sem volta. Sem contramão. Sem desvios. Fala-se muito. Erguem-se bandeiras. Proclamam salvações, vitórias, a grande virada. Mas proclamam nas palavras conformadas, ordenadas, aceitas, porque únicas e solitárias ou numa pseudo militância através de palavras performativas, não performatizadas. Nem sei se esta palavra é possível, mas aqui a tentativa de sair do performático para a performance. Não querer fazer-se entendida, mas fruída, logo numa causa que é pra ontem e ainda será do amanhã. Porque o prazer do texto não coincide com o prazer das idéias, escreve o autor:

O prazer do texto é esse momento em que meu corpo vai seguir suas próprias idéias – pois meu corpo não tem as mesmas idéias que eu.(p. 24)

E se o prazer do texto instaura a deriva constante, a lida entre o mundo das letras, as letras da cultura e a cultura das letras, o como se fazer escrita sem se fazer caótica, sem se fazer pedante quando nem se entende muito bem o pedantismo, quando as próprias palavras não são suficientes para reportar o estado do caos iluminado das letras, quando estão nas palavras mesmas ida e volta, do significante, do estar no mundo, do ler o mundo e os textos-mundos.

Difícil (ou fácil) criar um território conceitual em texto. Sendo que o texto tecido é aceito como fim e único. Difícil também se situar em territórios culturalmente delimitados e solidificados: ou és ou não és; esquerda/direita; conservador/liberal; verde/não verde; teórico/prático; materialista/trancedentalista; intelectual/militante; ou até professor/aluno.

Se o prazer do texto por mim experimentado pode vir a ser socializado, como fazê-lo sem ser falante. Como fazê-los apenas remexendo-se nas letras (e ao meu ver no mundo) sem ter a pretensão de esconder o lugar de onde sussurro para construir outros lugares ou espaços institutivos do jogo do texto e da pessoa que lê.

Como falar sem marcar a classe, a confissão ou a busca? Como? Experimentando com um medo besta de ser inconseqüente, de ser insensato ou caótico. Barthes (2004, p. 40) ensina:

O prazer do texto não tem preferência por ideologia. Entretanto, essa impertinência não vem do liberalismo, mas por perversão: o texto, sua leitura, são clivados. O que é desbordado, quebrado, é a unidade moral que a sociedade exige de todo ser humano.

Fala do caráter associial da fruição (p. 48):

Ela é perda abrupta da socialidade e, no entanto, não se segue daí nenhuma recaída do sujeito (subjetividade), na pessoa, na solidão: tudo se perde integralmente. Fundo extremo da clandestinidade. Negro de cinema.

Esta fruição no possível, então, na literatura? Onde a linguagem decepçiona: nem social, nem ideologia. Como não desejar esta decepção? Seria possível, então, tentar uma ciência das decepções? Cujo objeto de prazer e de análise começa e termina na linguagem, na crise de estar na linguagem? “Pára o mundo que eu quero descer!”. E se for necessário ficar (e é), quero me lambuzar mais neste jogo de sedução. Ver até quando suporto este vai e vem prazeroso de um falar sobre um discurso, falando de mim, de minha lida com a linguagem e a condição linguajeira que estamos (talvez sem opção) mergulhados. Correndo os riscos que fala Barthes na pág. 57, falando de prazer e fruição onde não é possível falar prazer e fruição, mas já falando e por isso instaurando um lugar passageiro. Vivendo intensamente os riscos da classificação: alienados políticos numa sociedade por ele escrita como frígida em sua própria calmaria e violência.

Agora um pensamento possível, desde a primeira leitura dessa descrição da pág. 59, falando das pequenas vozes que compunham sua cena de bar. Às vezes penso nas relações pretendidas talvez impossíveis como esta inconstante música composta em nossos cenários: cultura, educação, letras, imagens. Tudo se cruzando, formando uma polifonia, uma dança efêmera, por onde passam as palavras, como diz Barthes, por entre-lugares de palavras sem dono e com dono: na fruição dos discursos sociais e individuais. Prazer do texto como práticas:

Textos de fruição. O prazer em porções, a língua em porções, a cultura em porções. [...] Texto da fruição é absolutamente intransitivo.” (Barthes, 2004, p. 62, grifo do autor)

Mesmo que saibamos, com Barthes (2004):

Mal se acabou de dizer uma palavra, em qualquer parte, sobre o prazer do texto, há logo dois policiais prontos a nos cair em cima: o policial político e o policial psicanalítico: futilidade e/ou

culpabilidade, o prazer é ou ocioso ou vão, é uma idéia de classe ou uma ilusão. (67)

E somente concordando em aproximar o texto dos prazeres da vida como ele canta:

fazendo entrar no catálogo pessoal de nossa sensualidade, seja em abrir para o texto a brecha da fruição, da grande perda subjetiva, identificando então esse texto com os momentos mais puros da perversão, como seus locais clandestinos. O importante é igualar o campo do prazer, abolir a falsa oposição entre a vida prática e a vida contemplativa. (p. 69)

o prazer é neutro (p. 76)

o prazer do texto é isto: o valor passado ao grau suntuoso do significante.” (p. 77)

O cachorro cheirando a carta. Abana o rabo eufórico. Lambe. Ou seria: frui?

BARTHES, R. *O prazer do texto*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2004

EFEITO III

Verde Efêmero⁴

Disposta a colaborar, através de minha tentativa de linguagem engajada, neste espaço que me é aberto, atento para as incertezas que estarei explorando nestas linhas, incertezas porque originárias de observações e percepções de um modo ensaísta de derreter sentidos, ressignificar nomes, ou ainda, apenas ler, conforme iluminam fontes de inspiração, como Roland Barthes e seus estudos semiológicos.

O objetivo desse texto, dessa escritura efêmera, cheia e vazia, desta tentativa de diálogo, quase enganoso, que tento travar com meu corpo através de algumas palavras escolhidas é passear simbolicamente por entre os parques verdes de nossos tempos. O objetivo é de lê-los, senti-los, passando por eles e neles percebermos significações gritantes, significações através desse único e verde significante parque ecológico ou nos pulverizados significantes espalhados pelo chão. Poderia ser as mata ciliares da infância, em Nova Esperança, no Paraná, onde nasci e morei até a juventude, poderia ainda ser o Parque do Ingá que me recebeu durante os anos de graduação em Maringá, a cidade Verde, poderia ser o Jardim Botânico da cidade Curitiba, por onde passei efêmeros momentos verdes, os encantados morros e reservas da Ilha de Santa Catarina, espaço que me acolhe agora, as reservas de nossas serras do Mar, porção efêmera de Mata Atlântida ainda existente, ou ainda o parque mundo Amazônia, seio do Brasil, mito gélido e obscuro de nossa identidade verde ou o muito de tudo isso chega a nossas casas e olhos, através de anúncios de jornais, cenas exuberantes na tv e convites irrecusáveis da indústria do ecoturismo.

Pensando um pouco sobre estes espaços e mundos verdes, pensando nestes espaços de matas verdes de um Brasil infância e com sensação de colonialismo tardio, propomos, através deste texto, dessa teia tênue, conforme fala João Cabral de Melo Neto, teia tênue que se vai tecendo através da proliferação

⁴ Ensaio apresentado em forma de painel ao V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental.

das letras e discursos, uma discussão ao redor da produção dos sentidos desses espaços, aqui analisados como mitos. O mito do ser verde da contemporaneidade. Desde já antecipamos que desejamos, nesta escritura, somente dialogar com o que a comunidade acadêmica vem produzindo a respeito e lançar palavras escolhidas na tentativa de esvaziar, enchendo nosso desejo de escrever sobre este assunto, que mais que engajamento, é paixão, sedução, é obsessão, enfim. Bifurcaram-se nesta reflexão, algumas premissas dos Estudos Culturais, através de Canclini (1999) e Hall (2001), como também e, principalmente, conceitos propostos por Barthes (1993, 2004), autor propulsor desta escritura durante a realização da disciplina Barthes e a Educação, ministrada pelo Professor Wladimir Garcia, no primeiro semestre de 2005, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

O que nos vem à cabeça quando pensamos nos parques verdes? Que sentidos atribuímos às cenas exuberantes de um país quase parecido com o Brasil, presente nos livros de geografia ou nos programas de TV às sextas-feiras à noite?

Lemos o que vemos? Lemos o que desejamos ler? Lemos o que nos é mostrado? O que nos é congelado aos nossos olhos? Ou nada Lemos? E ainda: buscamos algum significado ou congelamos nosso olhar no sentir o significante passando? Passando não, congelado, estéril, intocável? O que pensamos, o que sentimos, o que desejamos quando o signo parque verde, parque ecológico, nos é aproximado?

Não são perguntas com respostas fáceis, ao menos pra mim, nos limites desta escritura e nos limites de onde situo meu olhar dinâmico e perene.

Situando-me nestas questões de aparência desconexas ou desnecessárias, quase paradoxais ou que elencam questões muito complexas aos limites deste empreendimento, mas que para mim, do ponto do qual hoje falo, precisam ser trazidas a debate para serem pensadas com pessoas que pensam nas mídias hoje, pensam na produção e recepção de sentidos que se mostram alteradas dia após dia, em nossos cotidianos multidimensionais e em nossos espaços e tempos

atomizados. Pessoas que não mais pensam nas mídias cavoucando nelas a chaga da humanidade perdida ou ainda que cavouca nas mídias o começo e o fim do status quo, ou ainda que sentem as mídias como chuva ácida de palavras, mas que as considera como mediadoras da mensagem, atravessadoras do canal descontínuo, não linear e dinâmico da comunicação.

Por isso, trago este 'pensar junto aqui' com este núcleo de discussão, tentando pensar como estas imagens, palavras, signos significando, enfim, são aproximados de nós, parecem naturais, mas não o são, e mais que isso parecem compor um real muito próximo, um real ligeiro, porque um real suplantado para outro lugar, porque petrificado, como fala Barthes (1993), porque congelado, porque mitologizado.

Aqui, chegamos ao que se constitui o que de principal temos para falar: não que o mito verde estandardizado nas epidermes midiáticas, sociais, culturais e naturalizadas, diferentes de naturais, seja mal ou ruim, precisa ser banido ou destruído. Talvez sim desconstruído. Não estamos aqui pretendendo julgar a presença desses mitos, estamos aqui, na perspectiva barthesiano de mito, pensando a significação dos parques ecológicos, reservas de preservação como significação mitológica, ou seja, naturalizada no próprio real.

Quando discute sobre o mito, Barthes (1993) fala que é um modo de significação, uma forma, uma forma que impõe limites históricos, que podem ser entendidos como condições de funcionamento, que parecem reinvestir nela a sociedade e atenta ainda que "precisa ser estudado apenas na medida em que significa." (p. 134), pois é no próprio movimento de significância, no congelamento do significante, é que mantém-se o mito deformando o real, fazendo-o compreensível e naturalizado: roubando, como diz Barthes (1993), a própria linguagem, evacuando o real através de uma ausência, mas atenção, conforme o próprio autor instrui: "uma ausência sensível" (p. 163)

Quando lemos e sentimos os parques verdes, ecológicos, sentimos e lemos um pouco de nós. Composto molecular de corpos desejosos e sedentos: espaços e tempos únicos e efêmeros. Sentimos a composição híbrida das matas, os

poucos pássaros cantadores, a sensação de refúgio e paz ou quem sabe sentimos a romanticidade no ar, daquela que escreviam os românticos: fugere urbem! Ao nos aproximarmos destes parques corações pulsantes, aproximamos também nosso corpo, por isso vibramos, e de alguma maneira, lendo os significantes, sentimos também nosso desejo verde, nosso desejo de ser verde, de atear a bandeira no capitalismo escravizante, desejando a identidade verde, que num plano de sentidos flutuantes talvez num imaginário coletivo verde, faz-nos sentir pertencentes ao verde, mas impotentes através deles ou neles. Sentimos o desejo verde, mas os ventos gélidos de um real intocável, sobrepõem-se ao desejo e lemos, daí, somente o que pode ser lido. Lemos o verde. E sentimos o mesmo quando ateamos fogo em nossa paixão verde, que é paixão identitária, que é paixão nacional, impressa no símbolo de nosso Brasil, que imprime, no próprio verde, sobreposto a ele o performático: ORDEM E PROGRESSO.

Mas sentimos também a escuridão. Sentimos também a mata desabitada do passado que nos amedronta. Sentimos o verde quase negro de um tempo que Brasil não era Brasil e sentimos então que lá, nossas identidades são efêmeras como uma breve férias do real cotidiano e de um cochilo do corpo. Lemos nos parques ecológicos, porções simbólicas de uma causa que virou moda e que está aí, em excesso, enchendo os rios de discurso de letras verdes. Pensamos em significações múltiplas, mas possíveis de uma porção verde, porção intocada de uma natureza espetáculo, que abriga, mas também faz-nos perdidos e deslocados. Uma natureza que ao mesmo tempo que chama, também reclama, ao mesmo tempo que convida, expurga, manda embora, quer manter-se pura, virgem, intocada, não penetrada, não explorada. É o próprio corpo da natureza que nos lança a este lugar inquieto onde não sabemos se lemos o prazer ou se lemos o medo, se desejamos o aqui/agora ou desejamos o deleite eterno. Se penetramos com toda força e gozo ou se nos salvaguardamos para um futuro possível, por mais que distante. Se deixamos falar esse instante verde que grita.

E neste jogo de sedução, de paixão, de interpenetrabilidade de nós na natureza e da natureza em nós, lemos o signo verde e precisamos falar do signo

verde, precisamos fazê-los significar. E só o fazemos através de nosso corpo, deveras, verde.

É neste momento que falo de um desejo verde, quando sentimos o verde, o vai e vem do desejo na mata e do sentido inverso, é que podemos sentir o desejo verde nos tomando, nos seduzindo, nos enlaçando em abraço apertado, escandaloso, obsceno, mas radicalmente passageiro.

O sentir o corpo verde, através de nossos corpos em contato com os parques/corpos verdes, faz-nos questionar até que ponto a questão verde realmente nos abraçou. Até que ponto ela nos pegou. Até quando conseguimos manter-nos em seus movimentos, até que ponto conseguimos agüentar neste jogo de ausência e presença de prazer nesta relação com o verde, com a natureza. Até que ponto está em nós ou não. Até que ponto este real verde é real. Até que ponto este misto faz-nos imergir no real simbólico, no real atravessado por tantas virtualidades ou num real naturalizado, travestido de real, num real mitologizado e por isso intocável.

É para pensar em todas essas relações que tentamos criar possibilidades de aproximação entre o corpo que sente e que vive, o nosso corpo que nos leva e nos traz e este grande corpo verde, estes corpos verdes, conglomerados de corpos verdes espalhados, mas circunscritos, delimitados, selecionados ou pré-fabricados para alimentar os desejos de uma pseudosubjetividade verde, que não pensa com o espírito, mas pensa com o corpo, porque nele se expressa, sente, respira, corre pelos parques, misturando-se a eles em pequenos momentos de nossas narrativas diárias, em nossas micro-escolhas pelo verde, nosso efêmero verde, enfim.

Referências

BARTHES. R. *Mitologias*. 9ª edição. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993

BARTHES. R. *O grau zero da escritura*. Novos ensaios Críticos. São Paulo: Cultrix, 1974.

BARTHES, R. *O prazer do texto*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

GARCIA, W. “Éticas contemporâneas e meio ambiente.” In: GUIMARÃES, L. B.; in BRUGGER P.; SOUZA S.C.; ARRUDA, V.L.V. (Orgs.). *Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

HALL, S. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.



Verde Efêmero
Cristiane GUIMARÃES
Mestrado em Educação – PPGE / UFSC
krisinha@yahoo.com.br

EFEITO IV

Nas margens da Educação⁵

- Professor, posso levantar a cabeça?

Não! – responde o professor alterado – agora é hora de ler!

Este texto começou a ser tecido durante as aulas que marcaram as primeiras letras de meu Mestrado em Educação, em especial de minha introdução aos escritos de Roland Barthes. Estas letras, essas palavras iniciais, em alguns momentos me lançaram a dúvidas acerca das escolhas teóricas e em outros momentos me fizeram entender o porquê de tanto estranhamento em algumas disciplinas e “lugares”, já que a impressão obtida em meu próprio deslocamento de “lugar” institucional, de Letras para Educação, esse constrangimento de pisar em novo solo, ele mesmo foi e está sendo pedagógico, por permitir reconhecer a configuração do controle do discurso que aborda Michel Foucault (1996) em seus escritos e experimentar, a partir do movimento sobre o como falar a Educação hoje, falar de um lugar cambiante, porque não representado por chavões e bandeiras que demarcam a ciência da pedagogia e o que já foi legitimado por ela.

Não posso deixar de inscrever aqui o prazer de ter sido introduzida aos escritos de Roland Barthes através da disciplina que me permite escrever hoje. Conforme acredito terem sido os meus esforços em relação a este espaço simbólico constituído nas aulas, as conexões e reflexões aqui lançadas são apenas paisagens iniciais avistadas, indicações de possibilidades de um pensar a educação em nossa contemporaneidade, trazendo para minha escritura algumas das belezas e dos medos dessa tentativa.

⁵ Texto apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial da Disciplina Roland Barthes e a Educação, ministrada pela Prof. Dr. Wladimir Garcia, em ano/semestre 2005/01

Momento, portanto, de vestir minha vestimenta de papel. Banhar-me nas letras do autor e de outros que dialogaram com ele em minha cabeça indisciplinada. De tentar, em modo sintético, assinalar o movimento de meu corpo que escolhe as letras em meu teclado, os fios que tecem e o texto gritante composto em todas às vezes que levantei a cabeça ao ler Barthes, ao ler a Educação com Barthes.

Seria impossível transpor aqui esse texto que se configurou durante a realização da disciplina, porque esse texto é o tecido da vida, composto e constituído, plural e polissêmico e que quer ser dito, ao menos de maneira efêmera e experimental. Um esforço despretensioso, porque descontrolado, posto em crise, como assinala Barthes (1988) quando fala dos esforços de uma nova crítica.

Nesta leitura de Barthes houve momentos que a escritura queria só ela ler. E minha cabeça se levantava tanto que se perdia ao além, nas relações entre Educação e Comunicação. E a interpelação de um tempo estabelecido me fazia retornar às letras, ao corpo de Barthes nas letras escolhidas e à necessária e sistematizada aventura proposta.


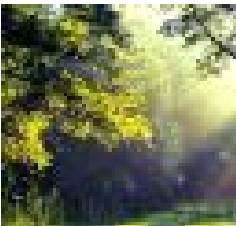

E capturei, neste grande texto tecido e sendo tecendo, uma possibilidade de brincar nessa dança um recorte de um tema, objeto de minha introdução à pesquisa: o discurso verde. Escolhi, portanto, um dos mil focos da cultura que exalam esse cheiro, esses sentidos relacionados a essa grande floresta semântica. Floresta densa de sentidos plurais e atravessados, de embates simbólicos que se materializam nas palavras, nas “escrituras políticas”, no interpelamento da questão em diferentes espaços pedagógicos, como revistas semanais, textos jornalísticos, cartilhas, e com grande intensidade na grande floresta da Rede Mundial de Computadores. Nestas grandes florestas, micro-florestas se destacam, entre elas as comunidades virtuais do Orkut, trazidas aqui como objeto de manipulação e estudo.

Se existe todo um léxico próprio dos temas relacionados ao verde como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, meio

ambiente, este léxico está pulverizado nestas diferentes comunidades rastreadas e em muitas outras instâncias culturais de nosso tempo. Excluímos, devido aos limites da análise, comunidades administradas em outras línguas, por acreditarmos que esse território amplo de letras poderia dificultar a amostragem de exemplos e regularidades encontradas. A coleta dos enunciados foi feita em 02 de agosto de 2005 e desde já anunciamos que essa pequena e parcial análise pode não dar conta da complexidade e do fluxo dinâmico que se amontoa nesse espaço verde com o passar dos dias, das horas e dos minutos: das letras e palavras e dos “eus” diante da tela, neste tempo e espaço peculiar da enunciação orkutiana.

Quando escolhi falar sobre a configuração desse espaço de materialização do discurso verde, muitas foram as categorias de análise que pareciam saltar à luz das abordagens de Roland Barthes em seus diferentes escritos, tais como: saber, poder, desejo, crítica, autoridade, escritura, mito. Mas algumas delas nos interpelaram mais, como o desejo da escritura aqui tratada como verde: o desejo da escritura verde. Pensamos, portanto, essas comunidades virtuais como um grande texto, que composto de fragmentos falantes e que tecem uma rede de interlocução baseada no “engajamento”, no debruçar do corpo à causa, na sua “ação” através das letras.

A composição dessas comunidades verdes no Orkut nos leva a pensar o apelo desse discurso disperso em vários espaços enunciativos, conforme já apontamos. Mas este apelo, esta interpelação para um falar no verde também nos convida a pensar a constituição desse discurso e o que há nele de controle, de embate político, pois conforme analisa Barthes (1974) as escrituras políticas, essa escritura de engajamento, que interpela os “eus” discursivos a se anunciarem, manifesta um desejo e “só são políticas pela sua obsessão de engajamento” (p. 132). As chamadas, os textos iniciais das comunidades elencadas podem ilustrar essa obsessão que controla o discurso em questão:

comunidade	Membros	Descrição
 meio ambiente	27712	Para aqueles que se preocupam com o futuro ambiental do mundo, afinal, é a nossa fonte de vida.
 Desenvolvimento Sustentável	13325	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL e suas implicações sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas são alvo de discussão ao se questionar a importância da construção de um novo mundo, baseado no equilíbrio entre o homem e a natureza. E você, já começou a pensar sobre isso? OPINE E DEBATA!
 Educ-ação ambiental	5508	Um grupo de discussão sobre Educação Ambiental, idéias, eventos, acontecimentos no global e no local. PARTICIPEM DOS FÓRUNS, DISCUTAM, DEBATAM, IDEALIZEM, PROPONHAM.. Sejamos Educadores Ambientais

Podemos perceber os convites, o apelo acima descrito e rapidamente pensamos em Barthes (1974) quando escreve sobre um certo tom, o etos que legitima uma determinada escritura, no caso, a escritura verde. A escritura, para o autor “é um ato de solidariedade histórica” (p. 124), porque ao escrever sobre determinado assunto, a escritura mesma, conforme propõe o autor, torna-se instituição “ela descobre meu passado e minha escolha, dá-me uma história, alardeia minha situação, engaja-me sem que eu tenha que dizê-lo.” (p. 132).

Mas o Orkut diz e diz muito, a abertura aos fóruns que são organizados a partir dos membros e dos próprios administradores das comunidades corroboram a idéia de um discurso falante sobre o verde. Fala-se muito, escreve-se muito. Os signos do verde se ploriferam e neste movimento podemos pensar como essa discursividade verde vem atravessada de questões de poder, já que as letras, a

escolha das letras e das palavras torna-se, para Barthes (1974) e para nós, um álibi: o que intimida e glorifica no poder da escritura: “é por isso que o poder ou a sombra do poder acaba sempre por instituir uma escritura axiológica, na qual o trajeto que habitualmente separa o fato do valor é suprimido no próprio espaço da palavra, dada ao mesmo tempo como descrição e como julgamento” (p. 128).

Neste recorte feito, uma atenção especial foi dada aos fóruns, ou seja, aos espaços criados para a discussão e interferência dos “engajados” em questão. Na página inicial das comunidades aparecem as 5 entradas com postagens mais recentes, entre as quais selecionamos alguns dos enunciados. Na comunidade **Meio Ambiente**, encontramos, das 5 entradas temáticas, 2 são modelares para sublinharmos o apelo ao embate político muito freqüente nesse terrenos discursivo. São elas: *Meio Ambiente não é só para Eco-Chato*, com 8 respostas e *Vc é ecologista e come carne? Pense novamente!*, com 136 participações. Na comunidade **Desenvolvimento Sustentável**, das 5 entradas temáticas com postagens mais recentes, encontramos também o tópico: *Meio Ambiente não é só para Eco-Chato*, com 3 postagens; *será possível o desenvolvimento sustentável?*, com 4 respostas; *Sustentabilidade X Des – envolver*, com 3 comentários; *Poemas Ambientais*, com 7 respostas e *Desenv. Sustentável X Educ. Ambiental* com 6 respostas. Na comunidade **Educ-Ação Ambiental**, dos 5 tópicos constantes na seção fórum, novamente a entrada: *Meio Ambiente não é só para Eco-Chato*, com 2 respostas, *ATITUDE*, com apenas o enunciado criado para o tópico, **Florestas do Futuro**, também na mesma situação e *jornalistas ambientais*, com 2 postagens e *Dicas para o Concurso do IBAMA*, com 12 respostas.

Dadas algumas exemplificações de como se configuram essas entradas temáticas nos tópicos de inscrição dos participantes em apenas 3 comunidades eleitas, passamos a pensar, agora, junto com Barthes e alguns dos possíveis ou não desdobramentos de suas reflexões para conosco.

Em *Crítica e Verdade*, Barthes (1988) traz alguns dos elementos que demarcaram, segundo o autor, o território da antiga crítica literária. Destaca, portanto, as regras controladoras que legitimaram a ação do que chamou de

verossímil crítico ou crítico das doxas: a objetividade; a clareza e a assimbolia, que, conforme problematiza, mantêm o foco às evidências, compondo, elas mesmas, toda uma normatividade que a abraça. E se a nova crítica, que aborda o autor, vem como uma desordem inabitual para por em crise o que antes era mantido como norma, o processo que canta a nova crítica é um processo do proibido, do que é perigoso, já que “os desacordos se tornam desvios, os desvios erros, os erros pecados, os pecados doenças e as doenças monstruosidades.” (p. 190).

Trazendo essa crítica à velha crítica que Barthes propõe em seu texto, somos seduzidos a pensar quais são as monstruosidades que a crítica da educação teima em não ver, sentir e falar sobre, preferindo os debates insossos em torno daquela ou desta bandeira, daquele ou deste movimento. O enquadramento, a camisa de força que segura algumas das teorias críticas da educação brasileira é um fio tão tênue quanto o próprio discurso que se amontoa nas letras da ciência da pedagogia. O que fazer? Continuar amontoando letras e enquadramentos? Não sei. O convite de Barthes de pôr em crise a relação com a linguagem, através de uma nova crítica sinaliza para um pensar a linguagem. E se nem todos os intelectuais da educação podem comungar dessa idéia, penso ser este um bom ponto de partida para quem não pretende construir mais um jargão. Aceito Barthes (1988) ao escrever: “defendo aqui o direito a linguagem e não meu próprio jargão” (p. 203) para que se possa pensar a educação pensando na crise da linguagem da educação.

A Educação, essa palavra polissêmica e pesada com toda a história que carrega em suas letras, e com todos as falácias, “compromissos” e “responsabilidades” que dela ecoam, essa palavra não tem mais uma linguagem. O texto da educação passou e passa a ser debatido, agora, como este grande tecido que fala Barthes, de linhas sobrepostas, multicores e misturadas. Acredito, no entanto, que existem muitos nós de sentidos amontoados nesses novos e cores a serem, aos poucos, através de nosso movimento de tessitura, desfiados e envolvidos, descolados e deslocados. Mas por enquanto, o falar sobre a

educação já não é mais possível. Uma educação nos interpela nesse espaço simbólico e sinto que a abertura para um pensar as linguagens que compõe esse texto da educação vem sendo tecido ao poucos, com alguns esforços individuais e que aos poucos se engajam, na escritura interdisciplinar de estudar a linguagem, de trazer as linguagens que compõe o quadro vivo de eventos pedagógicos para dentro das preocupações e reflexões, considerando este fora da educação em sua existência e potencialidade.

O Orkut foi apenas um experimento. Ousei trazer para esse texto, para essa minha escritura engajada, um dos muitos espaços em que circulam o sentido do verde em nossa contemporaneidade, seguindo um tímido sussurro que me conduzia a reconhecer no Orkut uma das várias faces dessa educação do fora, que se tece ao poucos e que tece um texto, tecendo junto subjetividades.

A vontade de saber sobre o verde, a potência desse discurso, outrora discutido por Grün (1995) sobre a vontade de potência da educação ambiental, fez-me relacionar com a vontade de potência, a escritura-potência do verde e de seu apelo ao pertencimento, ao engajamento, ao vestir mais essa vestimenta de papel. Nesse caso do Orkut, essa vestimenta virtual, que paradoxalmente fala do verde através de letras verdes; que fala do verde num espaço virtual, colocando em evidência a própria constituição do real e de nossas maneiras de fazer interferência nele: interferência virtual, num real não virtual, porque um real construído e naturalizado através dos discursos, ou como quer Barthes (1985), através dos pequenos mitos sociais, por isso, composto de diferentes virtualidades. O discurso verde já pode ser tomado como pequeno grande mito pulverizado em nosso tecido social, porque constante e materializado em diferentes instâncias enunciativas, e se o mito é o congelamento do significante que passa a ser consumido como vazio, poderíamos pensar se toda essa discursividade do verde já não está naturalizada como doxa e como tal, não pode ser questionado e nem contrariado, porque pertencente a um modo de legitimação de saberes que, se não postos em crise, como quer Barthes(1988), eles mesmos tornam-se intocáveis e impenetráveis.

Os saberes do verde que interpelam também a educação de hoje, faz-nos pensar como se organizam esses saberes do “fora” em diferentes espaços, que não devem, ao meu ver, serem trazidos violentamente a um dentro, mas que precisam ser discutidos através das escrituras, não para o apelo ao pertencimento, mas para um por em crise, cismar, desconfiar, abalando algumas das estruturas desse saber que agora é trazido para sua legitimação.

Esta pretensa discussão não foi de por em causa a legitimidade ou não do discurso verde nas comunidades virtuais do Orkut, mas foi tencionar, junto com o desejo de pensar uma nova crítica da educação a partir desse saber construído com o passar do tempo, da história e da interpelamento do discurso, já que este, apropriado nas práticas culturais oferece saberes saborosos para pensar este “por em crise” que convida Barthes.

Esses outros saberes circulam, e no caso do objeto selecionado, fica evidente que as novas tecnologias de informação merecem atenção por elas mesmas colocarem aos novos olhos de uma educação uma realidade transfigurada por discursos e práticas que são legitimadas/marginalizadas por autoridades relacionadas. No caso do discurso verde, quem está autorizado a distribuí-lo? A educação formal, que ainda se digladiava em torno da legitimidade ou não da educação ambiental? A indústria cultural, que já se apropriou desse discurso/argumento oferecendo banquetes de pseudoengajamento às causas?

Podemos pensar numa cultura do verde que se instaurou com a constituição desse discurso como saber. E logo levantamos a cabeça para pensar se estes saberes do “fora” da educação se amontoam na produção de subjetividades falantes cantantes ou simplesmente caladas, como podemos pensar em admitir que, talvez, a educação formal é um pequeno fragmento nessa grande cadeia de produção subjetiva e o fora tem gritado mais.

Grita como grita a questão verde, mas que por falta de um abalo paradoxal da linguagem, passa despercebido nas falas naturalizadas dos discursos verdadeiros, da vontade de saber, que conforme escreve Foucault (1996) é mais

um dispositivo de controle dos discursos e que sabemos: movimenta os modos de subjetivação contemporâneos.

Na configuração de uma nova crítica, há de ser considerado essa subjetividade, mas como lembra Barthes (1988), uma subjetividade sistematizada, pensada em relação ao objeto, mas não falando por ele, mas recriada nele:

uma subjetividade cultivada (ligada à cultura), submetida a imensos constrangimentos, saídos eles próprios dos símbolos da obra, tem mais chance, talvez, de se aproximar do objeto literário do que uma objetividade inculta, cega com relação a ela própria e que se (a)obriga por detrás da letra como por detrás de uma natureza. (p. 224-225, grifo do autor)

Esta subjetividade cultivada que destaca o autor em face da nova crítica foi que me fez selecionar esse tema como tratamento nesse diálogo, já que, embebida por preocupações e reflexões convergentes com a produção das subjetividades contemporâneas, penso nessa produção como uma cadeia discursiva dispersa no tecido da vida e que interpela a educação para pensar esses discursos, para pensar suas práticas e a dedicação aos saberes a ela relacionadas.

A liquidez de nossos tempos e espaços, que povoa os escritos de Bauman (2001), evoca um certo esforço de um pensar a educação trazendo ao debate esses diferentes saberes residuais que se amontoam nesses ‘rios de discurso’ que em tempos de enchentes de signos e letras seduz para a composição de ensaios que assumam a configuração de práticas cambiantes face a nossa relação com o novo, nesse caso, o novo discurso verde no novo ciberespaço.

E já pensando em palavras que possam sinalizar um final para este texto, um final em aberto, porque sem dono, assumo uma certa insegurança em traçar essas linhas, pois elas mesmas criam possibilidades de pensares que eu mesma não sei ainda discursivizar sobre, porque falo de um lugar em composição, sendo instituído, um espaço apertado pois vazado de saídas múltiplas, vetores de uma educação contemporânea que sinalizam às margens: a produção de

subjetividades que escorre aos além muros das velhas instituições. Escorre como lubrificantes nessas novas máquinas sociais, *mass-mediáticas* e lingüísticas, nos dizeres de Guattari (1992) e que nos convida enfim, a uma nova crítica: saber os não-saberes.

Esse não-saber pode parecer ruim mas não é tanto porque ela sabia muita coisa assim como ninguém ensina cachorro a abanar o rabo e nem a pessoa a sentir fome; nasce-se e fica-se logo sabendo.

A Hora da estrela - Clarice Lispector

Referências

- BARTHES, R. *Crítica e Verdade*. Série Debates. Perspectiva, 1999.
- _____. *Mitologias*. 9ª ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993.
- _____. *Novos Ensaio Críticos: o grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

Sites consultados:

- <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=50433> em 02/08/2005.
- <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=59650> em 02/08/2005.
- <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=165428> em 02/08/2005.

EFEITO V

Comunicação: ser ou não ser na (s) linguagem (s)⁶

Não se faz necessário destacar o quanto a educação está emaranhada nas questões relativas as tecnologias de comunicação e nova linguagens, já que o próprio lugar que nos dá voz pra falar, foi proposto no sentido de proporcionar um espaço pensante sobre estas questões e como podemos nos mexer, nos esbarrar e pensar a educação a partir de problemáticas que parecem não terem solução e que estão aí e que, talvez, mais que serem resolvidas, substituídas ou ignoradas, precisam ser repensadas, reaproveitadas, lidas e sentidas com as condições oferecidas do agora, dos nossos tempos, da nossa conjuntura multifacetada de nosso real, não menos complexo.

Então, ao lermos textos da década de 30 e 40 que falam sobre a massificação da obra de arte e a indústria cultural como um iluminismo travestido de escuridão, porque ilumina deixando opaco, porque mostra um caminho que de tão iluminado pode ofuscar os olhos, precisamos pensar nas condições de produção e recepção que fala Benjamin, condições estas que vêm se alterando de acordo com o movimento histórico e cultural e precisamos também relacionar a criação das pseudo-individualidades alienadas que se esvaziam nesses processos, conforme debatem também Horkheimer e Adorno.

Mas não consegui, de imediato, do ponto que hoje me situo, entender como isso se rearranja em nosso cenário social contemporâneo e como lidar com tudo isso, quando eu mesma não sei lidar com os atravessamentos diários, efêmeros, mas violentos das novas linguagens e tecnologias em minha vida, como os bombardeios televisivos de 40 anos de império da telinha, o Papa ilustrado, papa Símbolo e mundialmente referenciado, ou ainda as imagens locais de paraísos ecológicos difundidos como patrimônio romântico ou ainda as noções de manuseio de virtualidades informacionais.

⁶ Reflexão provocada a partir dos textos: A indústria cultural – O iluminismo como mistificação das massas, de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno e A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica, de Walter Benjamin, apresentada à Disciplina Seminário I, ministrado pela Prof. Drª. Gilka Girardello, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação/USFC, em ano/semestre 2005/01.

Por isso, falar delas se confundem muitas vezes com a composição do meu próprio ser, minha identidade construída e desconstruída aos passar dos anos, das experiências, dos pareceres simbólicos que por mim passaram, dos ideais românticos recebidos, da noção de progresso e crescimento pessoal desde a escola difundida e espalhada nos mais variados níveis e esferas da vida em comunidade, da vida social.

Por isso, acredito sim, como dizem Horkheimer e Adorno que se trata de uma “estrutura íntima da religião do sucesso”, estandardizada no cotidiano gélido diário que se aglomeram em meios as falsas relações humanas que se estabelecem no corredor da escritório, na fila do banco, no elevador de um edifício, ou ainda nos ônibus lotados e talvez em bancos escolares.

E em relação a tudo isso, não sei muito indicar ou criar hipóteses para o que possa vir a acontecer, visto que as informações expostas e trabalhadas pelos autores podem fornecer condições de discussões densas e muito interessantes mas não exaustivas, ao menos por enquanto. O que de momento concordo, seguindo minhas impressões, que podem ser já fruto de muitos dessas construções simbólicas que consumimos em nossa cultura e nos próprios espaços que compomos, é que na criação das individualidades os indivíduos podem estar cada vez mais solitários. Os significantes que brotam nas relações sociais e culturais de nossa comunitária vida são responsáveis não só por esta sensação efêmera de preenchimento e excesso de sentido da vida, como são, talvez, responsáveis pela própria construção do real, assim, como vem sendo estudados por tantos estudiosos das significantes significando em sociedade, significando mitologicamente, congelados e estáveis. Sempre estáveis e impenetráveis.

Talvez, neste excesso de mensagens, de cenas, de fotografias e de canções, o que esteja explodindo nesta era de espaços e tempos deslocados, pluralizados ou pulverizados, seja a construção do ser, o seu vazio perene e sedento, sua incompletude e descentramento que sempre estará a procura de preenchimento, de tensões, de práticas identitárias, que o situem ou (dê) situem em relação aos outros e ao próprio real.

Por isso, o como falar em novas tecnologias parece ser o desafio desses novos momentos da educação em compasso com esta violenta máquina de produção de “eus” sociais, culturais, localizados não mais num espaço/tempo estáveis, mas mutantes e efêmeros, porque humanos.

Entendendo esta elasticidade e dinamicidade de um sujeito não mais centrado e acabado, talvez estejamos um pouco mais sensíveis a construir subjetividades mais cantantes e menos monstros de sala de TV. Talvez pensando que algumas relações precisam ser transpostas a nossos cotidianos escolares e sociais, como a dimensão do privado e público, a tensão e alienação, o silêncio e o barulho oco de significantes em forma de mito, que só querem fugir do silêncio do ser, aquele lá do fundo, caótico e sublime, ao mesmo tempo. Procurando nestas tensões sentir e ler, linguagens sendo anunciadas num espaço enunciativo que não tem valor de existência a não ser ali mesmo, quando e onde acontece, nas condições de produção e recepção cambiante de nossos tempos e na construção de seres e saberes sujeitos e agentes de suas escolhas, as micro-escolhas.

Daí acabo adentrando a questão verde que me toma neste momento como uma obsessão e que encontra ecos de possíveis entendimentos e tensões em fragmentos de Horkheimer e Adorno e também em Benjamin, mas que ainda estão se organizando com o passar de meus consumos e leituras, de minhas observações e sensações.

REFERÊNCIAS:

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, W. “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

EFEITO VI

Na floresta da sustentabilidade: a minha trilha⁷

Para falar um pouco de como aconteceu minha aproximação a esta disciplina, as expectativas e hipóteses relacionadas a ela, antes preciso falar um pouco de mim, falar de como cheguei aqui, para que vim e porque busquei este espaço como lugar de troca e de reflexões comuns.

Ao final do curso de letras, quando me interpelavam as decisões e rumos para prosseguir, naquele momento percebi o quanto estava num lugar propício, no lugar composto durante aqueles anos sem que percebesse e sendo composto, um lugar entre as letras. Lá, no último ano que me esperava, saboreei uma das disciplinas que mais me provocou durante a caminhada: a semântica. Foi no interior da semântica, estudos dos sentidos, disciplina marginal às teorias lingüísticas consideradas duras, lá foi onde percebi como os sentidos, colocando a língua em funcionamento, reservam por entre as linhas das letras ditos e não ditos, implícitos e subentendidos, formas de tratamento não linear da linguagem, que por isso mesmo estabelecem modos de leitura, deciframento, complexo e perene. Caminhando por entre sentidos li teorias e autores que colocavam este funcionamento em evidência, e enfim encontrei um lugar teórico, não sei se passageiro, que me abriram possibilidades de lidar com a linguagem de maneira mais cautelosa, meio que com desconfiança, uma certa cisma.

Foi então que conheci a disciplina de Análise de Discurso (AD), a qual me apresentou conceitos e teorias que cada vez mais faziam sentido, pois o objeto da lingüística, o habitual estudado durante outros anos do curso, a língua, passou a ser olhado de maneira mais abrangente, incluindo este olhar as noções de sujeito e história fazendo sentido. Sem falar na importância de revisitar Saussure agora com olhos em sua horizontalidade, ou seja, o que significou para a ciência seus estudos e desdobramentos.

⁷ Reflexão proposta a disciplina de Educação para Sustentabilidade – programa de Pós- Graduação em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, ano/semestre 2005/02

Passei a observar, agora com este instrumental, o modo que os discursos são organizados, como são agrupados, como circulam no texto da vida, através dos mass medias, das instituições, documentos, enfim, nos artefatos de nossa cultura, como nomeiam os pensadores dos Estudos Culturais e na árvore teórica de Guattari (1992) as máquinas subjetivantes.

Os discursos, do lugar de onde me situava, era estudado como composto de vozes, de “lugares”, formando, o que chama Michel Foucault (1996) de formações discursivas, que, segundo o autor, permite o que pode ou deve ser falado de determinada posição discursiva. As formações discursivas são possíveis dentro de que Pêcheux (1990) chama de formação ideológica. Para este autor não existe sujeito nem discurso sem ideologia. Estes textos, estas aldeias semânticas aparecem, assim, cerceadas em blocos discursivos variados, de acordo com o grau de tensão relativos as formações discursivas que compõe determinado discurso. A noção de sujeito também me serviu de sombra, pois a concepção de sujeito psicanalítico desenvolvido por Lacan, relendo Freud e se valendo da teoria estrutural saussureana me fez entender um pouco mais dessa dinâmica: entre ideologia e inconsciente.

Foi um prazeroso encontro. Eu e alguns pares que elegi como interlocutores, mais: professores, que passaram a me ajudar a entender um pouco mais esse momento que vivenciamos, de rupturas, de transições, deslocamentos em relação às certezas que durante muito tempo povoaram o imaginário coletivo. Entre estas certezas abaladas a certeza da palavra, da comunicação linear e contínua, esta certeza abalada, para mim, fez e faz muito sentido, pois passei a observar que nesses rios de discurso que atravessam nosso cotidiano, estes rios de discurso são legitimados e controlados, são ordenados, de maneira, como ensina Foucault (1996), a expurgar sua “temível materialidade”, cada vez fazendo menos sentido.

Mas por que temível? Como os discursos se organizam de maneira a congelar os significados, a deixa-los intocáveis e imóveis? Talvez, e agora apenas

um desabafo, porque pensar nos sentidos das palavras seja um desestabilizador da ordem, um abalo, como ensina Barthes (1988), paradoxal: para além da doxa.

Mas enfim, cheguei a uma disciplina de mestrado em letras, como aluna especial na Universidade Estadual de Maringá, após concluir a graduação e dei curso a estes experimentos saborosos de pensar a linguagem. O desafio agora era compor um projeto de mestrado. E foi neste momento que olhei minhas obsessões, meus amaranhados de sentidos, minhas reflexões e medos, minhas belezas também e vi: não podia fugir de minha obsessão de falar de mim, de me explodir em letras com coisas e momentos que me falam, sair neste eus furiosos e mentirosos. Escolher uma aldeia semântica, uma floresta de discurso, um sítio temático que me permitisse experimentar este derretimento dos sentidos que circulam cotidianamente, que gritam, que falam, que chamam, ou ao menos poderiam significar.

Minha constituição falou alto neste momento: infância na roça, por entre pés de cafés, depois pés de amora, pés de mandioca, pés de quiabos cortantes. Por entre matas ciliares. Rios doces que banhavam meus dias de paz. Minhas caminhadas em busca da condução escolar. Minhas caronas, minhas não tão agradáveis assim andanças, minha bicicleta. As estradas. O ambiente sendo modificado. As dificuldades de lida no campo. Um agricultor em crise a caminhar ao infinito. O “estudar para ser alguém na vida”. E o escorregar manso e irretornável para os caminhos da cidade. Será que foi dos recônditos de meu inconsciente que nasceu esta articulação? Articulação: palavra que passei a habitar quando aprendi que os limites das disciplinas explodiram e a interconexão entre discursos e disciplinas me ofereceram pratos saborosos para tecer, de um suposto lugar das letras, falar do verde, da escritura, de cultura.

Um discurso que grita, e grita desde aquelas épocas, quando, então, materializava-se nas redações sobre “Meio ambiente”. Mas que de uns tempos para cá se presenciava através de um binômio: o desenvolvimento sustentável: ruidoso, atraente.

Este foi o sítio semântico que me seduziu, que me aproximou ao tema, que me fez vasculhar nas telas do ciberespaço e nas bibliotecas do Nupélia, da UEM, as produções acadêmicas, livros sobre o assunto. Foi neste momento que visitei Paula Brugger (1994) e seu título *Educação ou Adestramento Ambiental*, o que me ajudou, a partir daí, a delinear meu objeto de pesquisa.

Tendo em vista que este discurso se materializa em diferentes meios, artefatos de nossa cultura, que escolhi abordar a revista *Veja*, semanalmente distribuída em nosso Brasil diverso, grande. *Veja! Veja! Mas Veja o que? Veja o que precisa ser visto, falado, ou apenas vendido? Veja: veja o verde, mas não toque em suas virtualidades contraditórias. Consuma-o.*

Mas o caminho percorrido de autores que exploram o tema me fez perceber que as contradições, os atravessamentos e impasses que compõem este discurso são tão evidentes que se revelam banquetes de amostra e análise de como os discursos se organizam, como circulam, como falam em diversas instâncias culturais.

Enfim, esta disciplina foi proposta e junto com a colega Ana Paula que também está envolvida com o tema, decidi “penetrar” nesse território demarcado chamado sustentabilidade. Território que parece estar cada vez mais povoado por diferentes sujeitos, preocupações e olhares e por isso mesmo híbrido de posições, de verdades e como não podia deixar de ser: de poder.

Assim, estar dentro da disciplina, situando-me de um lugar entre a Educação e Comunicação, esse lugar tenso e em composição devido à expressiva circulação das mídias em nosso tempo, falando desse lugar cambiante, passei a dialogar com a disciplina.

Inicialmente alguns estranhamentos metodológicos aconteceram, como não podia deixar de ser, o que se desdobrou não apenas num recuo mediante a proposta de algumas práticas, mas, e principalmente, a reflexão sobre estas resistências, estas novas micro-práticas que muito dizem quando pensadas com calma e cuidado. E um dos desdobramentos foi refletir de como nossos meios de

fazer educação estão em transição violenta, pior, como as distâncias são evidentes.

No entanto, falar do como as novas mídias, tecnologias de comunicação, como elas dinamitam muitas formas de saber de nosso tempo nos encaminha a pensar de que educação estamos falando: educação apenas em sala de aula? Fora dela? Nas instituições quase falidas? Nos *medias*? Educação na floresta? Viver na floresta na busca de um resgate de valores...de novo o mito da natureza intocada? Do Paraíso Terreal? E negar nosso agora? O agora da história? Tem floresta para todo mundo? Como diz Orlandi (1990, p.238): “Onde estão as florestas do Velho Mundo?”

Complexo.

Quando consideramos as questões que nortearam os debates da disciplina, os textos de apoio, neste caso o nó fica mais apertado ainda: entre suspiros ressentidos de uma natureza intocada, entre radicais ocos que muitos desejam dizer e nada dizem, entre ecocatastróficos messiânicos, entre estes gritos de uma bandeira, passo a refletir de como parece existir um grande abismo entre a educação que suspiram alguns e o momento de enchente de letras, signos e dessa possível informação que pretende ser veiculada: valores, práticas, sentidos.

Por isso, esse espaço/momento de visitar questões complexas foi válido, porque consegui observar, mesmo que de maneira ensaísta, como estes discursos se atravessam, formando uma teia complexa de nós, que me dizem ser preciso me desvencilhar das certezas, preciso me abrir para pensar as múltiplas possibilidades de abordagem de um tema, de que minhas palavras, aquelas que arriscarei na confecção de uma dissertação de mestrado, elas serão riscadas num desenho que tentará muito mais imprimir um olhar que supor verdades e caminhos, por isso mesmo, meu silêncio pedagógico durante as aulas. Minha escolha de ouvir. Meu silêncio fundante, como fala Orlandi (1992), pois deixei de falar não por estar em cima do muro, mas estar num lugar em composição e por isso mesmo cheio de incertezas de como falar.

Mas não desejo dinamitar a instituição que me recebe, que me dá voz e vez de falar, mesmo que de maneira efêmera. Porque se existem rios de discurso que abordam a questão ecológica, da sustentabilidade e que chamo de discurso verde em meu trabalho, essa possibilidade de falar sobre o tema, para mim, só aconteceu porque existem condições favoráveis: condições, infelizmente, gritantes nas questões sociais que nos interpelam diariamente, nos abalos globais, nas catástrofes e no principal para minha pesquisa: nas florestas de subjetividade devastadas. Aqui um paradoxo, que a minha letra não explica, mas que tentarei explorar durante o tecer de minha escritura: tentar tencionar, nesse amaranhado de sentidos e lugares apertados do grito verde, o efeito desses sentidos em relação à subjetividade. Aqui, sei do risco da palavra, como falar de subjetividade em relação a um discurso que pretende ser defensor da natureza. (...) Como estabelecer o certo e errado nesse momento de crise. Existe uma crise? Esta crise é maior, menor, diferente que o curso irregular e descontínuo da história propõe nas suas diversas falácias? Como o capitalismo aparece nesta crise? Como pensar em sustentar algo se não conseguimos nem habitar no agora?

Enfim, estar nesse solo de vozes e posições, de discursos e verdades, de sabores e hesitações me fez concluir, no que confere a disciplina em si, que a preocupação dos sentidos da linguagem, a linguagem em funcionamento nos discursos, pode ser considerado nessa complexa discussão, assim como pude perceber nos encontros em sala, nos debates do Professor Mário e Professora Paula Brügger em relação aos binômios desenvolvimento sustentável e educação ambiental, mesmo porque se dependesse de “palavras verdes” nosso cotidiano já estaria composto de valores e práticas culturais mais “sustentáveis”, “conscientes” e “ecologicamente mais desejáveis”. Mas entre o discurso, a palavra, a natureza e o sentido existe um tudo caótico e feio sem controle, em lugares subjetivos impossíveis de serem totalmente esmiuçados, pois nenhuma lupa pode ver. Talvez sentir. Perceber. Ler o *non sense* que hoje nos atravessa, como possibilidade de lidar com a diferença – onde-quando tudo faz sentido.

Referências

- BARTHES. R. *O rumor da língua*. Editora Brasiliense, 1988
- BRUGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental*. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3.edição. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ORLANDI, E. *As Formas do Silêncio*. Campinas, UNICAMP Editora, 1992
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas, Pontes, 1990.

EFEITO VII

O problema lixo/luxo em dis-curso ⁸

Os primeiros encontros com a disciplina de Educação para Sustentabilidade foram marcados por um certo estranhamento em relação aos métodos e meios propostos para pensarmos, materialmente, a sustentabilidade. Foi nesse momento, que o percurso realizado por Lückman (2001) durante a realização de monografia de especialização foi importante para delimitarmos o problema.

Se lá uma substancial bibliografia tratava do lixo e seus desdobramentos técnicos e sociais, aqui nosso desafio era pensar em possibilidades, mesmo de maneira restrita, de como resolver um problema que, sabemos, permeia muitas discussões em relação ao meio ambiente, sustentabilidade e engenharias relacionadas.

Mas no processo de pensar estas possibilidades é que experimentamos, durante nossos encontros, um atravessamento de diferentes ordens: social, política, discursiva, educacional, cultural e até mesmo filosófica. Mas afinal: o que há no lixo de filosofia? Pergunta complexa para este fechamento que procura apenas pontuar alguns dos momentos que compuseram nossa trilha durante esse ensaio metodológico de lidar com problemas concretos.

No entanto, sabemos que durante nossas discussões esta complexidade se materializava em nossas hesitações, nossas dúvidas, nossos medos, mas uma posição foi unânime entre nós: possíveis mudanças de valores e práticas culturais não são transformadas a pauladas discursivas. Percebemos, em conjunto, que quando falamos em consumo, consumismo, capitalismo e sustentabilidade, falamos também de cultura, de hábitos, de valores que muitas vezes ultrapassam o domínio da racionalidade e explodem para domínio do simbólico, do imaginário,

⁸ Fragmento do texto apresentado em parceria com Ana Paula Lückman como requisito parcial, à disciplina de Educação para Sustentabilidade, ministrada por Dra. Paula Brügger e Dr. Mário Freitas, pertencente ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em ano semestre 2005/02.

num novelo subjetivo que só poderia repercutir nas identidades, ou nas identidades culturais, como discutem Stuart Hall (2000) e Canclini (1999).

Por isso, quando nos aventuramos a tratar do “problema do lixo em Florianópolis”, sabíamos que encontraríamos outras questões relacionadas e a principal delas foi o consumo. Assim, as alternativas pensadas num raio muito resumido de possibilidades giraram em torno do consumo, o consumo que faz parte de nossa vida cotidiana, está aí e percorre os micros recônditos de nossa teia social. Quer aceitemos ou não. Quer o demonizemos ou não.

Fomos parceiras também em entender que existe entre o consumo e o consumismo um abismo semântico que distorce os efeitos de sentido, seja em campanhas publicitárias ou em documentos oficiais que discorrem sobre as políticas públicas relacionadas ao lixo, ao consumo e nosso comportamento em relação ao meio ambiente.

Este abismo semântico, acreditamos, circulando em diferentes artefatos de nossa cultura, promove uma certa aproximação às propostas de reciclagem do lixo como única forma de colaborarmos com o meio ambiente, estancando, muitas vezes, a vazão de sentidos relacionados à complexidade do lixo no tecido social, sua relação com as diferenças sociais, com o império do lucro, com o êxodo rural e como não poderia deixar de ser de nossa condição histórico-cultural.

Então, nossas conversas - algumas delas realizadas (ironicamente) num dos “parques” do capitalismo, no Shopping Trindade, saboreando um cafezinho - foram atravessadas de idas e vindas, de perguntas sem respostas, de discussões sobre as aulas e sobre a recepção dessas aulas por cada uma de nós.

Ao final reconhecemos que o estranhamento inicial em relação ao método foi derretido, restando, nesse suco de palavras, de reflexões, de textos e vozes a sensação de que também existe um abismo, que avaliamos talvez como mais perverso que o primeiro aqui apontado e que quem sabe até o justifica: o abismo entre a educação institucional e o momento histórico que comungamos.

Referências

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CECCA/FNMA. *Uma Cidade Numa Ilha*. Centro de Estudos Cultura e Cidadania/Fundo Nacional do Meio Ambiente. Florianópolis : Insular, 1996.

GAVZER, Bernard. "Take out the trash, and put it... where?" In: Parade Magazine/The Tampa Tribune. Tampa, 13/6/1999, pp. 4 a 6.

HALL, S. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LUCKMAN, A.P. Consumo, consumismo e produção de lixo nas cidades: os impactos ambientais e a responsabilidade do consumidor. Florianópolis : Udesc, 2001. Monografia de Especialização em Educação e Meio Ambiente.

VIANA, Natália. "Comcap inicia operação para temporada". In: Jornal A Notícia/AN Capital, 4/12/2005. Disponível: <http://www.an.uol.com.br/ancapital/2005/dez/o5/index.htm>.

EFEITO VIII

nu mo mento⁹

Linhas tênues e moventes. Onde começa e termina o virtual. Onde o virtual se atualiza urgenciando um agora. Um agora da história. Um agora construindo um real, permanentemente em movimentos errantes.

Falar dos monumentos tombados é falar de riscos. De lugar apertado. Ainda mais neste momento de movimento, de transição, de explosão de certezas e de uma vontade de deslocar sentidos.

Os riscos dos monumentos, as linhas, as formas, elas mesmas produzem sentido. Por isso, passeando pelo centro histórico, caminhando na cidade, a cidade nos engole em significâncias perenes, efêmeras. Tratar dessas “ilhas de memória” abraçadas pelas instituições requer cuidados específicos quando a proposta é falar de história.

Em artefatos múltiplos a história se repete. O ano da idealização, construção, características arquitetônicas e ideológicas predominantes. Múltiplos meios: mesmo discurso. Trata-se sempre de atribuir uma coerência e justificativa histórica à existência mesma dos prédios. “Eles são a história”. O restante da cidade não. Fazê-los falar. Gritar, se necessário. Esta foi a provocação primeira: dar voz aos prédios: voz, movimento, luz e cores, cantos silenciados de um prédio-poeta gritante: Cruz e Souza.

Trazendo os múltiplos desdobramentos que me visitaram nesses dias de histórias para a discussão sobre o virtual, o atual e o real, arrisco-me em falar desses riscos, desses sentidos que circulam na cidade em forma de monumentos tombados pelo patrimônio histórico.

Estes prédios, estas porções de história, parecem estar congelados. Um tempo se materializou nestes monumentos, alterando o espaço e performatizando

⁹ Reflexão proposta à disciplina Ênfases teórico-metodológicas da pesquisa em Educação e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Educação – UFSC, ministrada pela Prof. Dra. Araci H. Catapan e outros, em ano/semestre 2005/02.

uma história. No entanto, como temos notícia desses monumentos? Através desta história mesma, ou melhor, do discurso histórico, como aprendi com Orlandi (1990). Aquele que circula dando-nos uma sensação de aconchego em seus braços, forjando uma história: a história, essa mãe que acolhe os filhos perdidos do agora, caminantes. Traça-nos uma origem. Pretende ser um solo, um território assim seguro, estável. No entanto, esta tal história, aqui muito mais discurso histórico, aparece, portanto, intocável, petrificado, “lá”, no passado, naquele espaço de tempo que ficou. E que alguém olhou. Alguém registrou. Alguém nomeou, fez escolhas.

Mas a história é tão atual que este velho prédio, aos nossos olhos, torna-se novo, o espaço daquele tempo continua. O novo. O estranho novo que acontece na efemeridade do agora. O prédio grita. Seria o prédio, então, uma daquelas mensageiras que canta Serres (1993) ou seria ele mesmo a mensagem? O que vemos ao avistarmos estes monumentos: Vemos o monumento ou vemos aquele que fala por ele, que o legitima?

Neste mundo do agora, no agora que é um mundo de sentidos, passamos despercebidos: todas as virtualidades históricas, culturais, arquitetônicas que atravessam os monumentos são atualizadas aos nossos olhos. Nosso corpo passa pelo passado como quem quer assim... passar. Passar: passando pelos sentidos. O velho mesmo se torna atual no agora.

Mas e quando este atual se torna impenetrável? Quando ele mesmo – imóvel - torna-se intocável, parece-me que existe um certo abismo que enche de névoa o real e o que era para significar, ter algum sentido, não tem e o significante aparece como vazio e petrificado. Como escreve Barthes (1993) sobre os pequenos mitos que compõem o tecido social, as coisas aparecem estanques, divorciadas, fechadas e cerceadas em si mesmas: naturalizadas. Não explodem em sentidos, não falam nada; não gritam: não existem, porque não significam.

Desse modo assim incerto e inseguro, como se constrói meus saberes e leituras das coisas com ajuda de alguns pares, penso em como fazer estes monumentos falar. Como deixar aflorar estas virtualidades constitutivas que não

apenas promovem o intercâmbio de vozes, como também de lugares. Deixar falar estes monumentos no que eles têm de virtualidades silenciosas é deixar falar o movimento, o sair do lugar, descolar esse tudo caótico que nos compõe. Porque nestes rios de memória que se restabelecem em nosso agora quando lemos, sentimos ou vemos os monumentos, estes rios são eles mesmos desestabilizadores, inquietantes. Parecem nos lançar a outros lugares: incômodos, apertados: seria o lugar da ética? “Para uma falta fácil, ética difícil”, sussurra Serres (1993). Ética. Para mim, outro monumento.

Referências

- BARTHES. R. *Mitologias*. 9ª ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993
- ORLANDI, E. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez/Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- DELEUZE, G. O atual e o virtual. In ALLIEZ, E. *Deleuze filosofia Virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- SERRES, M. Aparições. In: _____ *A lenda dos Anjos*. São Paulo: Aleph, 1993 [99-113]